

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017





## ÍNDICE GERAL

I.	INTRODUÇÃO .....	13
	Nota prévia .....	13
	Enquadramento macroeconómico .....	13
	Principais resultados.....	14
II.	ATIVIDADES.....	19
	Coesão social .....	20
	Economia e Emprego .....	28
	Inovação.....	33
	Cultura (e ciência).....	35
	Urbanismo e reabilitação urbana .....	41
	Educação.....	43
	Juventude .....	51
	Turismo.....	54
	Segurança .....	56
	Desporto e animação.....	57
	Mobilidade e transportes.....	60
	Ambiente e qualidade de vida.....	65
	Governância da Câmara.....	72
III.	RELATÓRIO FINANCEIRO .....	83
	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	83
	1. Principais destaques .....	83
	2. Equilíbrio orçamental.....	84
	3. Análise da despesa.....	87
	4. Análise da receita.....	104
	5. Movimentos de tesouraria .....	110
	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	112
	6. Análise do Balanço .....	112
	7. Análise da Demonstração de Resultados.....	115

8. Endividamento .....	117
9. Proposta de aplicação de resultados.....	118

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## ÍNDICE DE QUADROS

Q. 1 - Despesas por objetivos .....	19
Q. 2 - Indicadores .....	83
Q. 3 - Regras orçamentais de equilíbrio.....	84
Q. 4 - Modificações ao orçamento segundo a natureza .....	87
Q. 5 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável.....	89
Q. 6 - Despesa por classificação económica .....	90
Q. 7 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável.....	91
Q. 8 - Evolução da despesa paga .....	92
Q. 9 - Evolução das despesas com pessoal .....	93
Q. 10 - Estrutura das transferências e subsídios .....	95
Q. 11 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais).....	96
Q. 12 - Evolução das despesas de investimento total .....	97
Q. 13 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto.....	98
Q. 14 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos .....	99
Q. 15 - Evolução da dívida bancária .....	101
Q. 16 - Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos .....	102
Q. 17 - Alteração e origem do acréscimo da dotação.....	104
Q. 18 - Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica .....	105
Q. 19 - Evolução da receita global cobrada .....	107
Q. 20 - Evolução da estrutura da receita fiscal .....	108
Q. 21 - Resumo da conta de gerência .....	111
Q. 22 – Balanço sintético.....	112
Q. 23 – Indicadores económico-financeiros .....	114
Q. 24 – Demonstração dos resultados por natureza .....	116
Q. 25 – Limite da dívida total.....	118

## ÍNDICE DE FIGURAS

F. 1 - Dívida líquida de curto prazo .....	15
F. 2 - Coesão social.....	20
F. 3 - Inovação.....	33
F. 4 - Ambiente e qualidade de vida.....	65
F. 5 - Governância da Câmara .....	72
F. 6 - Evolução da poupança corrente .....	85
F. 7 - Evolução do saldo global efetivo .....	86
F. 8 - Evolução das receitas cobradas .....	108
F. 9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais .....	111

## **ACRÓNIMOS**

AE – Agrupamento de Escolas

AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular

AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras

AMA – Agência para a Modernização Administrativa

AMP – Área Metropolitana do Porto

APCER - Associação Portuguesa de Certificação

ARS - Administração Regional De Saúde

ARU – Áreas de reabilitação Urbana

ATP – Associação de Turismo do Porto

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

BCE – Banco Central Europeu

BE – Bibliotecas Escolares

BMAG – Biblioteca Municipal Almeida Garret

BSB – Batalhão de Sapadores de Bombeiros

CCD – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto

CCP – Código dos Contratos Públicos

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CGI – Centro de Gestão Integrada

CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.

CMPH – DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.

CMPL- Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M

CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CRO – Centro de Recolha de Animais

CRUARB – CH - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico

CTT – Correios de Portugal, S.A.

DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DGPH – Direção de Gestão do Parque habitacional

DMCP – Divisão Municipal de Comunicação e Promoção

DMP - Direção Municipal da Presidência

DMFP - Direção Municipal de Finanças e Património

DMRH - Direção Municipal de Recursos Humanos

DMCC - Direção Municipal da Cultura e Ciência

DMPCASU - Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos

DMMGVP - Departamento Municipal de Mobilidade e Gestão Via Pública

DMU - Direção Municipal de Urbanismo

DMSI - Direção Municipal de Sistemas de Informação

DMSJ - Direção Municipal de Serviços Jurídicos

DME - Departamento Municipal de Educação

DMCT - Departamento Municipal de Comércio e Turismo

DMF - Departamento Municipal de Fiscalização

DMDS - Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

EB – Escola Básica

EDP - Energias de Portugal

EM - Executivo Municipal

EMA – Agência Europeia do Medicamento

EMAP,EM - Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.,S.A.

EMPC – Empresa Municipal Porto Cultura, E.M.

ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FADEUP - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

FAP – Federação Académica do Porto

FDZHP - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FIMP – Festival Internacional de Marionetas

FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

FSM – Fundo Social Municipal

GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas

GM – Gabinete do Município



GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.

GOP – Grandes Opções do Plano

IGVP - Instituto Grupo Veritas de Pesquisa

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis

IMT- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres

INE – Instituto Nacional de Estatística

IoT - Internet of Things

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IUC – Imposto Único de Circulação

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

LOE – Lei do Orçamento do Estado

NAFSA - Association of International Educators

NPISA Porto - Núcleo de Planeamento e Intervenção nos Sem-Abrigo do Porto

OP – Operação Património

PAR – Plano das Atividades mais Relevantes

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEM – Projeto Educativo Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PIH – Porto Innovation Hub

PMJ – Plano Municipal de Juventude

PMP – Polícia Municipal do Porto

PM - Polícia Municipal

PMPF – Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

PMS – Plano Municipal de Saúde

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

PWIW – Porto Water Innovation Week

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RTPCE - Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

SEI – Sociedade, Escola e Investigação

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

TICE - Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

UE – União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UO – Unidades Orgânicas

USF - Unidade de Saúde Familiar

VoIP - Voice over Internet Protocol

ZAAC – Zona de Acesso Automóvel Condicionado

## **Nota do Presidente**

O Relatório de Prestação de Contas de 2017, ano de fecho de mandato, confirma, em definitivo, a ideia da consolidação das políticas municipais enunciadas em 2013, aquando da tomada de posse.

Não pode, pois, ser estranho verificar que as "Contas à Moda do Porto" sejam inteiramente respeitadas, através de uma redução da dívida de médio e longo prazo que atinge níveis históricos neste Século, mas também da dívida de curto prazo, que espelha um comportamento de correção para com o mercado e com os agentes económicos de que se rodeia a autarquia.

Nem pode espantar que os itens que mais recursos consomem ao orçamento municipal sejam a coesão social, o ambiente e qualidade de vida, o urbanismo e reabilitação urbana, a mobilidade e transportes e a educação. E, no que respeita à coesão social, sublinhe-se que cerca de 70% do investido em 2017 foi destinado à habitação.

Poder-se-á questionar: e onde está a aposta na cultura? Pois, ela não apenas existiu, como todos os portuenses sabem, como é sustentável. E, de facto, se algo este relatório, como os anteriores, vem demonstrar, é que se pode investir na cultura, ter sobre ela uma atitude pró-ativa e respeitadora da liberdade criativa dos agentes culturais, fornecer serviços culturais de alto valor a preço social e manter as boas contas.

Ainda assim, note-se, o Município do Porto investe no sector cultural, diretamente, quase cinco vezes mais do que investe, por exemplo, no sector do turismo. Do lado da despesa temos, pois, um orçamento cumpridor do programa de governação, cumpridor dos desígnios eleitorais e sustentável.

Já do lado da receita, note-se que a cidade continua a conseguir gerar mais recursos, através do aumento da atividade económica que, não apenas gera emprego para os portuenses, como gera, também, receita fiscal para a autarquia. Em 2015, o Município do Porto obteve uma receita total de 154 milhões de euros. Em 2017 esta subiu para quase 186 milhões. Isso deve-se a bons atos de gestão, mas deve-se também à dinâmica que a cidade vive e que não é indiferente às políticas municipais e à capacidade que tem tido de atrair investimento privado em áreas como a reabilitação urbana, inovação, tecnologia e turismo.

E, note-se, estes grandes números são obtidos mesmo depois do Executivo Municipal ter desagradado os impostos dos portuenses, nomeadamente o IMI que agora se situa em 0,324%, estando perto do mínimo admitido, e de ter conseguido manter o preço de serviços essenciais, como o da água que, em quatro anos, teve um crescimento negativo.

Não posso deixar, ainda, de referir outros pontos que resultam deste relatório. A taxa de execução, perto dos 80% denota duas ideias. A ideia de que, relativamente a anos anteriores se manteve estável, não se percebendo nenhuma preocupação eleitoralista ou despesista em período pré-eleitoral. Ao contrário, acompanhou os valores de anos anteriores e que comparam bem com outros grandes municípios do país que apresentam, igualmente, dificuldades em atingir maiores níveis de execução com as atuais leis de contratação pública e dos compromissos.

Finalmente, o saldo de gerência atinge um acumulado histórico. Não deixarei que se diga que ter capacidade de investimento e de endividamento é mau. Porque é essa capacidade que permite ao Município avançar com obras estruturantes como as do Mercado do Bolhão, do Terminal Intermodal de Campanhã ou ter capacidade de intervenção com as novas políticas de habitação.

Em suma, o Porto está bem e recomenda-se do ponto de vista das suas contas públicas, conforme agências de notação financeira como a Fitch têm vindo a assinalar. E recomenda-se, sobretudo, pela liberdade que as suas boas contas proporcionam ao poder político que as criou e as sustenta. É essa liberdade para investir naquilo que eleitoralmente foi sufragado que me orgulho de poder exercer enquanto presidente da Câmara Municipal do Porto.

Rui Moreira

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017



Introdução



## I. INTRODUÇÃO

### Nota prévia

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2017, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Conforme estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam as referidas contas.

### Enquadramento macroeconómico

Em 2017, e de acordo com a estimativa preliminar<sup>1</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia (EU) e da Área do Euro (AE) passou para 2,6% e 2,7% em termos homólogos, respetivamente, o que revela a recuperação do sentimento económico tanto para a EU como para a AE.

No final de 2017, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter a taxa de juro principal da zona euro em 0%, o valor mais baixo de sempre e que vigora desde março de 2016, não havendo uma data precisa para o fim do seu programa de expansão monetária.

Em Portugal, a previsão do Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para que o PIB tenha um crescimento homólogo real de 2,4%, variação que resultará exclusivamente do contributo da procura interna. De igual forma, o consumo privado cresceu 2,2%, acelerando 0,1 p.p face a 2016.

A taxa de desemprego relativa a 2017 fixou-se em 8,9%, menos 2,2 p.p. do que em 2016, com o emprego a crescer 3,3%.

A taxa de inflação média anual foi de 1,6%<sup>2</sup> registando um aumento face a 2016, ano em que se fixou em 0,6%, e o défice orçamental deverá situar-se em 0,92%, excluído o impacto da recapitalização da CGD, uma redução significativa em relação ao ano anterior<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n.º 02| fevereiro 2018

<sup>2</sup> INE – Índice de Preços no Consumidor – dezembro de 2017

<sup>3</sup> INE, Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª notificação 2018, de 26-03-2018

## Principais resultados

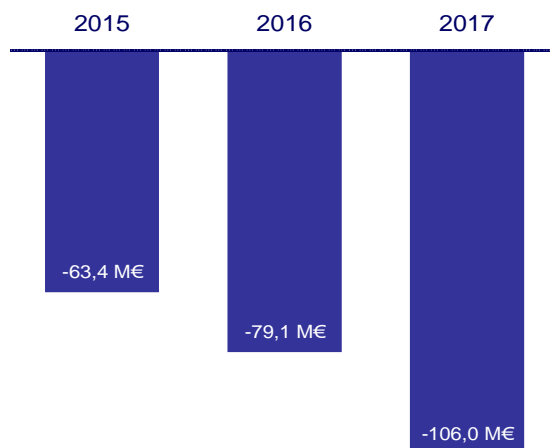
Em 2017, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 115,1%;
- O acréscimo da receita total de 2,7%, cerca de 7,3 milhões de euros, face a 2016. As receitas fiscais aumentam 6,9% (8,1 milhões de euros) por força do acréscimo verificado nos impostos diretos, sobretudo no IMT (mais 10 milhões de euros), e das taxas, multas e outras penalidades em resultado do recebimento de 2,4 milhões de euros de juros de mora relativos ao pagamento dos impostos municipais sobre o IMI e sobre o IMT, dos últimos 12 anos, que o Governo decidiu transferir para as autarquias no início de 2017.
- A utilização de 6,3 milhões de euros de empréstimos, sendo 3,5 milhões de euros do contratualizado com o IHRU, no âmbito do programa Reabilitar para Arrendar e 2,9 milhões de euros do contratualizado com o banco Santander Totta, para cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o mercado do Bolhão.
- A variação negativa das despesas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto é de cerca de menos 15,2 milhões de euros;
- O acréscimo do valor executado em investimentos, pelas empresas municipais e pelo Município, onde se inclui a aquisição do edifício CTT, em resultado da amortização antecipada do *leasing* financeiro, e de edifícios, no âmbito do exercício dos direitos de preferência.
- A redução da dívida bancária de médio e longo prazo em 6,2% (2,1 milhões de euros).
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) de 7 dias.
- O reforço da capacidade de endividamento.
- O endividamento líquido a curto prazo que apresenta um valor negativo de 106 milhões de euros.



F. 1 - Dívida Líquida de curto prazo



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou uma redução muito significativa. Em dezembro de 2017, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 106 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (18,7 milhões de euros) do que a pagar (1,2 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 14,2 milhões de euros.



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017



Atividades



## II. ATIVIDADES

Em 2017, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2013-2017, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

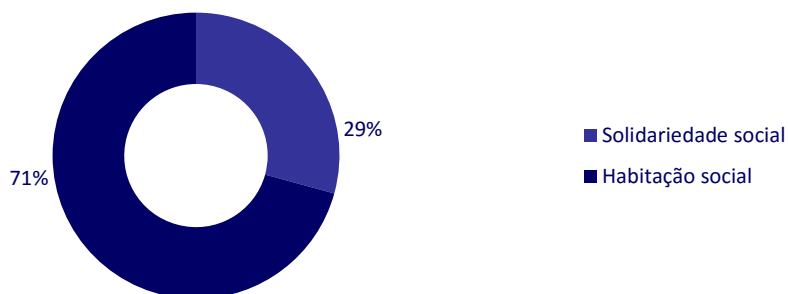
Q. 1 - Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago		Taxa de Execução
	€	€	%	%
Coesão Social	25 782 252	18 895 718	9,9%	73,3%
Economia e Emprego	2 782 762	1 596 230	0,8%	57,4%
Inovação	2 091 463	1 585 126	0,8%	75,8%
Cultura	6 777 232	5 691 422	3,0%	84,0%
Urbanismo e Reabilitação Urbana	24 994 496	4 293 636	2,2%	17,2%
Educação	10 876 881	8 819 509	4,6%	81,1%
Juventude	206 980	157 256	0,1%	76,0%
Turismo	1 343 604	1 269 689	0,7%	94,5%
Segurança	6 762 177	3 857 289	2,0%	57,0%
Desporto e Animação	6 339 632	5 920 378	3,1%	93,4%
Mobilidade e Transportes	13 761 673	10 666 154	5,6%	77,5%
Ambiente e Qualidade de Vida	27 839 723	24 513 508	12,8%	88,1%
Governância da Câmara	113 794 032	104 420 877	54,5%	91,8%
<b>Total</b>	<b>243 352 908</b>	<b>191 686 791</b>	<b>100,0%</b>	<b>78,8%</b>

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

## Coesão social

F. 2 - Coesão social



A Coesão social, entendida como um conjunto de políticas que se operacionalizaram e concretizaram em diversas intervenções, foi um dos mais importantes vetores estratégicos das políticas públicas municipais, tendo sido aplicados 18,9 milhões de euros, dos quais 13,4 milhões de euros na **Habitação social** e o remanescente (5,5 milhões de euros) na Solidariedade social.

A operacionalização das políticas públicas municipais utiliza essencialmente dois instrumentos para a sua concretização: a empresa municipal DomusSocial, EM e o Departamento Municipal de Desenvolvimento Social (DMDS).

A DomusSocial, EM reviu recentemente o seu posicionamento estratégico no que concerne às atribuições municipais que lhe estão cometidas, evoluindo de uma empresa de habitação social e manutenção para uma empresa de promoção pública da habitação. Compete-lhe, hoje, contribuir para o desenvolvimento do Porto na área de habitação, promovendo o desenvolvimento económico do concelho e reforçando a sua coesão social.

Assim, para a prossecução dos objetivos enunciados destacam-se os trabalhos que fundamentam muito das atuais políticas públicas de habitação e moldam/moldarão os contornos das políticas públicas municipais.

Entre outras, merece especial enfoque e preocupação o alargamento do espectro da cobertura da habitação pública a populações que atualmente não encontram uma resposta adequada por parte do mercado público e privado de habitação.

Tal preocupação encontra-se já refletida na abertura do leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outros modelos de provisão de habitação para o referido mercado de arrendamento, com a utilização do stock (devoluto e ocupado) de imóveis designados por casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex – FDZHP na denominada Operação Património (OP).

Será fulcral realçar que nesse alargamento do leque de intervenções inclui-se o programa para as ilhas municipais existentes. Aqui, a Ilha da Bela Vista corporiza, desde já, uma das variadíssimas formas e modelos de intervenção que se preveem implementar na cidade do Porto. Acresce a esta intervenção as intervenções programadas para as ilhas municipais de Bonjardim, 655 (em curso) e Cortes (em projeto). Após esta etapa original, prevê-se que a partir de 2018 se promovam as condições para a intervenção neste tipo de habitação, implementando o definido no documento Ilhas do Porto - Programa Estratégico, antevendo-se que a intervenção se estenda ao hegemónico sector privado (representam 99,9% do universo estatístico das Ilhas existentes do Porto) nos próximos anos.

Refira-se, também, a intervenção no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, tal como consagrado na última revisão estatutária, que ganhou um novo impulso e relevo (Cercos do Porto, Falcão e São João de Deus) prevendo-se que se constitua, nos próximos anos, como uma das áreas que deverá merecer uma particular atenção pela manifesta obsolescência que o atual espaço público destes bairros apresenta.

A gestão, manutenção e conservação dos imóveis do Parque de Habitação Pública Municipal constituído por cerca de 13.000 fogos e onde residem aproximadamente 30.000 pessoas (565 edifícios com 12.617 fogos, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às Casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP), é assegurada pela empresa municipal DomusSocial, EM, que procurou garantir a sua ocupação e correta utilização.

Neste âmbito, continuou a ter grande significado a política de investimento na reabilitação dos edifícios do referido parque, entendida internamente como grande reabilitação, e que compreende, de forma sucinta, a reabilitação de coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum, bem como das redes de infraestruturas prediais.

Em 2017, foram concluídas as intervenções: Eng.º Machado Vaz; Falcão (edifício 5); Ilha da Bela Vista; Santa Luzia (edifícios 41 a 45 e 66 a 69; 57 a 61 e 70 a 71; 53 a 56, 62 a 65 e 72 a 75). Encontravam-se em 2017 em execução as empreitadas: Bom Pastor (edifícios 7 e 10); Ilha do Bonjardim, 655; Falcão (edifícios 1 e 2; 3, 4, 6 e 8; 7 e 9); Ramalde; São João de Deus (reabilitação). Em fase de contratação encontravam-se as empreitadas nos bairros de: Bom Pastor (edifícios 1 a 6; 8 e 9); Cercos do Porto (edifícios 4, 11, 12, 14, 15, 18, 23, 25, 27 e 29); Monte da Bela e Pereiró.

Concluiu-se a elaboração do projeto de reabilitação do Cercos do Porto (1 a 3, 5 a 10, 16, 17, 19, 20, 30 a 33) e encontravam-se em elaboração os projetos de reabilitação de: Falcão (Agrupamento Habitacional); Bom Sucesso; Ilha de Cortes; Falcão (10 a 15); Fernão de Magalhães; Maceda, Pasteleira e Pêgo Negro, 351.

Foi concluída em 2017 a construção de um conjunto de 6 pequenos edifícios de São João de Deus (12 fogos).

Encontravam-se, ainda, em elaboração os projetos de construção da Maceda (16 fogos) e da Rua das Carvalheiras.

No âmbito das tarefas acometidas à DomusSocial, EM foram concluídas as empreitadas de manutenção preventiva: Agra do Amial; Campinas (edifícios 1 a 7); Carvalhido (edifício I); Choupos; Duque de Saldanha; Mouteira (edifício 10); Outeiro (edifícios A e N); Vale Formoso e Viso (edifícios 1 a 8). Encontravam-se em execução as empreitadas: Carvalhido (A a H e J a O) e Viso (edifício 1 a 4 e edifício 9 a 16), fase de contratação a empreitada relativa à Mouteira (edifícios 5 a 9 e 11 a 12), fase de elaboração de projetos: Carvalhido (edifícios A a F); Campinas; Mouteira (edifícios 1 a 4) e Rainha D.<sup>a</sup> Leonor (Agrupamento).

No domínio ainda da manutenção preventiva, em 2017, foram mantidas todas as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção, principalmente de coberturas, bem como de uma forma sistemática e regular dos diversos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Deu-se continuidade à elaboração de projetos das intervenções no espaço público de: Cerco do Porto e Falcão, tendo-se concluído o de São João de Deus.

Para além das ações de intervenção no clássico Parque de Habitação Pública Municipal é particularmente relevante, e sintomático, de uma abertura do leque de intervenção daquele tipo de provisão de habitação, as ações de grande reabilitação de edifícios no Centro Histórico (as já referidas OP).

Encontram-se em elaboração de projeto as operações: OP 2 (Rua de Trás, 123); OP 6 (Rua Tomás Gonzaga, 16/38) e OP 7 (Rua Dom Hugo, 8/10).

Em fase de contratação das empreitadas de obras públicas das Casas do Património incluídas nas OP's: OP 1 (Rua da Arménia, 73/75 Rua de Miragaia de Miragaia, 56/58); OP 2 (Rua de Trás, 9 / Rua dos Caldeireiros nº 6; OP 3 (Rua Infante D. Henrique, 103/107); OP 3 (Rua Cima do Muro, 18); OP 4 (Rua Azevedo Albuquerque, 70/76); OP 5 (Rua da Reboleira, 42); OP 5 (Rua da Reboleira, 29 / Muro dos Bacalhoeiros, 133); OP 5 (Rua da Reboleira, 13 / Muro dos Bacalhoeiros, 123).

Durante o ano de 2017 foram, ainda, lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas tendo sido executadas 333 habitações, entregues à Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH). Deste total, 10 habitações são referentes às Casas do Património. O investimento ascendeu a cerca de 2,5 milhões de euros. Encontrava-se,



ainda, em 2017 em processo de reabilitação interior 74 fogos e em elaboração de projeto de reabilitação 16 habitações.

Ainda no âmbito da política habitacional no município promoveu-se a Coesão Social, tentando minimizar as situações de pobreza e exclusão social. Relevantes segmentos da população encontram-se em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifesta incapacidade para recurso ao mercado normal de arrendamento privado. Em 2017, foram instruídas 1.020 candidaturas a habitação social e atribuídas 303 casas a famílias carenciadas. No mesmo período foram realizadas 89 transferências, sobretudo por razões de saúde e mobilidade.

Foi prestada uma particular atenção à iniciativa legislativa anunciada pelo governo, designada por uma Nova Geração de Políticas de Habitação, tendo o Município participado ativamente através do envio de contributos e participado em várias reuniões com a Secretária de Estado da Habitação. Também foi efetuado o Levantamento Municipal das Necessidades de Realojamento Habitacional – Porto, no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017, publicada em 17 de março, cujo relatório foi entregue ao IHRU, I. P.

No âmbito da **Solidariedade social** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 3,3 milhões de euros, e na intervenção social, o Programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social, e as atividades promovidas pelo Departamento Municipal de Desenvolvimento Social.

Com o Programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social, procurou-se combater a exclusão social nas suas diferentes dimensões, intervindo em três áreas: Apoio à habitação, Apoio à inclusão dos cidadãos com deficiência e Solidariedade social.

Na vertente do Apoio à habitação, foi aprovada, em 2017, a 4ª edição, com uma dotação global de 1,1 milhões de euros, para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa a habitação. Estão a ser beneficiadas, nesta edição, 395 famílias, com um apoio concedido por 12 meses, em função do valor da renda e do rendimento mensal bruto do agregado familiar. O encargo médio mensal com a habitação situa-se em 267,49 euros e o apoio médio mensal concedido é de 178,04 euros.

Foram ainda executadas, através da DomusSocial, EM, outras intervenções que se enquadram no âmbito da Solidariedade social, numa série de equipamentos, essencialmente de beneficiação ou reabilitação de edifícios, entre eles: Académico Futebol Clube, das Associações de Moradores de: Agra do Amial, Bessa Leite e da Lapa, da Unidade de Vida protegida da Associação de Familiares, Utentes e Amigos do Hospital de Magalhães Lemos,

do Centro de Atividades Ocupacionais, dos Centros Sociais da Obra Diocesana de Promoção Social de Rainha D.<sup>a</sup> Leonor, de S. Tomé e de S. João de Deus.

Ao longo de 2017 impôs-se a necessidade de adequação da gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Deu-se assim continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas e implementaram-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

É o caso do projeto solidário Porto., considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades locais e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, sem deixar de fora os afetos. Também as Residências Partilhadas para Seniores foram criadas para servir de alternativa à precoce institucionalização em lares de idosos e, simultaneamente, combater o seu isolamento.

Através do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, e no plano da intervenção social, reforçaram-se os apoios, parcerias e ações dirigidos aos grupos mais vulneráveis da população, de forma a minimizar carências e a facilitar a sua integração na comunidade. Intensificou-se a articulação do trabalho na Rede Social, de forma a privilegiar uma intervenção integrada, globalizante e transversal, quer em articulação com as várias unidades orgânicas do Município e Organismos Regionais, quer no apoio, estímulo e fomento das iniciativas das instituições da Cidade que têm sido parceiros importantíssimos.

Junto da população idosa, deu-se continuidade ao Programa Aconchego, com aumento dos seus aderentes, e ao Programa Porto Amigo, tendo este alargado o seu âmbito de intervenção, passando a realizar obras de adaptação em habitações de pessoas com necessidades especiais. Foi ainda comemorado o Dia Metropolitano dos Avós, com a participação de 700 seniores.

No âmbito da adesão do Porto à Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas iniciou-se a elaboração do Plano de Ação que contou com o contributo de inúmeros representantes de organizações governamentais, não-governamentais, instituições académicas, e seniores.

Deu-se continuidade ao Projeto Acolher, programa de integração de novos inquilinos dos bairros sociais, em articulação com a DomusSocial, EM, através de 12 ações de formação, cujos objetivos passam pelo desenvolvimento de competências pessoais, sociais e familiares assentes em questões habitacionais, estruturais, de gestão de conflitos e de vivência em comunidade, que visa melhorar a integração das famílias nos conjuntos habitacionais municipais, elevando a sua qualidade de vida.

De forma a dar resposta às políticas públicas no âmbito da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e de combate à violência doméstica e de género, ao tráfico de seres humanos, constantes no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017, o Município do Porto integrou uma candidatura para a promoção de um plano de formação para públicos estratégicos possibilitando a formação de técnicos de várias organizações.

As atividades especialmente vocacionadas para as crianças continuaram a merecer um relevante investimento, através da manutenção dos *ateliers* temáticos no Centro de Educação Ambiental e da dinamização do Projeto Missão Férias, em parceria com a Porto Lazer, EM. O projeto Música para Todos foi alargado a mais uma turma e a Orquestra Juvenil da Bonjóia continuou a sua atividade, tendo realizado oito apresentações públicas.

Foi ainda efetuado o processo de recrutamento para o exercício do cargo de juiz social para o biénio de 2017-2019.

A população com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e saúde continuou a usufruir do projeto Golfe para Todos, dinamizado na Quinta de Bonjóia.

No âmbito da estratégia municipal de apoio às pessoas em situação de sem abrigo, continuou a ser dinamizado o Restaurante Solidário, na zona da Batalha, permitindo oferecer refeições com maior qualidade e dignidade, servindo diariamente uma média de 165 jantares, e iniciadas diligências para a abertura de mais dois em meados de 2018. Com o trabalho realizado pela equipa de rua multidisciplinar, constituída e financiada pelo Município, foi possível reforçar o acompanhamento a esta população, tendo esta equipa conseguido integrar, em resposta de alojamento, 32 pessoas em situação de sem abrigo. Em setembro foi aberto o centro de acolhimento temporário, a funcionar nas antigas instalações do Hospital Joaquim Urbano que disponibiliza 15 vagas para acolhimento temporário. O alojamento de longa duração, destinado a pessoas em processo de autonomização, manteve o seu funcionamento, tendo permitido a autonomização definitiva de alguns beneficiários. O Município integrou o Grupo de Trabalho criado por Sua Ex<sup>a</sup> o Presidente da República para acompanhar a Estratégia Nacional para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2021. Consolidar a estrutura de parceria do NPISA Porto e a transferência da coordenação da Segurança Social para o Município do Porto no início de 2018 foi uma das outras medidas concretizadas.

A dinamização e operacionalização da Rede Social no Município intensificou-se, com base numa estratégia assente em princípios de integração, de articulação, de subsidiariedade, de inovação e de parceria, mantendo-se a coordenação e suporte técnico do Núcleo Executivo, do Conselho Local de Ação Social (composto por cerca de 250 instituições). Deu-se início ao

trabalho de atualização do Diagnóstico Social e elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Município do Porto. Recuperou-se a prática de elaboração do Plano de Ação Anual da Rede Social, tendo ficado concluído o Plano para 2018. Realizaram-se reuniões com todas as Juntas de Freguesia para a criação das Comissões Sociais de Freguesia em todo o Município e deu-se início ao trabalho de alteração do Regulamento do Conselho Local de Ação Social e de elaboração do modelo de regulamento para as Comissões Sociais de Freguesia. Salienta-se, ainda, a participação ativa ao nível da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Grande Porto.

No âmbito da intervenção interinstitucional foram apoiadas mais de 100 instituições da Rede Social do Porto e foram dinamizadas diversas reuniões com os respetivos Grupos Operacionais da Rede Social.

Foi ainda colocada em funcionamento a Plataforma Digital da Rede Social do Porto, que contou com a adesão de 200 instituições, que possibilita a divulgação atempada entre parceiros das atividades em curso, e a implementação de um conjunto de funcionalidades que incentivem a comunicação e cooperação entre os parceiros, nomeadamente na divulgação de projetos/iniciativas em curso ou em desenvolvimento.

Foi realizada a XIV edição da Arca de Natal, na Estação de S. Bento, que contou com a presença de 26 instituições e cerca de 6.500 visitantes.

No âmbito das atividades diretamente ligadas às políticas de promoção da saúde, deu-se continuidade às atividades de planeamento e dinamização de um conjunto de iniciativas dirigidas, essencialmente, à promoção de estilos de vida saudáveis que concretizem melhorias na qualidade de vida da população portuense. Foram reforçados projetos de iniciativa municipal, tendo-se mantido o apoio a entidades que promoveram ações na área da saúde, desde que enquadradas nos objetivos estratégicos do executivo, e sempre que possível, integradas nos projetos municipais.

Realizaram-se as I Jornadas Municipais de Saúde, onde, entre outros, se iniciou o diálogo necessário à produção do Plano Municipal de Saúde (PMS) do Porto (em estreita colaboração com os cuidados de saúde primários do concelho). Com o objetivo de envolver o maior número possível de instituições e cidadãos na elaboração deste documento realizaram-se várias ações, entre as quais os Fóruns Participativos que se constituíram como espaços de discussão, participação e envolvimento dos principais atores e da comunidade, na validação das linhas estratégicas que constarão do PMS Porto, bem como da sua operacionalização, numa perspetiva de promoção da saúde articulada, sinérgica e sustentável a nível local. Em cada Fórum, o tema a debater, está ligado a um dos quatro grandes eixos de intervenção que

constarão no Plano: Crescer & Envelhecer no Porto; Bem-estar emocional, psicológico e social; Alimentação Equilibrada e Consumos. Em 2017 realizaram-se os dois primeiros fóruns.

Dinamizaram-se atividades dirigidas a grupos e subgrupos da população, privilegiando as que se enquadravam na promoção da Literacia em Saúde, como foi o caso da iniciativa Porto sem Diabetes, cujos objetivos passaram pelo aumento da consciência e dos conhecimentos, relativos a este problema, evidenciando a importância (e a possibilidade) da sua prevenção, bem como do diagnóstico precoce e da educação.

No âmbito da Carta dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários o Município iniciou a construção da Unidade de Saúde de Ramalde e a ARS deu continuidade à obra de requalificação da USF da Batalha e ao processo para a construção do novo Centro de Saúde do Cerco.

Iniciaram-se diligências para a dinamização dos dois Conselhos das Comunidades dos dois Agrupamentos dos Centros de Saúde, cuja presidência é do Município.

Relativamente à promoção da empregabilidade, a Cidade das Profissões realizou 653 processos de consultoria de percursos profissionais, 145 workshops e 12 Clubs, em que participaram 2.577 pessoas. As iniciativas Speed Recruitment, MASTER.SPITCH, Business Break e Meeting Day, contaram com um total de 906 participantes. Foram realizados 716 atendimentos à distância e registados 1.835 acessos no espaço multimédia. Em estreita parceria com as entidades de ensino e formação, realizou 25 atividades, em que participaram 908 alunos e ex-alunos. O ano de 2017 foi também marcado pela renovação do Porto na Presidência do Réseau International des Cités des métiers por mais um mandato de três anos; e pela organização, no Porto, do encontro anual do Réseau International - Spring School, onde marcaram presença mais de 25 cidades das profissões de países como a França, Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, Suíça, entre outros.

O Gabinete de Inserção Profissional registou 1.337 pessoas nas suas ações de informação sobre as medidas ativas e oportunidades de emprego e formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação.

Em 2017, o Centro de Inovação Social do Porto acompanhou 10 projetos de empreendedorismo e inovação social, dos quais dois se autonomizaram.

Com o objetivo de promover a inclusão social e contribuir para a diminuição da pobreza e do desemprego nos territórios mais vulneráveis do concelho do Porto, como as Comunidades Desfavorecidas identificadas no PEDU, foi elaborada, em parceria com a DomusSocial, EM, uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa, que permitirá reforçar e qualificar o ecossistema de

empreendedorismo social do Porto e capacitar, organizar, alinhar e mobilizar os agentes envolvidos na inovação social.

No âmbito do leque de Serviços de Cidadania do Gabinete do Município, oferecidos pelo Município, verificando-se a tendência crescente da sua procura, reforçou-se a aposta no Serviço Municipal de Apoio ao Consumidor, no Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado, no Serviço Municipal de Apoio à Reutilização dos Livros Escolares e no Serviço Municipal de Aconselhamento Jurídico.

## **Economia e Emprego**

No objetivo Economia e Emprego, um dos vetores centrais do orçamento municipal, não pelo montante expresso em termos orçamentais mas por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a Cidade, foram considerados os programas **Mercator** e o **Dinamismo económico** onde foram executados 1,6 milhões de euros.

No âmbito do Programa **Mercator**, e através da GO Porto, EM, foi concluída a empreitada relativa ao Mercado Temporário do Bolhão e o Concurso da empreitada para o Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão. Ainda através desta empresa municipal deu-se início à contratação dos serviços relacionados com a gestão operacional do espaço mencionado, e da sua promoção.

No domínio do **Dinamismo económico** e do desenvolvimento económico a questão da atração de investimento, continuou a ser a pedra central da atuação do Município por forma a criar as condições para o fortalecimento do ecossistema empresarial na cidade e de um ambiente de negócios competitivo ao nível nacional, europeu e mesmo global. Tal será um fator fundamental para a sustentabilidade da nova dinâmica económica que se vive na cidade do Porto, capaz de captar investimento estruturante e promover a criação de emprego qualificado.

No âmbito da atividade de atração de investimento, foram realizados 202 atendimentos a potenciais investidores, tendo sido apoiados 143 projetos de investimento, dos quais 90 contactaram pela primeira vez a Invest-Porto em 2017. É notório o aumento substancial da atratividade da cidade, principalmente em atividades baseadas no conhecimento e com elevado potencial de crescimento.

Mais de metade dos projetos apoiados (55%) são de âmbito internacional, com destaque para o setor das TICE e Imobiliário. Verifica-se uma tendência para o aumento de projetos nas áreas de Consultoria, Centros de Serviços Partilhados, Saúde, Energia, Ambiente e Mobilidade. A percentagem de projetos internacionais cresceu ligeiramente entre 2016 e 2017

(de 52% para 55%), sendo os principais países de origem a França, os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a Alemanha. Muito relevante é o aumento da diversidade dos países de origem dos investidores, provenientes de 24 países distintos, refletindo o crescente interesse por parte de empresas sediadas nas mais diversas latitudes.

Do total de projetos de investimento captados em 2017, foram instalados 18 novos projetos e 108 estão em fase de implementação ou negociação, contribuindo para a atração de empresas nos diversos setores, sobretudo em atividades que potenciam o crescimento do PIB da região, as exportações e a criação de emprego. Os projetos de investimento que estão a ser atraídos para a cidade, de diferentes tipos de promotores, e em diferentes fases de desenvolvimento, contemplam desde a criação de novas empresas, até empresas que pretendem iniciar uma nova fase de investimento ou expandir para uma nova unidade.

No decurso de 2017, os serviços direcionados ao investidor visaram responder às necessidades identificadas, com destaque para (i) o apoio à localização empresarial através da Porto Business Location Platform (PBLP), que permitiu a apresentação de 578 propostas de localização a potenciais investidores, destacando-se novamente o setor das TICE e o Imobiliário, através da identificação de espaços disponíveis para comercialização na cidade do Porto, com base em critérios e requisitos definidos pelo investidor, bem como as características por tipologia de espaço e outras variáveis como acessibilidades e transportes disponíveis, realçando-se o crescimento da procura de escritórios de maior dimensão, entre os 2.000 e os 10.000m<sup>2</sup>, e de espaços mais modernos e flexíveis, tecnologicamente avançados e adaptáveis às novas formas de trabalho. A qualidade da oferta tem-se revelado decisiva na opção de localização por parte de grandes empresas; (ii) o aconselhamento e a disponibilização de informação à medida das necessidades dos investidores; (iii) o apoio ao processo de licenciamento de atividades económicas, através do serviço de Via Verde de apoio ao investidor, com vista à eliminação de custos de contexto e à agilização de procedimentos tendentes à instalação de empresas; (iv) a identificação de talento (recursos humanos) e de mecanismos de apoio à contratação, ação concertada com as principais instituições de ensino superior e centros de I&D da cidade e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais especificamente, no domínio dos mecanismos de apoio à contratação; e (v) a identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, designadamente na procura de fontes de financiamento direcionadas para o apoio e dinamização do investimento.

No âmbito da promoção e reconhecimento internacional do Porto como destino favorável à atração de investimento e ao acolhimento internacional, destaca-se a participação do Município em iniciativas de *networking*, eventos e missões internacionais que contribuíram para que atualmente o Porto seja reconhecido como uma cidade mais competitiva, mais

integrada na economia global e melhor posicionada no radar de grandes operações de investimento internacional. Destaca-se a participação em 9 missões internacionais e a organização e participação em mais de 77 iniciativas de *networking* e eventos, 49% das quais direcionadas à captação de investimento internacional.

Ainda neste domínio, salienta-se a participação no conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da preparação e acompanhamento da candidatura da cidade do Porto à relocalização da Agência Europeia do Medicamento (EMA), que contou com o envolvimento ativo do Município do Porto e dos vários agentes da cidade. O conjunto de iniciativas desenvolvidas, contribuíram para colocar o Porto no radar do investimento internacional, contribuindo para a sua afirmação como Cidade Europeia de referência para a localização de entidades empresariais de excelência a nível europeu e mundial.

A promoção institucional da cidade como destino de investimento nos canais digitais foi reforçada em 2017, com o lançamento do *website* investporto.pt e com o reforço da presença assídua nas redes sociais.

Destaca-se ainda a participação ativa do Município no Projeto In Focus do programa europeu URBACT, que visa desenvolver um plano de ação para a especialização inteligente nas cidades, em articulação com a região, num processo de participação de atores relevantes, de coprodução e corealização das ações. Nas 5 reuniões do Grupo de Ação Local em 2017, foram debatidos vários temas chave do projeto: a gestão de talento, o *marketing e branding* territorial, os novos espaços de trabalho em ambiente urbano, o Porto Innovation District, e Campanhã/Matadouro. Os contributos servirão de base ao desenvolvimento do plano de ação local integrado. O Município participou ainda nos workshops internacionais do projeto, em Bucareste, Turim, e Bordéus, tendo em vista a troca de experiências com outras cidades europeias e a aprendizagem mútua.

Reconheceu-se o Talento como um impulsionador económico relevante, um ativo potencializador de atração de investimento e de fixação de empresas, tendo sido desenvolvido e apresentado o estudo Mapa de Talento Porto Norte, cujo principal enfoque incidiu no mapeamento da procura e da oferta de talento da cidade e da região. Esta aposta do Município permitiu avaliar as competências mais procuradas e os recursos disponíveis, nomeadamente, estudantes de ensino superior, desempregados, estrangeiros, expatriados, academias e requalificação, entre outros.

Ainda no domínio do Talento, cimentou-se a participação da cidade do Porto, através do Município, na Parceria Europeia Jobs and Skills in the Local Economy, no âmbito da Agenda Urbana da EU, e iniciou-se uma parceria que envolve autoridades urbanas, autoridades governamentais e outros organismos juntamente com atores locais na definição de políticas



européias com relevância urbana, coordenando e interagindo os diferentes setores em abordagens integradas e sustentáveis de desenvolvimento urbano, com vista a promover uma melhor regulação, melhor financiamento, melhor conhecimento e inovação. Uma parceria com uma abordagem *bottom up* em que o Município do Porto, enquanto autoridade urbana, procura dar resposta aos desafios das cidades, propondo medidas a nível europeu com impacto local que promovam o reconhecimento da inovação urbana através da partilha de conhecimento entre cidades e da implementação de boas práticas desenvolvidas.

No âmbito do comércio, cujo objetivo visa concretizar um programa de comércio e serviços que incentive o interesse do investimento nacional e internacional e que motive todos os comerciantes residentes a inovar na oferta dos seus produtos, foram desenvolvidas diversas iniciativas dirigidas à revitalização sustentável do comércio da cidade.

Após o sucesso do projeto-piloto de Formação e Consultoria para Comerciantes, implementado em 2016, deu-se continuidade à realização de ações de formação gratuitas com o objetivo de sensibilizar, informar, capacitar e potenciar o comércio, face às exigências do setor. Os comerciantes contribuíram ativamente para a escolha e definição dos temas que queriam ver desenvolvidos, de acordo com as suas reais necessidades, tendo sido implementadas 20 ações de formação, com 388 participantes nas mais diversas áreas e uma avaliação global superior a 93%.

Com o objetivo de orientar, apoiar e reforçar o conhecimento do comerciante para promover e potenciar o seu negócio, foi disponibilizado um serviço de consultoria gratuita, Check-up do seu negócio, nas áreas de Vitrinismo, Atendimento ao Público, Fidelização do Cliente e Gestão de Negócio. Com este projeto-piloto, apoiaram-se os agentes do comércio local em três fases, a de diagnóstico, a de consultoria in loco com a aplicação de planos de ação concretos, e a de definição de uma metodologia de intervenção e um plano estratégico para o futuro. A Consultoria de Negócio foi realizada a 20 estabelecimentos comerciais das mais diversas áreas.

Neste domínio, iniciou-se o desenvolvimento de uma plataforma web e aplicação móvel que irá permitir ao Município, ao cidadão nacional ou estrangeiro obter uma caracterização diária e atualizada do comércio na cidade do Porto e, ainda, que o comerciante, através do seu registo, possa dar visibilidade ao seu negócio, apresentando e promovendo o seu espaço comercial.

Em 2017, e com o apoio da Associação dos Comerciantes do Porto, realizou-se o I Seminário Internacional do Comércio, subtítulo Os Novos Desafios, com a participação de 125 comerciantes da cidade e 36 entidades de referência no setor.

Reconhecendo a importância de salvaguardar o comércio local e tradicional com interesse histórico, que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituam uma relevante referência cultural ou social para a cidade, foi iniciado, em 2016, o projeto Porto de Tradição junto de 83 estabelecimentos comerciais. Na sequência do trabalho desenvolvido, foram identificados 37 estabelecimentos que reuniam os critérios para serem reconhecidos como estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local.

Na esteira do que o Município do Porto vinha já defendendo, foi publicada a Lei n.º 42/2017, 14 de junho, que estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, ao abrigo da qual foram reconhecidos e protegidos 40 estabelecimentos comerciais e estavam em fase de consulta pública mais 9. Ainda neste âmbito, o Município começou a desenvolver uma proposta de regulamento do Porto de Tradição que irá permitir a consagração de outras medidas de apoio e proteção, para além das consagradas neste diploma.

Para promover as manifestações artísticas, estimular o espírito criativo e premiar a iniciativa dos comerciantes, em 2017, realizou-se a segunda edição do concurso de montras de Natal, e ainda os concursos de montras de primavera e de comércio em ação, que contaram, respetivamente, com a participação de 157, 117 e 35 estabelecimentos comerciais.

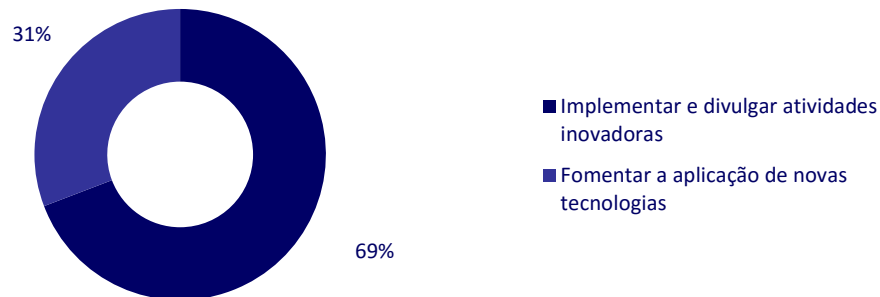
Para dar visibilidade e destaque ao comércio local e tradicional da cidade foi produzido material promocional temático para cada época do ano, que teve como ponto de partida a marca Porto., iniciativa em que participaram 948 estabelecimentos comerciais.

Com o objetivo de promover algumas zonas comerciais da cidade e de tornar o comércio de rua mais apelativo, foi implementado o projeto Lojas na Rua que contou com ações de animação de rua e procurou diferenciar a forma como o comerciante capta a atenção e o interesse do público. Com o apoio de profissionais especializados na área do vitrinismo foi realizada uma transposição apelativa do estabelecimento comercial para o exterior, promovendo os produtos e serviços dos estabelecimentos que aderiram ao projeto. Em 2017 foram realizadas duas edições das Lojas na Rua, sendo uma nas ruas 31 de janeiro, Clérigos e Carmelitas e outra nas ruas Mouzinho da Silveira, Largo de S. Domingos e Rua Ferreira Borges, com a adesão de 102 estabelecimentos comerciais.

Ainda no sentido de promover as raízes da Cidade ao nível da gastronomia e divulgar a marca Porto., lançou-se a edição em inglês do livro Eating à la Porto que revisita as receitas tradicionais do Porto, algumas delas aos olhos dos chefes emergentes e com um toque de modernidade.

## Inovação

F. 3 – Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar a aplicação de novas tecnologias, foram aplicados 1,6 milhões de euros.

Através do programa **Implementar e divulgar atividades inovadoras** desenvolveu-se a atividade com base em 3 pilares: apoio ao empreendedorismo, promoção da inovação no contexto de transformação da cidade e processos de cocriação e envolvimento do cidadão. De forma complementar, desenvolveram-se ainda projetos transversais de promoção da inovação organizacional e de promoção de processos de transformação digital. Nesta última componente alargou-se a oferta de serviços, nomeadamente, centrando a atividade na área relacionada com o desenvolvimento do conceito de plataforma urbana e serviços digitais.

Com suporte no trabalho do ecossistema de inovação e criatividade do Porto, deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto Porto Innovation Hub (PIH), tendo sido apresentados exemplos concretos do impacto da inovação na transformação da cidade. Pensado desde o início para ser uma plataforma verdadeiramente agregadora da inovação na cidade do Porto, o PIH assumiu também o desafio de encontrar uma resposta para a estratégia de expansão da política de inovação, desenvolvendo um conjunto de atividades que envolveram organizações do sistema científico e académico, assim como um largo conjunto de cidadãos. Todos estes parceiros, em articulação com os técnicos do município, contribuíram de forma ativa para o desenho base para o plano de ação para a inovação, tendo o resultado reunido cerca de 300 ideias e propostas que pretendem contribuir para uma transformação contínua da cidade em múltiplas áreas. Este conteúdo foi reunido num livro, com versão em Português e Inglês – A inovação na transformação da cidade, e que se encontra agora a ser trabalhado no sentido de produzir o plano integrado para a inovação. Do trabalho realizado durante este período destacam-se ainda a realização de três exposições – Parque da Cidade; Mar de Inovação e Transformar a Economia.

Com o objetivo de dar continuidade ao apoio ao ecossistema de empreendedorismo, nomeadamente ao crescimento sustentável das várias iniciativas lançadas, e mais em concreto, ao apoio direto no processo de crescimento das múltiplas *Startups* que têm surgido na cidade, a iniciativa ScaleUp Porto continuou a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam fortalecer o empreendedorismo, a sua expansão e internacionalização. Neste contexto foi desenvolvido o concurso de apoio ao empreendedorismo, inovação e tecnologia – ScaleUp Porto. Sendo uma convocatória aberta à cidade, permitiu desafiar a comunidade para contribuir para um ecossistema mais vivo e dinâmico e estimular a cultura empreendedora, aumentar as oportunidades de *networking* e fontes de conhecimento e a dinamização da comunidade *startup* e *scaleup*, nomeadamente durante a semana Start&Scale. Este concurso resultou na apresentação de 48 candidaturas, das quais se destacaram 8 vencedoras, que receberam um total de 70 mil euros de financiamento. Nas várias atividades realizadas no contexto da Convocatória Aberta do ScaleUp Porto participaram mais de 1.300 participantes e 130 convidados, tendo parte das atividades sido enquadradas na segunda edição da semana Start&Scale.

Neste âmbito foram ainda realizadas mais duas atividades de relevo. O evento Smart Capital organizado em parceria com o International Venture Club, trazendo ao Porto investidores e gestores de capital de risco para debater o tema *Scaling Up* e, em parceria com a ANJE, a primeira edição do programa Growth Champions – um programa pioneiro em Portugal de apoio direto ao crescimento sustentado e progressivo das PME nacionais de alto crescimento e empresas de perfil tecnológico e altamente exportador.

Na componente de internacionalização foi organizada a participação da cidade no Web Summit, que em parceria com a ANJE, UPTEC e Politécnico do Porto promoveu a nova plataforma de captação de talentos Porto., For Talent, visando a promoção do Porto como cidade de captação de talentos e cidade de eleição para o desenvolvimento de uma carreira profissional de sucesso.

Na componente de projetos europeus, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos projetos Smart Impact, que visa explorar e desenvolver metodologias e ferramentas de gestão e inovação para os municípios, essenciais para o financiamento, construção, gestão e operacionalização de uma Cidade Inteligente; GrowSmarter que enquadra a cidade inteligente numa visão que vai além da oferta das tecnologias inteligentes, enfatizando uma abordagem multidisciplinar e de aplicação integrada, com o objetivo de reunir autoridades municipais, fornecedores industriais inovadores, entidades de relevância na definição de políticas nacionais e europeias, academia e sociedade civil para estimular a adoção de soluções inteligentes da cidade; e SynchroniCity que é uma ambiciosa iniciativa de oito cidades europeias que pretende contribuir para o desenvolvimento do mercado único digital para

serviços urbanos habilitados para IoT. Ao testar serviços em escala em zonas de referência, o SynchroniCity aborda como incentivar e criar confiança para que empresas e cidadãos participem ativamente para oferecer serviços urbanos comuns habilitados para IoT, que atendam às necessidades dos cidadãos num mercado global, e criar um ambiente de soluções baseadas em evidências que possam ser facilmente usadas noutras regiões.

No âmbito do programa **Fomentar a aplicação de novas tecnologias**, e no domínio dos sistemas de informação, durante 2017 deu-se continuidade ao projeto de MIM - Microsoft Identity Manager, alargou-se o âmbito aplicacional à gestão documental e foi iniciado o estudo para uma futura integração com a aplicação de Gestão de Pessoal.

Manteve-se a aposta no Portal de Gestão, portal de Business Intelligence (BI) da Autarquia. Deu se início à utilização da ferramenta Power BI para a disponibilização de *dashboards* e foram apresentados novos temas nas áreas do Urbanismo, da Minha Cidade, dos Recursos Humanos e Fiscalização.

Foi Instalada, no edifício dos Paços do Concelho, uma rede *wifi* de nova geração, norma IEEE 802.11ac wave 2, com gestão centralizada e cobertura estendida a todo o edifício. Esta infraestrutura permite difundir redes *wifi* distintas, em zonas específicas do edifício, disponibilizando serviços diferenciados.

### **Cultura (e ciência)**

No objetivo da Cultura (e ciência) integra-se o programa **Dinamização da cultura** no montante de 5,7 milhões de euros.

Através da atuação dos serviços municipais de Bibliotecas, Arquivos, Museus, Património Cultural, Galeria, Teatros e Ação Cultural e Científica, foi desenvolvida uma intensa e diversificada programação, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia, da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

Destaca-se a ação do Teatro Municipal do Porto – Rivoli e Campo Alegre, que consolidou em 2017 a sua atuação como equipamento cultural de referência das artes performativas através de uma programação vasta, com projetos internacionais como Raimund Hoghe, Milo Rau, Sergio Boris, Dorothee Munyaneza, Trinidad González, e criadores nacionais e locais como Martim Pedroso, Patrícia Portela, Vítor Hugo Pontes, Marco da Silva Ferreira, João Pedro Vale & Nuno Alexandre Ferreira, Companhia Caótica e muitos outros, parte dos quais no âmbito dos festivais acolhidos como o FITEI ou o FIMP. Mantiveram-se as apresentações

regulares do âmbito dos Palcos Instáveis e as residências artísticas de longa e de curta duração no Teatro da Campo Alegre. Importa salientar a realização da segunda edição do Festival DDD – Dias Da Dança, que em 2017 contou com mais uma semana de programação em associação com outros dois municípios, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. O Teatro Municipal do Porto é também o espaço para ver cinema (festivais como o Multiplex 2017: Victor Erice, Kino – Mostra de Cinema de Expressão Alemã, IndieJúnior Allianz, Fantasporto, Festa do Cinema Italiano, Beast – Festival Internacional de Cinema, Queer Porto, Micar Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista, Porto Post-Doc...), para ouvir música (Harmonies, Understage, Novos Talentos, Porto Best Of, Festival Porta Jazz...), proporcionando uma atividade plural, diversa e para todas as faixas etárias. Ao longo do ano realizaram-se no Teatro Municipal de Porto mais de 480 iniciativas, distribuídas por mais de 1.500 sessões, fruídas por mais de 120.000 pessoas.

Mas não só nos teatros se apresentam artes performativas. O programa da 4.<sup>a</sup> Edição do Cultura em Expansão continuou a levar a arte e a cultura a locais da cidade onde o seu acesso está mais condicionado, apresentando projetos participativos e itinerantes em bairros sociais e locais periféricos, contribuindo para a coesão social e a regeneração urbana, eliminando barreiras e encurtando distâncias culturais, sem conceder na qualidade artística dos projetos. Ao todo, foram 59 sessões, com nomes como Sérgio Godinho & Filipe Raposo, Leonor Keil, Diogo Infante, Assédio Teatro, Tonán Quito, Visões Úteis, Circolando, Rui Catalão... Em 2017, o programa deu mais ênfase ao trabalho laboratorial, e de processo criativo acompanhado, com grupos de residentes de diferentes bairros da cidade. Da criação do OUPA! – seis meses de residência artística no Bairro da Pasteleira, com jovens do bairro, em oficinas de escrita, produção musical, vídeo, performance, promoção e produção de espetáculos, que pretendem estimular o espírito *do it yourself* e promover o sentimento de pertença – à realização cinematográfica de João Salaviza e Ricardo Alves Jr. com “Russa” passado no Aleixo.

Realizou-se mais uma edição do festival internacional de pensamento Fórum do Futuro, sob o tema Terra Elétrica, que versou sobre alterações climáticas, violência, sexualidade, tecnologia e extinção. Esta quarta edição consistiu num intenso programa onde foi possível debater ideias de destruição e de salvação, para o planeta e para a humanidade, e refletir se estaremos definitivamente conformados com a ideia de que a Natureza – a do planeta e a nossa – não tem de ser o que era. O evento acolheu oradores oriundos das mais diversas áreas do conhecimento como cientistas, sociólogos, arquitetos, artistas, entre os quais Richard Sennett, Sou Fujimoto, Mykki Blanco, Elizabeth Hadly, Nelly Ben Hayoun, Hito Steyerl, Trevor Paglen, Francis Kéré, Denise Ferreira da Silva, David Shoemaker, Les U. Knight, Steven Pinker ou Hamish Fulton, com o objetivo de privilegiar caminhos que abrem acessos para o conhecimento e a ação. Cerca de 8500 pessoas assistiram às 25 sessões.

O Município do Porto marcou presença na Feira do Livro de Madrid, onde participaram o Presidente da Câmara e o Presidente da República, juntamente com os Reis de Espanha, na abertura oficial do evento de que Portugal foi país convidado. Foi um palco privilegiado para o lançamento da Feira do Livro do Porto 2017 e para a apresentação da reedição de *Humus*, de Raul Brandão (1867-1930), que por sua vez assinala o centenário do primeiro romance de caráter existencialista da literatura portuguesa cuja nova edição, em castelhano, é lançada com a marca Porto.

A Feira do Livro do Porto realizou-se nos renovados Jardins do Palácio de Cristal e contou com uma forte adesão de editores, livreiros, alfarrabistas, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro. Os 130 pavilhões do certame, ao longo da Avenida das Tílias, foram ocupados por 11 entidades institucionais, 60 editoras, 13 livrarias, 4 distribuidores e 20 alfarrabistas. Esta edição homenageou Sophia de Mello Breyner Andresen e proporcionou debates literários com várias dezenas de convidados: Ana Luísa Amaral e Frederico Lourenço, José Luís Peixoto e Patrícia Reis, Han Kang, Tatiana Salem Levy e Dulce Maria Cardoso, Teju Cole, Bruno Vieira Amaral e Djaimilia Pereira de Almeida, Laurent Binet, Alexandra Lucas Coelho e Gonçalo M. Tavares; um ciclo de cinema com sete sessões, onde passaram Elia Kazan, João Mário Grilo ou Michael Powell e Emeric Pressburger; lições (seis sessões programadas por Anabela Mota Ribeiro sobre Clarice Lispector, Saramago, Sophia, Carlos Drummond de Andrade, David Mourão Ferreira e Raul Brandão); espetáculos de *spoken word* (com nomes como André E. Teodósio, Matilde Campilho, Marta Hugon e Bruno Vieira Amaral, entre outros) e duas exposições na Galeria Municipal (Quatro Elementos e O Anjo de Timor e outras histórias – Ilustrações para Sophia). Este programa, conjuntamente com uma ampla oferta de sessões especiais, programa educativo e programa de animação sociocultural para crianças e famílias, totalizou 285.000 visitantes.

Em 2017 a Galeria Municipal do Porto reforçou a dimensão de espaço aberto a novos modelos expositivos, enquanto lugar de interdisciplinaridade artística e de janelas abertas para os debates contemporâneos. A programação contou com 5 exposições, onde marcaram presença mais de 86.000 visitantes. A exposição *Eyes Wide Open: 100 anos de Fotografia Leica*, iniciada em 2016, prolongou-se por 2017, focando-se na história da empresa em Portugal, devolve-nos um imenso espólio de imagens que atravessam o século XX e chegam aos nossos tempos; *Quote / Unquote – Entre Apropriação e Diálogo*, apresentou uma seleção de obras da coleção da Fundação EDP, mecenas da Galeria desde 2015, subordinadas ao tema da citação na arte contemporânea. Realizada em curadoria colaborativa – Gabriela Vaz-Pinheiro e Ana Anacleto – a exposição estruturou-se em torno de três subnúcleos: Arquivo e Quotidiano, Espacialidade e Política, e Imagem e Narrativa; *THEM OR US!* - um projeto de ficção científica social e política, comissariado por Paulo Mendes; *Quatro Elementos*, com os

quatro curadores convidados a desenvolver o projeto expositivo (o Fogo, a Terra, o Ar e a Água); 10 000 anos depois entre Vénus e Marte, com obras oriundas da coleção Cachola, no ano em que a coleção faz 25 anos, a Galeria Municipal apresenta-a pela primeira vez na cidade do Porto com a curadoria de João Laia. Esta coleção é composta por mais de seiscentas e cinquenta obras de mais de uma centena de artistas. Não podemos deixar de mencionar a exposição Design by Porto, Porto by design: 4 anos de design da Câmara Municipal, e respetivo catálogo, com apresentação de Mário Moura e que esteve patente ao público no 7º piso do Palácio dos Correios durante os eventos dos European Design Awards 2017, organização que elege os melhores do design na Europa e que se realizou no Porto.

No que concerne ao projeto museológico e expositivo para lá da Galeria Municipal, reforçou-se o programa de visitas, celebração de dias comemorativos, assim como exposições temporárias que pretendem melhorar a divulgação e conhecimento das coleções municipais, sempre em diálogo com a contemporaneidade. Destaca-se, em 2017, a exposição comemorativa dos 150 anos do nascimento de Raul Brandão, com dois polos: A exposição Raul Brandão: 150 anos - biografia e obra literária, na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Com curadoria de Vasco Rosa, reúne inúmeros documentos de acervo que dão uma panorâmica da biografia de Brandão e da sua obra literária, com natural enfoque em Húmus, uma das obras-primas de maior influência na literatura portuguesa e cujo centenário se celebrava. A exposição pretendeu contribuir para a (re)leitura e descoberta da obra de Raul Brandão, pelo que teve outro polo na Casa-Museu Guerra Junqueiro, sob o título Raul Brandão: 150 anos – pintura e ilustração. Seguir-se-á, em 2018, o catálogo desta dupla exposição.

Em 2017 realizou-se a grande exposição de comemoração dos 500 anos do Foral Manuelino do Porto, organizada em dois núcleos, um no Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante), inaugurada por Sua Ex<sup>a</sup> o Presidente da República, e outro nos Paços do Concelho. O núcleo central da exposição, O Foral do Porto. 1517-2017. Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade, decorreu na Casa do Infante e desenvolveu-se em torno de quatro eixos temáticos: O Foral e o Porto: símbolo, marca e identidade; O Foral e o Porto: rei, lei, poder(es); O Porto do século XVI e o seu Termo: espaço, centralidade e funcionalidade; O Foral Manuelino do Porto: arte, técnica, comunicação. Quanto ao núcleo dos Paços do Concelho, teve como objetivo desenhar um roteiro histórico pelo Porto do século XVI, convidando o visitante a fazer um itinerário pela cidade e a (re)descobrir dezasseis monumentos do período manuelino. Para apoio ao percurso pelo património edificado seiscentista do Porto, foi produzida uma brochura trilingue com informação sobre cada ponto de interesse deste percurso cultural. No âmbito desta iniciativa, publicou-se um catálogo, que inclui a reprodução fac-símile do foral que D. Manuel I concedeu ao Porto em 20 de junho de 1517, bem como



quatro textos que desenvolvem os temas dos núcleos da exposição. O programa incluiu um ciclo de conferências, intitulado Em torno do Foral do Porto de 1517, que contribuiu para contextualizar os temas do século XVI português e portuense, com os oradores Luís Miguel Duarte, Maria Adelaide Miranda, Delmira Espada Custódio e Dalila Rodrigues.

De referir, também, a exposição comemorativa dos 75 anos do Coliseu do Porto, O Coliseu e a Cidade: 75 anos de histórias, organizada pelo Arquivo Histórico e pelo Coliseu do Porto, que decorreu nos Paços do Concelho. No âmbito desta iniciativa, publicaram-se um desdobrável da exposição e um catálogo.

Houve ainda lugar à realização de uma exposição de desenhos do Mestre José Rodrigues em coautoria com Raquel Rocha, no Museu do Vinho do Porto.

Visitantes a exposições, participantes de atividades de serviço educativo (como visitas guiadas e oficinas) nos espaços museológicos municipais foram mais de 360.300.

O ciclo de (re)descoberta do património material e imaterial da cidade realizou-se, com crescente êxito. Um Objeto e Seus Discursos Por Semana, girou em torno de objetos de natureza material e imaterial do domínio público e privado, de importância cultural, histórica, arquitetónica, paisagística, arqueológica, industrial, científica, gastronómica, mitológica e do imaginário coletivo local. As 31 sessões do ciclo deste ano tiveram início no Cinema Batalha, e nas semanas seguintes visitaram museus, bibliotecas, instituições de ensino, hospitais, palacetes, jardins, restaurantes, nas quais se cruzaram convidados dos quadrantes sociais e dos saberes mais diversos – da ciência à religião, passando pelas artes, pela gastronomia, entre outros. Participaram mais de 4.300 pessoas, além dos 92 convidados e moderadores.

De descoberta ou redescoberta também se fizeram os Percursos Culturais propostos em 2017. Os técnicos municipais partem de locais mais ou menos conhecidos, desvendando objetos, documentos, ruas e espaços e revisitando múltiplas histórias reais, mas também alguns mitos. Com uma programação trimestral e temática, realizaram-se 41 percursos dedicados à cidade, homens, espaços e construções, nos quais participaram cerca de 670 pessoas.

Em representação do Município, o Pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, assumindo a função de gestor do sítio classificado – Centro Histórico do Porto – e integrando a Rede de Património Mundial de Portugal bem como outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem.

Em 2017 deu-se continuidade à divulgação das residências artísticas existentes na cidade do Porto, a plataforma InResidencePorto, que sistematiza ofertas de espaços de trabalho para artistas nacionais e internacionais: De Liceiras 18, Mala Voadora, Maus Hábitos, Espaço Mira,

Museu Nacional da Imprensa, Sonoscopia, Circolando, Edifício Transparente, Escola das Artes - Universidade Católica Portuguesa e Teatro Municipal do Porto. Pretende-se desta forma criar condições para que os artistas se ancorem no Porto e possam descobrir o que a cidade tem para oferecer. O ano foi também de arranque para o programa de apoio à criação artística Criatório, com vista à atribuição de 16 bolsas a projetos de criação artística, cada um no valor de 15 mil euros, distribuídos por quatro modalidades: artes visuais e curadoria; artes performativas e programação; composição, programação e performance musical; literatura, investigação e pensamento crítico. Este programa recebeu 316 candidaturas, destas 311 foram admitidas a concurso, das quais o júri selecionou as 16 a apoiar: Associação Sonoscopia, a banda Black Bombaim, a companhia Mala Voadora, a associação Salto no Vazio (Sismógrafo), Alexandra Balona e Sofia Lemos, Mário Moura, Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa, Rita Barbosa (Take it easy), Pedro Jordão e Filipa Falcão, Ana Pérez-Quiroga, Henrique Apolinário Correia (Teatro do Frio), Estrutura Associação Cultural, projeto Lote 36 da dupla de artistas plásticos Jérémy Pajeanc e Maria Trabulo, a Galeria Portátil.PL.F, da editora de fotografia Pierrot Le Fou, a produção Lady & Macbeth, da criadora Ana Luena e o projeto Sugar, do Núcleo SillySeason.

Foi dada continuidade à Agenda para o Cinema Independente, que organiza, mapeia e divulga as sessões de cinema que acontecem fora do circuito comercial. Ainda com o objetivo de garantir uma sólida oferta cinematográfica na cidade, que tinha carências nessa área, e numa clara estratégia de apoio à exibição de cinema nas salas da baixa, promoveu-se o TRIPASS, um cartão que dá acesso privilegiado ao circuito de cinemas na Baixa do Porto com descontos e benefícios nas salas Trindade, Teatro Municipal do Porto - Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel.

O Município associou-se às Jornadas Europeias do Património, subordinadas ao tema Património e Natureza, com a realização de atividades culturais em espaços municipais. As propostas desenvolvidas este ano visaram destacar aspetos relevantes para o tópico, como visitas guiadas, percursos pela cidade, a realização de *workshops* para adultos e oficinas pedagógicas para crianças e jovens.

Através da GO Porto, EM, foram concluídas as empreitadas do Museu Romântico, da Casa Museu Guerra Junqueiro e da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, prossegue o projeto de Requalificação do Cinema Batalha e continuam em execução as empreitadas de Requalificação dos Caminhos do Romântico e do Museu do Vinho do Porto.

## **Urbanismo e reabilitação urbana**

O objetivo do Urbanismo e Reabilitação Urbana integra o programa denominado **Reabilitação/Requalificação Urbana** onde foram executados 4,3 milhões de euros.

No âmbito do planeamento urbano do Município do Porto e além das atividades de gestão continua, foram desenvolvidas atividades nas vertentes do planeamento territorial, elaboração de estudos urbanísticos e projetos de arquitetura.

No domínio do planeamento territorial, está em curso o procedimento de revisão do PDM com destaque para a elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico, nas várias vertentes (suporte biofísico, valores patrimoniais, solos, pessoas e atividades, estrutura de mobilidade, rede de equipamentos e infraestrutura), para a consolidação da infraestrutura de informação geográfica de suporte ao desenvolvimento do PDM e deu-se continuidade à Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido concluídos os trabalhos previstos para 2017, face ao ponto de situação do processo de revisão.

Procedeu-se à elaboração de propostas de delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana, nomeadamente ARU da Corujeira, ARU de Lordelo do Ouro e ARU de Foz Velha.

Ao nível dos grupos de trabalho externos, destacam-se a participação na Requalificação da Circunvalação, no POC Caminha-Espinho, no PGRI – Região Hidrográfica do Douro, na Smart IMPact Lag (Urbact), na revisão da Carta Educativa do Porto e no Terminal Intermodal de Campanhã.

Em termos de estudos urbanísticos, desenvolveram-se diversos estudos prévios, de onde se destacam, as Praças da Corujeira e Carlos Alberto, prolongamento da Rua do Cunha, Relocalização da Esquadra da Corujeira, Rua Agra de Ramalde, Rua Alegria e Rua da Constituição e Rua Pinto Bessa, e no que respeita aos projetos de arquitetura, salientam-se os estudos prévios para a Ecopista e para o Campo de Requesende

No âmbito da informação geográfica, deu-se continuidade ao processo de aquisição de nova cartografia digital, tendo-se concluído o processo de homologação de toda a cartografia, em formato CAD.

Assegurou-se a manutenção da rede de apoio topográfico.

Com vista à criteriosa georreferenciação dos processos do Município, iniciou-se o desenvolvimento de uma Base de Dados Unificada para gestão dos números de polícia, em Sistema de Informação Geográfica, assegurando a validação dos números existentes e permitindo maior eficiência na atribuição de novos números.

No âmbito da gestão urbanística, foram sujeitos a controlo prévio, 3.732 processos de operações urbanísticas, dos quais cerca de 37% respeitam a processos de licenciamento,

cerca de 18% a pedidos de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo e cerca de 6% a pedidos de informação prévia e, os restantes, essencialmente a emissão de certidões.

De entre os procedimentos de atividades económicas, destacam-se os 2.869 registos associados a alojamento local com a realização de 1.377 vistorias.

Foram proferidos 4.151 despachos de decisão final, dos quais, 75% se traduzem em decisões favoráveis.

Como alavanca para inverter a tendência demográfica, contribuir para o equilíbrio social da cidade e aumentar a competitividade, iniciou-se em 2016 o exercício dos direitos de preferência do Município do Porto sobre prédios situados no centro histórico. Em 2017, e através do Departamento Municipal de Património foram analisados 1.846 pedidos, tendo sido exercido o direito de preferência sobre 32 imóveis e efetuadas 5 escrituras.

Durante 2017 concretizaram-se as escrituras de aquisição das frações necessárias à execução do túnel de ligação da Rua do Ateneu Comercial à Rua de Alexandre Braga, que dará acesso à cave a realizar no Mercado do Bolhão, foram publicadas as declarações de utilidade pública das parcelas indispensáveis à reabilitação do Bairro do Leal e à ligação da Rua de Pedro Hispano à Rua de Fernando Cabral, e desenvolvidos os contactos que permitiram o acordo amigável relativo à aquisição da parcela essencial para a ligação da Rua Delfim Pereira da Costa à Rua de Arpad Szenes.

No âmbito do Terminal Intermodal de Campanhã, desenvolveram-se os procedimentos para a aquisição do Campo Ruy Navega, constituído por dois prédios, sendo que para um desses prédios foi aprovada a proposta de resolução de expropriar e para o outro foi aprovada proposta de aquisição.

No âmbito do Urbanismo e Reabilitação Urbana e através da GO Porto, EM, destaca-se a realização das empreitadas de Consolidação da Escarpa do Palácio de Cristal, de muros nos jardins do Palácio de Cristal e da Escarpa da rua Sobre-o-Douro e o início das empreitadas de Consolidação das Fontainhas - Secção 5.1 e 3.2 e da Estabilização de Escarpa na Avenida Dom Afonso Henriques.

O programa de Reabilitação/Requalificação urbana é ainda assegurado em articulação com a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana.

Em 2017, através de concurso para arrendamento de 39 frações, das quais 28 fogos e 11 espaços comerciais, distribuídas pelas ruas dos Mercadores, Sant'Ana, Bainharia e Pelames, Largo da Pena Ventosa e da Viela do Anjo, foram rececionadas 1.738 candidaturas, de 178

candidatados, tendo, a 16 de junho, sido entregues as chaves, na presença dos Senhores Ministro do Ambiente e Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Como parte importante do Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé, e em interação com o já concluído Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé\_CH.1, apoiado pelo Programa Novo Norte – ON.2, permanece em execução o Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé. Este Programa é uma iniciativa da Porto Vivo, SRU, no sentido da Sociedade ter uma expressão significativa no terreno, que gera uma ação continuada de realização de projetos de execução, lançamento e contratualização de empreitadas e acompanhamento e assistência técnica da obra, tendo em vista o bom cumprimento da intervenção nas 10 Operações com os seus 15 Projetos e os 32 edifícios intervencionados. Assim, a Porto Vivo, SRU deu continuidade às empreitadas das operações A e C do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé e estão em fase de preparação as operações D e I.

Foi desenvolvido o projeto 2nd Chance, cofinanciado pelo Programa URBACT III, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para a qual a Porto Vivo, SRU elegeu a Área de Ação Integrada de Santa Clara como território onde será desenvolvido este projeto a nível local, que junta um conjunto de parceiros no âmbito do Grupo de Ação Local URBACT.

A dinâmica de reabilitação no território de atuação da Porto Vivo, SRU tem vindo a desenvolver-se de forma consolidada, tendo registado a receção de 355 processos e emitido 119 alvarás de obras, bem como 60 alvarás de utilização, durante o ano de 2017.

## Educação

A Educação, onde foram aplicados 8,8 milhões de euros no programa **Promover e fomentar a educação**, continua a ser uma das áreas prioritárias de intervenção e integra um vasto conjunto de programas, projetos e iniciativas, através do qual se executa a política municipal de educação que assenta nos eixos estratégicos de reforço da educação pré-escolar, requalificação da rede escolar, desenvolvimento de atividades de valorização e enriquecimento curricular e promoção de projetos e programas inovadores e o apoio à ação social escolar.

No domínio do planeamento e ordenamento da rede escolar, procedeu-se à revisão da Carta Educativa, num processo que decorreu entre agosto de 2016 e maio de 2017. Sob proposta do Conselho Municipal de Educação foi aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal do Porto, aguardando-se a homologação do Ministério da Educação, para a sua entrada em vigor. O Município do Porto continuou a assumir a representação nos Conselhos Gerais, o

que tem permitido uma aproximação com toda a comunidade educativa e o estreitamento de laços institucionais com os gestores educativos locais. O Conselho Municipal de Educação reuniu com regularidade: comissão permanente e o plenário.

No reforço da educação pré-escolar registaram-se 84 turmas curriculares da rede pública, frequentadas por 1.875 crianças. No âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família foi desenvolvido o projeto Crescer com a Música, que abrangeu a totalidade das turmas. No domínio da educação física, destaca-se o projeto O Judo Transforma, que contemplou 36% das turmas.

No domínio das atividades de enriquecimento curricular, o programa municipal Porto de Atividades, registou uma taxa de frequência na ordem dos 75%, correspondendo a 4.486 alunos do 1º ciclo do ensino básico, lecionadas por 179 professores em atividades diversas. Aos 558 alunos da Atividade de Natação foi distribuído o respetivo kit. Deu-se, igualmente, continuidade ao programa Escola a Tempo Inteiro, em 24 escolas do 1º CEB.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 1.103.386 refeições aos alunos das escolas básicas do 1º CEB e dos jardins de infância da rede pública, num investimento de 1,8 milhões de euros. A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas letivas da Páscoa e do Natal, para proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade.

Manteve-se o programa Regime de Fruta Escolar, complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário proporcionado a todos os alunos do 1º CEB e às crianças dos jardins de infância. Foram fornecidos 1.377.429 lanches escolares, num investimento de 247,9 mil euros.

Como medida de complemento à ação social escolar, o Município do Porto ofereceu, no arranque do ano letivo, um kit escolar aos cerca de 1.700 alunos de 1º ano, constituído por materiais didáticos básicos e uma lancheira.

Através do programa Escola Viva, decorre a requalificação física dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, mediante intervenções, cujo principal objetivo consiste na melhoria das condições do edificado escolar.

Em 2017, foram concluídas as requalificações/ampliações do edificado de 4 EBs (Vilarinha, Fernão de Magalhães, Fonte da Moura e da Pasteleira). Foi iniciada a requalificação/ampliação da EB das Flores. Foram também alvo de intervenções/beneficiações, 11 EBs.

Procedeu-se à renovação/apetrechamento de 8 escolas com mobiliário ergonómico. Efetuou-se o processo aquisitivo de mobiliário escolar, concluído em 2018, para 4 EBs, e adquiriu-se mobiliário para a EB das Flores, com um investimento anual de 180 mil euros.

Foram concluídas as ações ao nível da eficiência energética em 6 EBs, e a reconversão das infraestruturas de rede gás propano para gás cidade, em 13 EBs.

Deu-se continuidade ao Programa Municipal de Educação Para o Risco (PMER), direcionado à promoção de uma cultura e educação para o risco. Neste programa foram realizados vários projetos e iniciativas, dos quais se destaca no âmbito da Educação Rodoviária, a Caravana da Educação Rodoviária, destinada a alunos do 3º, 4º e 5º ano, num total de 680 participantes, o Concurso Segurança Para Todos que contou com a participação de 20 turmas do 1º ciclo, envolvendo 8 escolas, Desloco-me em Segurança que envolveu 459 crianças do 1º CEB e a participação na Porto Capital Jovem da Segurança Rodoviária 2017.

Foi igualmente mantido o Projeto Prevenir Para Proteger no qual foram realizadas reuniões de preparação de cenário e de exercícios de simulacros de incêndio nas escolas de 1º ciclo do ensino público da cidade do Porto. No ano letivo 2016/2017, o projeto abrangeu 48 escolas, envolvendo 9.752 participantes.

Destacam-se, entre outras, as ações, Iniciativa Protege-te, promoção de comportamentos de segurança em relação aos riscos solares, desenvolvida no AE Carolina Michaelis, envolvendo cerca de 250 crianças e jovens do 2º ao 11º ano, e Ser Criança Com Segurança, ação onde foram envolvidas 5 escolas, com sessões em 13 turmas, num total de 298 alunos.

Foi promovida a iniciativa, Encontro de Hinos da Fruta, com o objetivo de transmitir a mensagem da importância do consumo diário de fruta nas escolas, ação integrada no âmbito do lanche escolar saudável fornecido pelo Município. A iniciativa envolveu 7 JIs e 2 EBs, e cerca de 250 crianças e alunos. O Projeto Bebe Água do Porto (B.A.P) visa incentivar a população em idade escolar (1º e 2º ciclos), para a ingestão diária de água, através de sessões que promovem o consumo deste nutriente essencial. No 1.º CEB foram envolvidas 77 turmas (1.708 alunos), e no 2.º CEB, 26 turmas (cerca de 700 alunos).

As atividades de coadjuvação curricular do programa Porto de Crianças são dimensionadas para três áreas: educação artística, com 18 projetos (189 turmas); educação científica, com quatro atividades (57 turmas) e educação para a cidadania com quatro atividades (98 turmas), abrangeram 6.437 crianças do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Salienta-se o alargamento dos projetos de Filosofia com crianças de todas as turmas do 3º ano, 78 turmas participantes, e o projeto de Yoga na escola, ampliado às 76 turmas do 1º ano; o filme de animação, A rena Bela, do projeto de Cinema de animação, realizado por alunos da EB de Costa Cabral, foi galardoado com o The Festival Award for the best animation film, no

Dubrovnik Film Festival e o espetáculo de Encerramento, no Coliseu do Porto, envolvendo 1.933 crianças (artistas/espetadores) e docentes e 1.116 familiares.

Realce ainda para o projeto Políticos por um dia, que promoveu debates entre turmas, na Assembleia Municipal, com a presença do executivo. Abrangeu 8 turmas de JI e 1º CEB, num total de 183 alunos; concretizaram-se percursos com o objetivo de os alunos conhecerem criticamente a sua cidade. O projeto foi ainda apresentado como boa prática, em Seminários no âmbito das Cidades Educadoras e Cidades Amigas das Crianças.

No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental a dois agrupamentos de escolas, AE Cerco do Porto e AE Fontes Pereira de Melo, que envolveu 13 mil euros e 2.361 exemplares entregues. Ainda no âmbito do fundo documental, foram oferecidos 100 exemplares do título A Matilde está careca, da Operação Nariz Vermelho (IPO) e outros 100 exemplares do título Histórias da AJUDARIS 2017. De assinalar, também, a participação de 546 alunos do 1º ciclo e crianças do jardins de infância nas três oficinas dinamizadas pela Fundação de Serralves. Ainda no âmbito muito próximo das artes, as Oficinas de Curta Duração, dinamizadas pela Árvore – Cooperativa de Atividades Artísticas, CRL, envolveram na sua oferta, 110 alunos provenientes do 2º e do 3º Ciclo do Ensino Básico. Na edição do ano 2016/2017, foram 7 os alunos participantes no Concurso de Escrita Criativa – VII Edição, que teve por tema O Porto e as suas Pontes. O ano de 2017 marcou ainda a conclusão da ação relativa aos livros de Realidade Aumentada e respetivos equipamentos informáticos compatíveis, entregues em todas as escolas básicas do 1º CEB. Numa parceria inédita com a associação – Sair da Casca, foram distribuídos gratuitamente 490 Kits com material de escrita e desenho produzido pela reconhecida marca BIC, da sua edição Brincar Inovar Colorir Kids, dirigindo-se a oferta a 13 entidades de institucionalização/acolhimento de jovens, CPCJs da cidade, Departamento Municipal de Educação e Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CiiL). Ao nível das atividades do CiiL, foram envolvidos 13 estabelecimentos de ensino do 1º CEB e JIs da rede pública, com a participação de 191 alunos.

O programa Porto de Futuro, que assenta em parcerias entre agrupamentos de escolas da cidade e o tecido empresarial local, tem permitido a partilha de boas práticas e a transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas, promovendo um conjunto articulado de projetos concebidos em torno de vetores de atuação estruturantes. Abrange todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública e todos os ciclos de ensino, e envolveu 11.140 pessoas, desde colaboradores de empresas a voluntários, alunos e professores.



A implementação do GRITO – projeto de envolvimento artístico da comunidade escolar do 1º ciclo, com enfoque metodológico em áreas artísticas não tradicionais como as artes circenses, teatro físico, artes plásticas, expressão dramática, movimento e música, permitiu envolver 16 turmas, do 3º e 4º ano, dos Agrupamentos de Escolas e Conservatório de Música do Porto, num total de 341 alunos, na construção de um espetáculo de rua, realizado na Praça D. João I sob o tema Equilíbrio que conjugou os quatro elementos da natureza (terra, fogo, ar e água).

A implementação de parcerias educativas, com entidades culturais da cidade, possibilitou a celebração de contratos com instituições da cidade como a Fundação Casa da Música, Balletatro, Fundação de Serralves e Cooperativa Árvore.

Mas estas não esgotaram a rede de parcerias existente, que se estendeu a outras áreas como a educação para a cidadania, em conjunto com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, para a saúde, com a Associação Mundo a Sorrir, e para a educação financeira, com a Fundação Dr. Antonio Cupertino de Miranda.

No Concurso Descobre Outra Cidade, inscreveram-se 89 alunos do ensino secundário e profissional, público e privado de 5 escolas, distribuídos por 26 grupos. Os alunos participantes foram convidados a realizar trabalhos subordinados ao tema Património Cultural e Turismo Sustentável do Porto.

Ainda na área do património, no projeto O Meu Porto é Património Mundial que decorre ao abrigo do Plano de Gestão do Porto Património Mundial, o DME participou como parceiro, na divulgação e desenvolvimento do projeto junto dos estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico, da rede pública e particular, no acompanhamento de sessões e organização da exposição final do projeto, que envolveu cerca de 27 turmas de 15 estabelecimentos de ensino, 3 do particular e 12 do ensino público, num total de 597 alunos.

No que concerne às Bibliotecas Escolares (BE) de salientar a integração de uma BE do 1º CEB – EB de Montebello, na Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação e a aquisição de equipamento para a criação de duas novas bibliotecas, no âmbito da requalificação das respetivas escolas: EB Vilarinha e EB Fernão de Magalhães.

O Programa Partilhar, é um programa educativo de prevenção, sensibilização, mediação e promoção dos direitos das crianças e jovens, organizado e concertado com a escola, (alunos, professores, pessoal não docente e famílias). O Projeto CREARE, com enfoque na igualdade de género, na violência entre pares e na intimidade, o treino de competências sociais e pessoais e a gestão de conflitos, direitos humanos e das crianças, envolveu 7 turmas do 2º, 3º e 4º ano de escolaridade, e 144 alunos. O Projeto Mediação de Conflitos na Escola: Por uma convivência Cidadã, tem como objetivo desenvolver estratégias de prevenção da conflitualidade, indisciplina e violência escolar; promover o interesse da comunidade

educativa pelas questões de resolução de conflitos, da justiça, da paz e encorajar para uma convivência cidadã, bem como potenciar na escola uma melhor cultura e clima social. Foi implementado nos agrupamentos: no AE Alexandre Herculano, em 2 EBs, envolvendo 512 alunos nas sessões de sensibilização e 40 professores; no AE Manoel Oliveira estiveram presentes 246 alunos e 56 professores e técnicos nas sessões de sensibilização; no AE Fontes Pereira de Melo, na EB 2/3 de Maria Lamas assistiram 265 alunos, 20 professores e 10 funcionários do pessoal não docente.

Foi implementado, pela primeira vez, o PROVE - projeto de capacitação para o ensino superior, no qual foram oferecidas, a 102 alunos do ensino secundário, ferramentas e o apoio necessários para fortalecer as habilidades de vida, o controle emocional e as crenças mais relevantes para a sua realização pessoal, sucesso académico e profissional. Também dirigido a este ciclo de ensino, envolvendo 413 alunos, e com o objetivo de valorizar a missão do professor, pelos alunos, foi dinamizada a campanha Inspira o teu professor.

Realce ainda para as 42 visitas guiadas aos Paços do Concelho, realizadas pelo DME, a estabelecimentos de ensino locais, nacionais e internacionais, que envolveram 961 discentes e docentes.

No âmbito do Programa, O Porto de Conhecimento foram desenvolvidos vários projetos e iniciativas educativas de promoção da ciência, da tecnologia e da investigação destacando-se: o projeto Com Ciência que realizou 51 atividades, abrangendo 1.111 alunos; o projeto SEI – Sociedade, Escola e Investigação que através de protocolos de cooperação, concretizou a formalização de 15 parcerias tripartidas entre o Município, escolas públicas da cidade do Porto, instituições de ensino superior públicas e centros de investigação. Ao longo do ano letivo, foram desenvolvidos 26 projetos científicos tendo envolvido 404 alunos, 56 professores das escolas, 41 professores/investigadores. Foram expostos e apresentados 26 *posters* científicos na Mostra SEI, na qual participaram cerca de 550 alunos; o projeto Aprender a Programar destinado a alunos do 2º e 3º ciclo, que foi implementado em 6 escolas, envolvendo 145 alunos.

No âmbito do projeto Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, foram rececionadas 77 pré-candidaturas, 40 candidaturas, tendo sido entregues 12 bolsas de estudo.

Para o desenvolvimento das atividades do Laboratório Aberto, promovido pelo Ipatimup, procedeu-se a uma aquisição de serviços de formação especializada para a operacionalização, dinamização e monitorização de um conjunto de 13 atividades/oficinas de carácter prático e experimental nas áreas das Ciências da Vida, destinadas a alunos do 1º, 2º, 3º ciclos de ensino básico e secundário das escolas da cidade do Porto, e de atividades relacionadas com a investigação científica destinadas ao público em geral da cidade. Estas

atividades dirigem-se às crianças e alunos das escolas da cidade, sendo que, no âmbito do Porto de Crianças participaram 709 crianças e alunos de 33 turmas.

O SIM Cidade é um programa municipal que envolve vários projetos transversais a todo o universo municipal: o projeto Mundo dos Sabores que, teve como tema, a alimentação saudável. Participaram no projeto 21 turmas de escolas públicas e privadas da cidade do Porto, num total de 377 alunos. A sessão de encerramento do projeto realizou-se na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, na qual participaram 20 turmas – cerca de 350 alunos e 40 professores.

No projeto Nos Bastidores da Cidade, foram realizadas 21 sessões que envolveram a participação de 240 alunos do ensino pré-escolar, público e privado, da cidade do Porto. Os profissionais com quem contactaram apresentaram as suas profissões e sensibilizaram para a necessidade da sua existência e integração na estrutura de funcionamento do Município. As 10 turmas trabalharam também, em contexto de sala de aula, o tema das profissões. O programa culminou com uma visita ao Município e o contacto direto com trabalhadores e membros do executivo municipal.

Na 5ª edição do projeto, Conhecer os Cantos à Casa, foram realizadas 3 sessões, com 17 participantes.

O projeto Entre Gerações assenta no trabalho intergeracional a partir das memórias e vivências dos participantes seniores e crianças do pré-escolar. No total foram realizadas 10 sessões que abrangeram 118 participantes. O projeto terminou com uma sessão de encerramento no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett.

O Projeto A Casa vai a Casa, é desenvolvido em parceria com a Casa da Música. Neste ano, participaram 6 instituições (IPSS) que envolveram 78 idosos. A sessão final decorreu no auditório da BMAG.

O projeto intergeracional, Tenho 25 anos, é desenvolvido em parceria com a Fundação de Serralves contemplando utentes do Centro de Dia do Bom Pastor da Cruz Vermelha Portuguesa e jovens residentes no Centro António Cândido. Foram realizadas 40 sessões, culminando numa exposição, Imprevisibilidades, patente na sala do serviço Educativo do Museu de Serralves.

O projeto Crescer no século XXI consiste em promover a vivência e a relação das crianças, com a família, colegas, professores, e sociedade em geral. Destina-se à população pré-escolar, suas famílias e restante comunidade escolar. Realizou-se ao longo do ano letivo através de 15 sessões, em que participaram 73 alunos de JIs da cidade, terminando com uma apresentação pública.

No âmbito das Cidades Educadoras, sendo o Município do Porto membro do Comité Executivo da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) participou na reunião deste comité e Assembleia Geral da AICE, e na reunião do Comité Executivo da AICE. Participou também no VII Congresso Nacional da RTPCE, onde foram apresentadas as experiências do programa Educação para o Risco - projeto Prevenir para Proteger e Crescer no Sec. XXI do programa SimCidade. O Município do Porto associou-se ainda, à celebração da segunda edição do Dia Internacional da Cidade Educadora, com um programa de atividades educativas.

Em 2017, o Projeto Educativo Municipal (PEM Porto) realizou várias ações, no cumprimento do seu plano de ação e tendo como fim último a criação de uma identidade PEM, fortalecendo assim, o Porto como Cidade Educadora. Foi desenvolvida uma Plataforma Digital PEM Porto como repositório de informação e consulta que permite um sistema dinâmico de divulgação, visibilidade e partilha das atividades PEM Porto e dos 63 parceiros que o constituem. Foi feita a integração de 8 novos parceiros PEM Porto, marcada por uma ação que teve como objetivo dar a conhecer, a estes parceiros, o trabalho desenvolvido pelos grupos de trabalho que integram o projeto. Foi organizado um Encontro entre Grupos de Trabalho para partilha de informação e ponto de situação do trabalho desenvolvido. Estiveram presentes 32 elementos pertencentes aos grupos de trabalho, coordenação PEM, assim como, a consultora externa do projeto.

Foram organizadas as IV Jornadas PEM Porto, com o objetivo de refletir sobre a educação na cidade do Porto, enquanto território, e definir medidas de intervenção como resposta a novas problemáticas identificadas bem como de lançar as bases para a definição de um novo plano estratégico de intervenção PEM Porto com propostas concretas de intervenção, capazes de responder às exigências de uma verdadeira cidade educadora. Participaram 99 pessoas.

Na sequência da adesão do Município do Porto ao Programa Cidades Amigas das Crianças, promovido pela UNICEF, que tem como propósito promover a reflexão e a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança a nível local, foram desenvolvidas em 2017 as atividades: constituição de um Mecanismo de Coordenação, para garantir a articulação entre instituições e entidades da comunidade que trabalham com e para as crianças, cabendo ao Município do Porto a sua coordenação; elaboração de um Plano de Ação Local baseado nos pilares do Programa da UNICEF (visão global da criança, participação, estratégia baseada nos direitos da criança e análise do impacto das políticas e medidas implementadas).

Destacam-se ainda as iniciativas promovidas para comemoração do Dia Internacional dos Direitos da Criança: uma sessão sobre os direitos da criança na EB1 Covelo que envolveu 19

crianças; e um encontro para debater vários temas, entre um grupo de crianças e jovens do Município e os Vereadores da Educação e do Urbanismo, tendo por referência o que é uma cidade amiga das crianças.

O desenvolvimento do Plano de Ação Local será avaliado pelo Comité Português para a UNICEF, para atribuição do selo de Cidade Amiga das Crianças ao Município do Porto.

As crianças e os jovens, vítimas de desproteção, mantiveram um lugar de destaque pautado pelo trabalho implementado pelas três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, onde o município tem igualmente um papel ativo. Para além de disponibilizar instalações, apoio técnico, logístico e administrativo, preside a duas das Comissões e coordena toda a atividade. Estas Comissões visam a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos/das jovens em perigo, centrando o seu trabalho na família, de forma a garantir o bem-estar e o seu desenvolvimento integral.

## Juventude

Na área da Juventude e no âmbito do programa **Apoio e promoção à juventude** com uma execução de 157,3 mil euros, concretizaram-se projetos e iniciativas da política municipal de juventude assente nos eixos de Promoção Social, Associativismo e Cidadania; Educação e Formação; Emprego e Empreendedorismo.

No que diz respeito ao Plano Municipal de Juventude do Porto (PMJ) foram realizadas um conjunto de ações que englobaram não só, a devolução à rede de interlocutores dos dados do Diagnóstico da Realidade Social Juvenil do Plano Municipal de Juventude, como a dinamização de *focus groups* para a elaboração do Plano Anual de Ação, e que contempla a oferta interna e externa em termos de programas, projetos, iniciativas e serviços dirigidos à população jovem. Foi ainda efetuada a apresentação e devolução do PMJ Porto aos membros com assento no Conselho Municipal de Juventude do Porto, interlocutores privilegiados que acompanharam e monitorizaram a evolução do Plano Municipal de Juventude do Porto. Concluíram-se os procedimentos de impressão do Plano e produção do vídeo de cariz informativo e promocional. A coordenação científica foi da responsabilidade do SINClab - Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.

No que se refere à promoção da Cidade, enquanto destino de excelência para estudar, investigar e trabalhar, deu-se continuidade ao programa Study in Porto com o estabelecimento de uma rede de parceiros institucionais (instituições de ensino superior, associações de jovens e demais entidades que promovem o acolhimento de estudantes internacionais), encontrando-se na fase final a plataforma informática que contribui para aproximar e captar o

interesse dos estudantes internacionais e nacionais, e reforçou-se o Porto Acolhe, programa de acolhimento de estudantes estrangeiros, contribuindo para a internacionalização das entidades de ensino superior parceiras deste programa – a Universidade do Porto, a Universidade Católica do Porto e Instituto Politécnico do Porto, e proporcionando um acolhimento de excelência aos estudantes de mobilidade internacional que optam pelo Porto para estudar ou para se especializar.

Destaca-se a participação anual do Gabinete da Juventude na NAFSA, Feira de Educação realizada anualmente nos Estados Unidos, com o intuito de ampliar a dimensão internacional da cidade realçando a qualidade de vida no Porto, evidenciando o ensino de excelência e o nível cultural, histórico e arquitetónico que a distingue; de promover o Porto através da disponibilização de materiais promocionais da cidade e exibição de filmes; e de contribuir para o aumento do número de estudantes Norte Americanos no Porto.

Implementou-se a 4ª edição do Porto de Partida, proporcionando a jovens de Lares de Infância e Juventude e/ou Associações, que desenvolvem trabalho junto de comunidades desfavorecidas da cidade do Porto, a oportunidade de participarem em intercâmbios internacionais e *trainings* ao abrigo do Programa Erasmus+.

Promoveu-se a Universidade Itinerante do Mar Júnior, com o objetivo de proporcionar a jovens estudantes do ensino pré-universitário uma experiência de formação rica e diversificada, em contexto de mar, num ambiente multidisciplinar e em cooperação, tendo em vista despertar vocações para as áreas profissionais conexas. Para financiar a inscrição de jovens e um técnico na UIM Júnior, celebrou-se uma parceria com a Universidade do Porto, o Instituto da Segurança Social, IP- Centro Distrital do Porto e o Centro António Cândido.

No domínio da Promoção Social, Associativismo e Cidadania que compreende, o apoio ao nível técnico e logístico às atividades do movimento associativo jovem e académico de 66 iniciativas e a atribuição de apoio financeiro a projetos, deu-se continuidade ao Plano Local de Capacitação de Jovens e Dirigentes Associativos - Capacita-TE, composto por 8 módulos, com o objetivo de reforçar as aptidões e competências permitindo melhorar a performance associativa, facilitar a transição para o mercado de trabalho e incrementar boas práticas associativas. Neste ano incluiu-se a organização de um *Bootcamp*. Implementou-se, ainda, a 3ª edição do Debate a Tua Cidade, um projeto participativo por excelência que incita à reflexão, ao debate e à recomendação de ações e medidas de política para a juventude. Deu-se continuidade ao concurso Prémio Porto Jovem, com o objetivo de reconhecer publicamente as boas práticas das associações de jovens.

Disponibilizou-se o apoio ao nível técnico e logístico às iniciativas, eventos e projetos dinamizados pelas associações juvenis, de estudantes, federações, núcleos informais de

jovens, entidades com responsabilidade em matéria de juventude tendo sido objeto de apoio 91 solicitações, num universo de 107, durante o ano de 2017, destacando-se as mais relevantes: ESN – Internacional Games; Inspiring Future: Unlimited Future; Associação Juvenil de Ciência - Youth Science Meeting; Dia Internacional da Juventude; U.Dream: Fun Fair; Best Porto: Summer Course 2017 – Education: Be Parte Of The Next Generations; Conselho Nacional da Juventude – Diálogo Estruturado; Associação Partilha Coragem – Já T’ Explico; Tudo Vai Melhorar – Dia Internacional contra a Homofobia, a Bifobia e a Transfobia; Federação Académica do Porto - Queima das Fitas 2017; Federação Académica do Porto – Gala de Desporto 2017; Associação Portuguesa do Parlamento Europeu de Jovens – Encontro Nacional de Associados; Núcleo Rede do Porto – Encontro de Jovens Feministas; Associação de Estudantes do Instituto Ciências Biomédicas de Abel Salazar – Sarau Cultural; Tuna TS – Concerto Contratempo; entre outras.

Atribuiu-se um apoio à Federação Académica do Porto (FAP) para reforço e financiamento da atividade da FAP Social, contribuindo para consolidar a sua missão de apoiar os jovens do Porto, assente numa metodologia que alia o voluntariado enquanto estratégia associada às políticas de juventude a um dos objetivos da Europa 2020, designadamente o sucesso educativo dos jovens estudantes, em particular em territórios de vulnerabilidade social.

Concedeu-se um financiamento à atividade da Cura+, associação juvenil de voluntariado farmacêutico, para implementação e desenvolvimento dos projetos Porto com + Saúde e + Polimedicação + Segura. O primeiro com o objetivo de sensibilizar os utentes regulares das farmácias aderentes, para que estes contribuam doando um ou mais medicamentos sujeitos a receita médica, e o segundo com o propósito de educar a população polimedamentada, na sua maioria idosa, no que à segurança e adesão terapêutica diz respeito.

Atribuiu-se um apoio à Associação Arte no Tempo, financiando o projeto Orquestra XXI, uma residência artística que reúne dezenas de jovens músicos portugueses residentes no estrangeiro, abrindo a oportunidade a jovens estudantes de música da cidade, de tocarem numa formação de elevada qualidade.

Por fim, o projeto Seja Mais Saudável, promovido pela Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Nutrição da Universidade do Porto, obteve também um apoio para implementação de uma campanha de educação e promoção de hábitos alimentares saudáveis, junto dos jovens.

Na área da Juventude, Educação e Empreendedorismo, apoiou-se a implementação de projetos de promoção do emprego e empreendedorismo jovem, de feiras de emprego e feiras de informação/orientação sobre o acesso ao ensino superior, e desenvolveu-se o programa Empreende Jovem, em cooperação com a Fundação da Juventude, que prevê ações com

incidência no empreendedorismo jovem e que abrangeu sessões de capacitação, roteiros, concursos e formação a jovens desempregados, bem como informação sobre a oferta com interesse para os jovens, numa só plataforma, com atendimento presencial e não presencial.

## **Turismo**

No Turismo através do programa **Intensificar e impulsionar o turismo** foram executados 1,3 milhões euros.

Em 2017, o Município continuou a assumir um papel regulador, dinamizador, agregador e facilitador no funcionamento do setor do Turismo na cidade, com especial enfoque nas questões da sustentabilidade, acessibilidades, criatividade, e projeção da marca Porto.

No âmbito da Porto Film Commission, para apoio às filmagens de produções cinematográficas e audiovisuais, em articulação com entidades públicas, privadas e serviços municipais, deu-se resposta a 159 pedidos relativos a 12 categorias de produção audiovisual, longas e curtas metragens, filmes promocionais e institucionais, spots publicitários, documentários, programas de TV, reportagens, vídeos, sessões fotográficas, trabalhos académicos e de informação, com destaque para a produção audiovisual nacional.

Em articulação com o Departamento Municipal de Educação e com o Gabinete de Juventude, assumiu particular relevância, ao longo de 2017, o Projeto Turismo Ajuda. Pela sua especificidade foi selecionado, pelo Município de Lisboa, como uma boa prática, para apresentação de uma comunicação oral, no âmbito do Encontro de Quadros promovido pela Edilidade e em que participaram municípios e empresas municipais de todo o país. Foram envolvidas 35 entidades e efetuadas 33 ações que envolveram 27 lares de infância e juventude e 5 projetos de intervenção social, com uma participação de 678 crianças e jovens com carências socioeconómicas e adultos com deficiência, com objetivos estratégicos bem definidos.

À semelhança do ano anterior, deu-se continuidade ao projeto *Street Food* que envolve diferentes serviços municipais com o objetivo de viabilizar esta nova forma de comércio de proximidade numa perspetiva de um conceito *ready to eat*, em dispositivos móveis e amovíveis, colocados em locais públicos, numa tónica de inovação e *design*.

À semelhança dos anos anteriores, manteve-se o contrato com a Associação de Turismo do Porto (ATP) para prestação dos serviços de acolhimento e comercialização nos postos de turismo e *Ipoints* oficiais do Porto e no portal oficial de turismo do Porto de modo a defender o papel dinamizador, agregador e facilitador do funcionamento do sector turístico do destino Porto e da sua região, e também fornecer dados para monitorizar, acompanhar a evolução do



perfil e do comportamento do mercado turístico posicionando o Município e a cidade do Porto como líder da região no domínio da estratégia, conhecimento e agente de mudança.

Com o objetivo de descentralizar os fluxos turísticos do centro histórico de modo a aliviar a pressão turística nesta zona, foi elaborada uma proposta para a concretização de uma funcionalidade móvel com 100 Pontos de Interesse, fora do Centro, e passível de ser operacionalizada pela ATP em 2018. Pretende-se, acima de tudo, que o turista/visitante parta à (re)descoberta de outras zonas da cidade permitindo o usufruto do património histórico-cultural e a sua autenticidade.

Através da ATP foi iniciado o projeto Embaixadores do Porto, com o propósito de identificar personalidades da cidade que possam promover a marca Porto nas mais variadas vertentes, em termos internacionais, nomeadamente em eventos de grande notoriedade internacional, de forma a contribuir para a continuidade do Porto como um destino turístico de eleição e com um maior número de visitantes.

Ainda em articulação com a ATP, foi assegurada a representação do Município do Porto na Assembleia Geral das Great Wine Capitals, que teve lugar em novembro, no Chile.

Manteve-se a articulação com entidades externas, nomeadamente com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal e Eixo Atlântico na revisão de conteúdos para diversos materiais promocionais, assumindo particular destaque as brochuras: City Breaks, Museus, Enoturismo, Jardins e Parques de Lazer, Agenda Desportiva e Agenda Cultural.

Destaca-se a Taxa Municipal Turística do Porto cuja necessidade de aplicação resultou da análise de indicadores relativos ao crescimento expressivo da atividade turística na cidade do Porto e da necessidade de mitigação da pegada turística, designadamente, do aumento da pressão nos equipamentos públicos, nas infraestruturas, na via pública e no espaço urbano em geral, com o objetivo de se assegurar que a cidade continue a manter a chancela de um destino de referência sustentável. Em 2017, foi aprovado o Regulamento da Taxa Municipal Turística, de 2 euros por dormida e por pessoa, até ao máximo de 14 euros (7 noites seguidas de estadia/pessoa), com entrada em vigor em 1 de março de 2018.

A tendência positiva no crescimento do movimento turístico no Porto e conseqüentemente no dinamismo económico local e regional é visível pelo aumento da afluência aos Postos de Turismo, que atingiu os 545.126 visitantes e corresponde a um crescimento de 6% face ao ano anterior, pelo aumento para 39.275 turistas atendidos nos diversos canais de acolhimento não presencial, a que corresponde um aumento de cerca 9,5%, pelos 714.257 acessos ao Portal de Turismo, em mais de 2,2 milhões de páginas visualizadas, e também pela taxa de satisfação dos turistas no atendimento não presencial que atingiu os 92%.

Abasteceu-se ainda o setor do turismo com 943.360 mapas turísticos oficiais e a comercialização nos postos de turismo do Porto Card foi superior a 490 mil euros, mais 33% que no ano anterior. No âmbito do projeto Vamos Receber à Moda do Porto, formaram-se mais de 196 futuros profissionais de turismo, realizaram-se 287 ações de acolhimento, apoiaram-se 49.982 pessoas com material turístico e 266 congressos e eventos profissionais, inseriram-se 2.681 conteúdos no Portal de Turismo, produziram-se 1.642.477 exemplares de material de informação e promoção turística e editaram-se 8 novos suportes de informação e divulgação turística.

Manteve-se a Presidência da Direção da Associação de Turismo do Porto.

## **Segurança**

No programa **Segurança e securitismo dos cidadãos** foram executados 3,9 milhões de euros.

O Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) manteve o cumprimento do reequipamento plurianual individual e coletivo. Manteve ainda o investimento na manutenção e renovação dos equipamentos de intervenção em incêndios urbanos, mergulho, salvamento em altura, desencarceramento e matérias perigosas, com o objetivo permanente da melhoria da capacidade de resposta, bem como o programa de manutenção preventiva dos equipamentos de socorro e reequipamento/substituição/reforço gradual das comunicações com novos equipamentos. Realçam-se os concursos de aquisição de um veículo urbano de combate a incêndios, um veículo ligeiro de combate a incêndios, um veículo escada, um veículo grua, um veículo de proteção multiriscos especial, um veículo de comando tático, duas ambulâncias de socorro e uma mota de água de socorro.

Por forma a manter a operacionalidade nos seus padrões de excelência, tornando o BSB num quartel moderno e adequado à resposta de socorro à cidade e para além do Porto, as instalações estão a ser alvo de intervenções de manutenção.

As instalações do Centro de Gestão Integrada (CGI), localizadas no BSB, tem sido alvo de melhoria contínua, trazendo ao CGI novas valências que envolvem as várias Unidades Orgânicas do Município, Agentes de Proteção Civil e outras Entidades.

Em 2017, a Polícia Municipal do Porto (PMP) foi reforçada com 60 polícias (9 chefes e 51 agentes) e foi aprovado o novo regulamento com a estrutura e competências das subunidades policiais e não policiais.

Seguindo a linha orientadora de investimento e fortalecimento na prevenção e fiscalização de trânsito, a PMP adquiriu novas unidades móveis que permitem uma resposta mais célere e

segura. A aposta em veículos não poluentes – viaturas elétricas e velocípedes sem motor - iniciou o percurso da diminuição da pegada ecológica da operação da PMP.

No segundo semestre de 2017 constituiu-se a Divisão de Fiscalização de Trânsito – sediada no edifício do siloauto - e centralizou-se todo o processo de gestão de eventos relacionados com a fiscalização de trânsito na cidade, com particular ênfase na adesão à plataforma SCOT (Sistema de Contraordenações de Trânsito) da Autoridade de Segurança Rodoviária.

Mantendo a aposta na segurança e conforto dos colaboradores a PMP adquiriu variados equipamentos de proteção individual que permitem a execução do trabalho diário em condições de elevada segurança (visibilidade) e cumprindo os padrões de qualidade, higiene e segurança legalmente exigidos.

A Proteção Civil, com o objetivo de promover a coordenação, preparação, resposta e recuperação a acidentes graves e catástrofes, na salvaguarda da população, dos bens e do património na cidade do Porto, reforçou a aquisição de equipamentos de comunicação de acesso restrito (rádios SIRESP) e de meios a utilizar em Teatro de Operações, designadamente com a aquisição de mais uma tenda de campanha, aumentou a capacidade de resposta na área da sensibilização, inovando nas apresentações, e materiais/brindes utilizados e entregues aos diversos públicos-alvo.

A nível da segurança ambiental, o Departamento de Proteção Civil procedeu, através de contrato de prestação de serviços com um apicultor, ao extermínio de 108 ninhos de Vespa Velutina, vulgo asiática.

## **Desporto e animação**

No objetivo do Desporto integra-se o programa Incentivar e dinamizar o Desporto, onde foram executados 5,9 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Porto Lazer, EM, que voltou a assumir um papel determinante na promoção e diversificação de atividades físicas e desportivas, tanto a nível interior como exterior. O ano de 2017 foi também relevante ao nível da requalificação, otimização e dinamização da rede de equipamentos municipais.

A estratégia passou por rentabilizar os equipamentos já existentes, como aconteceu, por exemplo, com o Complexo Desportivo de Ramalde. Abandonado e degradado há vários anos, o equipamento foi recuperado pelo Município, através da GO Porto, EM, e colocado de novo ao serviço da cidade, na sequência de um protocolo estabelecido com a Fundação INATEL, válido por 20 anos. O investimento de quase 700 mil euros permitiu dotar o complexo desportivo de uma nova pista de atletismo em tartan, um campo de relva sintética de última geração, assim como novas torres de iluminação.

A par da intervenção em infraestruturas degradadas, outro dos caminhos encontrados para alargar o parque desportivo da cidade e responder à crescente procura foi a partilha de recursos existentes, como sucedeu com o campo sintético da Faculdade de Desporto (FADEUP), localizado na Asprela. O protocolo estabelecido com a Universidade do Porto, e válido por 10 anos, possibilitou, neste caso, a sua utilização por agentes desportivos da cidade no horário noturno e aos fins de semana.

Desta forma, e no espaço de apenas um ano, a autarquia logrou duplicar a oferta da sua rede municipal de campos, agora constituída pelos campos de futebol de Campanhã, Viso, Polidesportivo dos Choupos, INATEL e FADEUP, a que se soma, ainda, a utilização de 15 horas semanais nos requalificados campos da Pasteleira.

A gestão mais eficiente das piscinas municipais, Cartes, Eng.º Armando Pimentel e Constituição, permitiu, por seu lado, um aumento de quase 5 por cento face ao ano anterior no número de utilizações (para um total de 213.549) destes equipamentos municipais.

A acompanhar a revitalização e dinamização dos seus equipamentos desportivos, procurou-se, igualmente, alargar o conjunto da oferta de atividades físicas e programas de desporto informal e ao ar livre na cidade, numa lógica global e cada vez mais integrada com a oferta de lazer e animação desenvolvida pela Porto Lazer, EM no espaço público. Porto Antistress, Dias com Energia, No Porto a Vida é Longa, Baixa em Boa Forma, Anda Porto e De Volta à Forma são alguns dos programas dinamizados ao longo do ano para promoção da atividade física regular, dirigidos a todas as faixas etárias e agregando um vasto leque de modalidades (51 no total).

No ano em que foram reconhecidos com o Certificado de Qualidade atribuído pela APCER, os Campos de Férias municipais (Missão Férias@Porto), atingiram um novo recorde, ultrapassando os 1.900 participantes nesta sua oitava edição. Preparado e acompanhado por profissionais, o programa estende-se por dez semanas e inclui um vasto conjunto de atividades desportivas e propostas de animação para crianças e jovens, dos 6 aos 15 anos.

Ainda no desporto, a cidade do Porto foi palco de várias provas de atletismo que mantiveram um elevado número de participantes, nomeadamente internacionais, como sucedeu com a Meia Maratona do Porto, a Corrida de S. João, a Maratona do Porto ou a S. Silvestre do Porto.

Merecem ainda particular destaque, pelo seu impacto e dimensão internacional, a organização de eventos como o Porto City Race, prova internacional de orientação pedestre urbana que nesta sexta edição juntou mais de 1.000 atletas provenientes de 18 países; o Porto Open, que este ano voltou a ter uma vertente feminina e se consolidou como o segundo maior torneio de ténis do país; ou o Porto Extreme XL, etapa portuguesa pontuável para o

Campeonato do Mundo de Extreme Enduro e que voltou a disputar o seu Prólogo na zona da Ribeira do Porto.

Em todo o caso, o ano ficou marcado desportivamente pelo regresso da Red Bull Air Race ao Porto, dez anos depois da sua estreia em Portugal. Cerca de 850 mil pessoas assistiram ao evento realizado entre o Porto e Gaia, sobre as águas do rio Douro, nos dias 2 e 3 de setembro.

Ao nível da animação, a Porto Lazer, EM procurou, em 2017, consolidar e reforçar o seu papel, dando resposta às novas dinâmicas da cidade, reinventando as suas principais tradições, conquistando novos públicos e organizando eventos de dimensão e projeção internacional, garantindo uma oferta cada vez mais diversificada ao longo de todo o ano.

Iniciativas como as Festas de São João do Porto, o Natal e a Passagem de Ano, as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda (a celebrarem 10 anos de existência), o Programa de Arte Urbana do Porto, o Dia Nacional dos Centros Históricos, a Exposição de Camélias Porto, a Festa da Criança, o Trengo – Festival de Circo, o Porto Beer Fest, o Festival Varandas, o Cinema Fora do Sítio, o Jazz ao Relento ou as Porto Sunday Sessions, entre tantas outras, constituíram um êxito retumbante, batendo recordes sucessivos em termos de afluência de público, envolvendo, ao longo de todo o ano, mais de 7 milhões de pessoas, entre residentes, visitantes e turistas.

Assumindo-se cada vez mais como um destino de eleição na área da música, a cidade do Porto foi palco, em junho de 2017, de mais uma edição do NOS Primavera Sound. Foi o ano em que o festival registou a sua maior assistência de sempre, com 90 mil espectadores a passarem pelo Parque da Cidade ao longo dos três dias do festival.

Destaque, ainda, para o sucesso da 1.<sup>a</sup> edição do Porto Blues Fest, que teve lugar na concha acústica dos Jardins do Palácio de Cristal, mas também para a edição que assinalou as bodas de prata das Noites Ritual.

A música foi igualmente uma aposta ganha durante as Festas de São João do Porto, com três concertos em três dias consecutivos (Banda Sinfónica Portuguesa; Trabalhadores do Comércio e GNR & Convidados; Marta Ren & The Groovelvets e Clã).

O mesmo sucedeu na Passagem de Ano, que proporcionou a maior enchente de sempre na Avenida dos Aliados, com mais de 200 mil pessoas a saudarem a chegada de 2018 entre dois grandes concertos (Aurea e depois Amor Electro).

## **Mobilidade e transportes**

No objetivo da Mobilidade e transportes, composto pelo programa **Melhoria da mobilidade e infraestruturas**, foram executados 10,7 milhões de euros.

Neste âmbito, o ex-Departamento Municipal de Mobilidade e Gestão da Via Pública (DMMGVP) continuou a desenvolver a sua ação de forma a melhor contribuir para a concretização do seu objetivo estratégico de melhoria da mobilidade dos cidadãos.

No domínio da intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável, e seguindo a estratégia definida nos anos anteriores, com vista a uma mobilidade cada vez mais sustentável ao nível do Município e com impacto metropolitano, foi dada continuidade à monitorização de indicadores de mobilidade, permitindo atuar de forma estratégica na gestão da mobilidade e tráfego da cidade, nomeadamente no que toca ao estacionamento, à sinistralidade, ao transporte individual (velocidades médias e volume) e ao transporte público (velocidades comerciais e procura).

Foi elaborado o regulamento de transporte em Circuitos Turísticos que entrou em vigor em 2017. Posteriormente foram atribuídas 4 licenças (16 matriculas) no âmbito do concurso para a exploração dos circuitos turísticos em veículos, triciclos ou quadriciclos com lotação igual ou inferior a 9 lugares. Conforme previsto no regulamento foram localizadas e materializadas as paragens para os circuitos turísticos.

Foi lançado o concurso de conceção dos percursos pedonais assistidos – ligações mecanizadas: Miragaia, Palácio de Cristal e Virtudes, elaborado o anteprojecto para as ligações mecanizadas de Miragaia e o projecto de execução para o Terminal Intermodal de Campanhã e respetivas acessibilidades, ambos objeto de candidatura a fundos comunitários no âmbito do PEDU.

Para efeitos de gestão dos condicionamentos desenvolveu-se uma plataforma web que permite gerir todos os condicionamentos da cidade do Porto utilizando Sistemas de Informação Geográfica (SIG). A plataforma consiste em armazenar em base de dados, informação relativa a cada condicionamento na cidade e apresentar os mesmos em mapas, através da visualização de camadas de informação geográfica em tempo real.

Para registo de ocorrências foi desenvolvida a plataforma web GO-SGM, que permite o registo de ocorrências, por parte de técnicos localizados no CGI Porto e no Município, e o registo de todo o equipamento do universo das instalações semaforicas, câmaras de vídeo ou de acesso condicionado, que se encontra danificado na cidade do Porto.

Em Novembro de 2017 iniciou-se a participação no projeto C-ROADS, uma iniciativa conjunta de vários parceiros, promovido pelo Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e

coordenado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, que envolve 31 parceiros nacionais, entre entidades públicas como o Município do Porto, concessionárias públicas e privadas de autoestradas, instituições de ensino, parceiros tecnológicos e de consultoria privados. Os três pilares fundamentais do projeto são: preparação da infraestrutura, conexões nos nós urbanos e partilha de dados. No Município do Porto está prevista a monitorização e a previsão das condições de tráfego a 2 horas na cidade, com possibilidade de criação de planos de contingência pré-definidos para responder às ocorrências registadas e a integração de uma solução que permita a troca de informação entre um autocarro, a infraestrutura e os restantes veículos, a ser testada na zona do Amial.

Foram adquiridos os *softwares* de modelação de tráfego PTV VISUM (macroscópico) e VISSIM (microscópico). A partir daí tem-se vindo a desenvolver um modelo macroscópico à escala da cidade do Porto, que representa a rede rodoviária na forma de nós (intersecções) e do conjunto de arcos (vias) que os unem, aos quais estão associados atributos relativos à sua caracterização física e operacional. A nível da procura está a decorrer o processo de construção da matriz de Origem - Destino, em transporte individual na hora de ponta da manhã e da tarde, à escala da cidade do Porto. Este modelo será uma ferramenta de apoio à tomada de decisões no âmbito da circulação urbana. A nível microscópico foram desenvolvidos pequenos estudos para a zona da Praça do Infante, da Boavista e do Amial, onde foram testados soluções alternativas de gestão de tráfego.

Com o objetivo de reduzir os índices de sinistralidade na cidade, em 2017 foram elaborados projetos de reformulação da sinalização e introdução de medidas de acalmia, de semaforização da travessia de peões, reforço de sinalização e de dispositivos complementares para melhoria das condições de segurança em túneis, correção de alinhamento de passeios e implementação de novas travessias de peões.

No âmbito da gestão da mobilidade em zonas escolares, foram implementadas medidas com vista a reduzir o impacto no trânsito da tomada e largada de passageiros junto aos estabelecimentos de ensino, reduzir a sinistralidade junto dos mesmos e melhorar as condições de circulação pedonal.

Procedeu-se ao acompanhamento do impacto na mobilidade de projetos estratégicos e de grande importância para a cidade do Porto, destacando-se o desentubamento e reabilitação da ribeira de Aldoar – troço da avenida da Boavista – setor B2, a implementação de Corredor de Autocarros de alta Qualidade (CAAQ) na avenida de Fernão de Magalhães e o terminal Intermodal de Campanhã (TIC).

Considerando que a permissão de circulação de velocípedes (bicicletas) nos corredores BUS é uma total novidade a nível nacional (o Porto é pioneiro nesta matéria), em 2017 deu-se início

a um projeto-piloto que possibilitará referenciar e avaliar os impactos desta medida no sistema de transporte tendo em vista a sua disseminação, cuja monitorização incide nos itens: contagens de tráfego, análise da sinistralidade, condições de circulação dos veículos de transporte público e auscultação dos habituais utilizadores dos corredores BUS.

Como medidas de apoio ao transporte público rodoviário, deu-se continuidade ao projeto Via Livre, que visa, através do desenvolvimento e implementação de pequenos projetos de engenharia em locais previamente referenciados, a resolução de problemas de operação (circulação) da STCP e fiscalização por parte da polícia municipal. Em 2017, foi melhorada a sinalização de diversas paragens e intervencionada a Rua de Vilar de forma a viabilizar a circulação de autocarros neste arruamento.

Foram localizados 12 novos locais para carregamento de veículos elétricos, perfazendo um total de 21 locais.

No seguimento do estudo de avaliação do modelo existente nas Zonas de Acesso Condicionado, Ribeira, Flores, Sé, Santa Catarina Santo Ildefonso e Cedofeita, foi proposto a discussão pública o projeto de alteração ao código regulamentar - regulamento das zonas de acesso automóvel condicionado da cidade do Porto.

Iniciou-se o estudo de reorganização da oferta do transporte público de passageiros nos terminais rodoviários existentes e foram criados espaços próprios para estacionamento de autocarros em serviço ocasional. Reorganizou-se também o espaço de paragem de autocarros na via pública no Campo 24 de Agosto, Bom Sucesso e Avenida dos Aliados.

Em articulação com a AMP deu-se início ao estudo da proposta para a organização das paragens na via pública da oferta em transporte público de passageiros dos operadores interurbanos e em colaboração com a STCP foi reorganizada a oferta de transporte público de passageiros em Campanhã.

Decorreu, em 2017, o estudo prévio e anteprojecto de uma ciclovia que deverá ligar os Pólos II e III da Universidade do Porto, localizados respetivamente na zona da Asprela e na Zona do Campo Alegre na cidade do Porto.

No âmbito da gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias, em 2017 manteve-se a beneficiação de pavimentos, com 14.212m<sup>2</sup> de intervenções nas faixas de rodagem, nos passeios e arranjos marginais. Efetuou-se o assentamento de 1.530m de lancis e 1.049 intervenções reativas. Foram acompanhadas 6.691 intervenções de obras, de ocupação de subsolo, de pavimentação e urbanização e avarias. Continuou-se a intervenção em passadeiras e procedeu-se ao levantamento e colocação de rampas.



Relativamente à promoção da eficiência e diversificação energética, assegurou-se o acompanhamento e a coordenação do contrato de concessão de energia elétrica de baixa tensão e as intervenções de iluminação decorativa.

No domínio da gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, mantiveram-se na gestão municipal os parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico, Cedofeita e Viela do Anjo. A receita bruta por lugar de estacionamento manteve-se praticamente igual a 2016, no Parque de estacionamento dos Caminhos do Romântico e na Viela do Anjo. Aumentou 11% na Trindade, 24% na Alfândega e 6% no Parque de Duque de Loulé. O número de avenças em Parques, manteve-se praticamente o mesmo, com exceção do parque do Duque de Loulé onde se registou um acréscimo de 54%.

Após a cedência por parte da STCP ao Município do Porto do imóvel da Estação de Recolha de S. Roque, este é utilizado como parque de estacionamento para autocarros em serviço ocasional.

Em 2017, deu-se continuidade ao procedimento de concurso público internacional para contratação de Prestação de Serviços de Manutenção e Expansão ao Sistema de Gestão de Mobilidade da CM Porto. Este procedimento visa fundamentalmente proceder à renovação da infraestrutura através da substituição de 272 controladores de tráfego, 68 câmaras de vídeo e interligação de todo o parque semafórico a um novo *software* de gestão de tráfego, com a necessária construção de condutas e passagem de cabos para utilização da rede metropolitana de comunicações da Associação Porto Digital.

Em termos de expansão do Sistema de Gestão de Tráfego foram instaladas 15 câmaras de vídeo e 2 instalações luminosas e no que concerne à expansão do Sistema de Controle de Acessos, foram instalados 3 dissuasores automáticos na ZAAC de Santa Catarina.

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, em 2017, foram efetuadas reparações em 1.494 sinais de trânsito num total aproximado de 4.500 sinais colocados. Na sinalização horizontal foram efetuados 28.400m<sup>2</sup> de pinturas e repinturas, de marcas rodoviárias, valores próximos aos dos anos anteriores.

No âmbito da concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto assinado com a Eporto em dezembro de 2015 por um período de 12 anos e cuja exploração se iniciou em março de 2016, encontravam-se em finais de dezembro em funcionamento 401 máquinas que correspondiam a 7.318 lugares de estacionamento, em contrapartida com os 4.234 anteriores à concessão, e que apresentaram um proveito/máquina de 8,8 mil euros e total de 3,5 milhões de euros,

superior aos 2,2 milhões de euros de 2016. O número de avenças para residentes, em 31 de dezembro de 2017, era de 2.902.

Em 3 de novembro, os licenciamentos passaram a integrar a Direção Municipal do Urbanismo. Até essa data, foram recebidos 2.331 pedidos de licença de ocupação da via pública, 1.229 pedidos de licença de ocupação de subsolo com infraestruturas e 1.785 pedidos de licença/solicitações para ocupação do espaço público com mobiliário urbano e publicidade, num total de 5.345 pedidos. De referir que, em relação aos pedidos de ocupação de subsolo, mais de 50% foram realizados pelas Águas do Porto, cerca de 20% pela EDP Gás e 10% pela EDP.

O projeto de Informação Geográfica da Via Pública visa a disponibilização de informação da via pública a todos os colaboradores do Município, aos munícipes e às entidades. Temas como a sinalização vertical, a concessão do estacionamento, os transportes públicos, as placas de toponímia, as reclamações, foram os que implicaram maior afetação de recursos. Atualmente, o projeto dispõe de uma base de dados própria (*geodatabase do IGVP*), que permite operacionalizar e trabalhar em rede e de uma forma mais célere e organizada, preparando a informação para posterior integração na Base de dados geográfica central. Mantém-se o recurso a plataformas web e a articulação com vários serviços internos e entidades externas. A equipa integra o projeto Smart Impact, que, a nível europeu, trabalha a promoção de um desenvolvimento sustentável das cidades e pessoas.

Através da empresa municipal GO Porto, EM, é de realçar a execução das empreitadas de pavimentação e de iluminação pública da Ponte do Infante, da beneficiação das ruas da Restauração e Alameda Basílio Teles, Cimo do Muro e da Viela de S. Lourenço. Foram ainda concluídas as empreitadas de pavimentação em arruamentos e passeios das ruas Coronel Raul Peres, Bartolomeu Velho, Ouro, Amial, D. Luís Filipe e Av. D. Carlos I, Terminal do Bom Sucesso, reformulação do acesso ao Terminal do Campo 24 de Agosto e largo anexo à Capela Bº Pinheiro Torres; sinalização rodoviária horizontal na Av. de França, rua de Costa Cabral e outras, Av. AEP, ruas Nossa Senhora do Calvário, João Pedro Ribeiro, Av. Fernão de Magalhães, Henrique Lopes Mendonça, Alberto Sampaio e outras, ruas Padre Himalaya, Beato Inácio de Azevedo, Afonso Albuquerque, D. Duarte Lopes e Largo D. João III, ruas D. João Peculiar e Matias de Albuquerque, e melhoria de acessibilidades das ruas de Gonçalo Cristóvão e do Bonjardim, travessia Hospital Militar (R. Boavista) e acessibilidades e sinalização rodoviária da rua de Faria Guimarães.

Deu-se também início às empreitadas de estacionamento da rua Fonseca Cardoso, de beneficiação das ruas da Telheira, S. João de Brito, Nova da Alfândega e de Monchique, das acessibilidades à rua Padre Diamantino Gomes e da pavimentação das ruas de Meixomil e

de Bitarães, e continuidade aos projetos de requalificação da envolvente da Praça da República, Avenida da Boavista - setor B1 e requalificação da Av. Fernão de Magalhães.

## Ambiente e qualidade de vida



O Ambiente e qualidade de vida integra os programas de Qualificação dos espaços verdes com 2,7 milhões de euros, Promoção do ambiente urbano com 21,7 milhões de euros, Direitos dos animais e Qualidade de vida com 88,5 mil euros.

No âmbito da **Qualificação dos espaços verdes**, foram beneficiados, através da GO Porto, EM, os parques infantis do Parque da Pasteleira e da Associação de Moradores da Pasteleira, foi instalado novo pavimento e sistema de drenagem no Jardim do Moreda, recuperados os Jardins da Alameda Basílio Teles, das Praças de Liége, Cordoaria e José Roquette.

Disponibilizaram-se à população 80 talhões na Horta da Oliveira, na freguesia de Campanhã e 12 talhões na horta de Vilar, na União de Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos. O Porto conta já com 145 talhões distribuídos pelas 5 hortas municipais, contabilizando com as restantes iniciativas externas uma área total de quase 40 hectares.

Em 2017, finalizou-se o inventário arbóreo da cidade, com cerca de 60.000 árvores inventariadas, e distribuídas por: Parque do Palácio de Cristal (2.045); Parque da Pasteleira (1.434); Parque da Cidade (14.602); Parque Oriental (2.490); Parque de S. Roque (1.197) e Parque do Covelo (2.592); árvores em arruamento (35.349).

As casas de ponto dos assistentes operacionais (jardineiros) foram requalificadas, dotando-se as instalações de melhores condições de higiene, conforto e segurança.

Neste ano, deu-se continuidade aos trabalhos de manutenção dos espaços exteriores dos Bairros de Habitação Social e à gestão do património arbóreo da cidade.

Ao abrigo do Fundo Ambiental, adquiriram-se 2 varredoras mecânicas de pequena capacidade e 12 veículos 100% elétricos para manutenção de parques urbanos e jardins.

Deu-se início à obra de construção do Exutor da ETAR do Rio Tinto na estrutura do Parque Oriental, num projeto financiado pelo programa POSEUR e cuja obra, da parte do Município do Porto, está a cargo da empresa municipal Águas do Porto. Após a conclusão dos trabalhos, a área do Parque Oriental, irá chegar aos 20 hectares.

No âmbito do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, efetuou-se o registo na Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e deu-se início à transição do regulamento do EMAS III.

Realizou-se a primeira edição da iniciativa Passeios no Parque, na qual foram guiadas visitas ao Parque do Covelo, Pasteleira, S. Roque, Parque Oriental, com cerca de 352 inscritos, foi organizada a XXII exposição Porto, cidades das camélias, no Palácio da Bolsa do Porto, com mais de 30.000 visitantes, em parceria com a Associação Portuguesa de Camélias e foi lançado o livro Jardins do Palácio de Cristal, da autoria de Teresa Portela Marques, um guia editado no âmbito das comemorações dos 150 anos daqueles jardins.

O projeto Expansão das Florestas Nativas do Porto/FUN-Porto continuou o seu processo de consolidação nas suas múltiplas vertentes. Com o objetivo de (i) plantar no Porto 10.000 árvores em jardins e quintais privados até 2020 através do programa, Se tem um Jardim, temos uma Árvore para Si, já foram entregues quase 4.000 exemplares (2.283 só em 2017); (ii) plantar no Porto 10.000 árvores e arbustos nos nós das vias de circulação principal até 2021, através do programa Rede de BioSpots, foram plantados no Nó do Regado 762 árvores e arbustos; (iii) criar o primeiro bosque urbano nativo prestador de serviços de ecossistemas (e espaço de estudo) nos 4 hectares da Quinta de Salgueiros – Porto BioLAB; (iv) produzir anualmente 15.000 árvores e arbustos nativos para a cidade e para projetos de restauro ecológico na região da Área Metropolitana do Porto (para reflorestação de áreas ardidas e degradadas) – Viveiro do FUTURO; (v) promover a divulgação e potenciação educativa-turística dos recursos naturais e culturais existentes no território do Município, sejam eles de gestão pública ou privada, através da organização do programa Rota das Árvores do Porto que se tem traduzido na dinamização de um conjunto de visitas temáticas a quintas, espaços arborizados e jardins históricos. Durante as 5 visitas guiadas organizadas em 2017 participaram 217 pessoas.

No viveiro municipal, foram produzidas cerca de 358.000 plantas que foram disponibilizadas para os jardins e parques municipais da cidade. Como contributo para os esforços de conservação da natureza na região, na época de plantação 2016/17 saíram do viveiro 12.240 plantas, para outros municípios da AMP, 50% delas para as áreas de Rede Natura 2000 da região (Freita e Valongo). Está também em curso o projeto de Conservação de Espécies

Raras da Região Norte de Portugal, um esforço de propagar plantas que, na natureza, são já muito raras.

Através da GO Porto, EM, iniciaram-se as empreitadas de construção do Espaço de jogo e recreio no Bairro da Azenha e da Requalificação do espaço público do Bairro de Santa Luzia - caminhos.

Em termos da **Promoção do ambiente urbano**, a Economia Circular foi identificada como um tema-chave na agenda e atual estratégia municipal de Ambiente, no qual o Executivo tem vindo a colocar uma parte substancial do esforço com ações muito concretas. Neste sentido, concluiu-se a primeira versão do Roadmap para Economia Circular do Porto, com a coordenação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, numa parceria com a Lipor, e com o objetivo de identificar oportunidades e linhas orientadoras, construir uma visão de longo prazo e, subsequentemente dar suporte a um programa de ações concretas da Autarquia – de forma a transformar o Porto numa cidade circular em 2030. Ainda neste contexto, o Município integrou a parceria para Agenda Urbana para a Economia Circular, grupo de trabalho que tem como objetivo submeter à UE um plano de ação que permita inspirar e orientar o desenvolvimento de melhor legislação, melhor financiamento e maior partilha de conhecimento. O Porto coordena o tópico das Simbioses Industriais, onde se espera transformar as cidades num catalisador de intercâmbios e relações económicas entre os diferentes agentes do setor da indústria.

O ano de 2017 foi um momento charneira no percurso para transformar a cidade do Porto na maior referência nacional ao nível da mobilidade elétrica. Além da instalação de mais pontos de carregamento e carregamento rápido na cidade, o Município despoletou um processo de descarbonização da sua frota, substituindo na sua maioria os veículos atuais por carros elétricos. Em causa está o novo contrato de *renting* de 390 veículos, 241 dos quais para o município e os restantes para as empresas municipais. Estes veículos vão substituir os atuais, em fim de contrato de locação, em áreas como limpeza urbana, obras municipais, policiamento, transporte de funcionários, entre outros. Estima-se poupar cerca de 600 mil euros/ano em combustível e a solução permitirá ainda uma redução de emissões de dióxido de carbono na ordem das 2,3 mil toneladas, no prazo de vigência do contrato.

Em 2017 recolheram-se 139.093 toneladas de resíduos, dos quais 114.246 toneladas correspondem à recolha indiferenciada e 24.848 toneladas à recolha seletiva, o que neste caso representa um aumento de 3,4% face a 2016, para o qual contribuiu o incremento de 10,5% na recolha dos bioresíduos, que atingiu as 9.335 toneladas em 2017.

No âmbito do cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem, a autarquia alcançou uma taxa de 26,3%. Em relação à recolha seletiva, a taxa foi de 56,7 kg/hab.ano.

Concluiu-se o processo de criação da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, tendo esta assumido a responsabilidade pela recolha e limpeza do espaço público em toda a cidade, a partir de 1 de setembro, fruto de um contrato de gestão delegada celebrado com o Município do Porto. Em virtude da não adjudicação do procedimento concursal, que pretendia entregar a prestadores de serviços, a limpeza do espaço público e recolha de resíduos indiferenciados, a Porto Ambiente, EM iniciou a transição integral das operações de recolha de resíduos, até aqui efetuadas quer pelo município, quer pelas empresas privadas que ainda operam na cidade, estimando-se que esta transição se conclua até meados de 2018.

Na vertente da prevenção da produção de resíduos, deu-se continuidade ao projeto Embrulha, que visa promover a redução da fração alimentar nos resíduos indiferenciados dos restaurantes, através da promoção da utilização de embalagens ecológicas para transporte de sobras de refeições pelos clientes, com a duplicação do número de aderente, contando atualmente com a participação de 31 estabelecimentos.

Relativamente à atividade não regulada, foram varridos 162.533 km de ruas na cidade do Porto e limpos 226.668 m<sup>2</sup> de fachadas de edifícios.

No âmbito das parcerias internacionais, prosseguiu-se com o projeto INTHERWASTE, para partilha de experiências e boas práticas entre cidades históricas europeias na gestão de resíduos, de modo a promover a criação de conhecimento e a alteração de políticas de gestão.

Foi dada continuidade à estratégia municipal de educação ambiental, cujo programa se destaca pela capacidade de garantir uma oferta pedagógica consistente para promover a mudança de comportamentos e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários, dinamizando cerca de 20 oficinas ambientais, que abordam as temáticas mais prementes e são dinamizadas, diariamente e em regime totalmente gratuito, nos 6 centros de educação ambiental do Município, com a participação de mais de 53 mil pessoas, na maioria crianças. Procurou-se ainda comunicar e interagir de forma distinta com os restantes segmentos-alvo (famílias, população universitária, população sénior, população com necessidades especiais), destacando-se a implementação anual do programa Ambiente em Família, que visa abrir a rede de centros às famílias ao fim de semana, em colaboração com docentes e investigadores da Universidade do Porto.

Organizou-se a terceira edição do evento CidadeMais, que mobilizou mais de 15.000 pessoas e que representa, mais do que um festival, uma grande plataforma cívica de auscultação,

discussão e partilha de ideias entre cidadãos, políticos, universidades, autarquias e empresas em torno dos temas da Sustentabilidade e da Cidadania.

No que toca às Alterações Climáticas, desde a conclusão da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) no final de 2016, durante o ano de 2017 os recursos foram empenhados prioritariamente na implementação do maior número de medidas e na submissão de candidaturas para poder antecipar ou acelerar algumas das opções. Do universo de 52 opções emergentes da EMAAC, 33 opções estão já em curso e 11 arrancarão a breve prazo, dependendo do formato final com que vierem a ser acomodadas no processo final de revisão do PDM. Cerca de 5, foram submetidas recentemente a financiamento europeu aos programas H2020, e LIFE+.

Ainda na linha estratégica da adaptação às alterações climáticas, foi concluído o projeto Quinto Alçado do Porto, que teve como objetivo definir quais os modelos que o Município do Porto deve seguir para incluir infra-estruturas verdes, em particular telhados verdes, no planeamento urbano, ambiental e na estratégia de espaços verdes da cidade. O projeto incluiu a participação de grupos de pesquisa de diferentes instituições nacionais de ensino superior, bem como a interação com cidades europeias, associações comunitárias, uma revisão detalhada da literatura sobre o tema e o projeto de telhado verde para três edifícios municipais. O Porto tornar-se-á uma das primeiras cidades portuguesas a exigir níveis de desempenho e controle de manutenção dessas infra-estruturas e já possui dois projetos bem-sucedidos, o telhado da Estação de Metro da Trindade e o Jardim dos Clérigos. Seguir-se-ão a breve prazo: Porto.Ambiente, Terminal de Campanhã e Museu da Cidade. Ainda no decurso deste projeto, foram identificados na cidade do Porto mais de 130 telhados verdes com uma área total de 11ha.

Os Cemitérios Municipais do Porto participaram no Congresso Anual da Association of Significant Cemeteries in Europe. Através da Go Porto, EM, foram lançadas as empreitadas de recuperação e restauro das capelas dos cemitérios do Prado do Repouso e Agramonte, e foram efetuados o estudo prévio do jardim Emil David e o projeto de execução da Quinta do Covelo.

No domínio das águas, a empresa municipal Águas do Porto, EM registou progressos significativos nos projetos estratégicos de gestão integrada do ciclo urbano da água no Município do Porto, tendo por base os princípios da eficiência operacional, da responsabilidade social e ambiental e do equilíbrio económico-financeiro. A empresa fechou o presente exercício económico com a sua situação económico-financeira consolidada.

No domínio da concretização do Plano de Investimentos executou uma carteira de empreitadas de reabilitação do seu património e de remodelação das suas infraestruturas de água, de águas residuais e de águas pluviais no valor de 10,2 milhões de euros.

O Plano de Valorização de Bens Patrimoniais trouxe uma camada de informação adicional aos projetos de recuperação e requalificação dos ativos da empresa. Assim, à reabilitação da Quinta de Baixo, dos jardins e mata de Nova Sintra, do edifício das Compras na sede da empresa e do Pavilhão da Água no Parque da Cidade, juntaram-se o projeto de musealização do rio de Vila e a requalificação do antigo reservatório da Pasteleira.

O futuro polo do Museu da Cidade, que deverá abrir em 2018, no antigo reservatório da Pasteleira, será dotado de peças do acervo do Município do Porto, elementos multimédia e novos conteúdos. Em fase de projeto encontra-se ainda o edifício do Laboratório, cujo projeto de requalificação e ampliação foi entregue ao arquiteto Souto Moura.

São também relevantes dois projetos na área das energias renováveis e da mobilidade elétrica, designadamente a conceção e construção de uma central fotovoltaica para produção de eletricidade no edifício sede da empresa e a instalação do parque de estacionamento para viaturas elétricas, enquadrados na política ambiental do Município.

No período em análise, a empresa concluiu a empreitada de desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto, a obra do Grupo 4 no âmbito da remodelação da rede de abastecimento de água, que incluiu a substituição de 14 km de condutas e entrou em fase final a empreitada de modernização da rede de águas pluviais e, conseqüentemente, a resolução de um problema antigo de insuficiente escoamento dessas águas e de inundações na zona do Campo 24 de Agosto.

A bom ritmo decorreu a obra de construção do intercetor de rio Tinto, um dos maiores projetos em curso a nível ambiental na região Norte, com o objetivo de despoluir esta linha de água e de requalificar as suas margens, tendo sido efetuado mais de um quarto da empreitada, interligando-se com a construção do Parque Urbano de Rio Tinto e com a duplicação da área do Parque Oriental da cidade do Porto. Este investimento de oito milhões de euros resulta de uma parceria entre as autarquias do Porto e de Gondomar, e são comparticipados em 85% por fundos comunitários (POSEUR).

No ano de 2017 iniciaram-se ainda as intervenções de reformulação da conduta adutora de Nova Sintra-Pasteleira, a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e da central elevatória de Nova Sintra e a remodelação das redes de água, saneamento e águas pluviais no Bairro do Regado, incluindo a infraestruturização da Rua Particular de Monsanto pelo facto de a mesma ainda não possuir coletor de águas residuais.



Na gestão operacional, a água não faturada atingiu os 19%. Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Quanto à qualidade da água, foram obtidos valores de excelência, com um nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,8%, tendo sido atribuído pela entidade reguladora do setor (ERSAR) o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano.

A acessibilidade física do serviço de saneamento fixou-se em 99,5%, o que significa que a construção da rede de drenagem de águas residuais se encontra perto da sua conclusão. Complementarmente, a taxa de prédios ligados à rede pública de saneamento aumentou para 99,5%. Um trabalho decisivo para a melhoria da qualidade da água das ribeiras que atravessam a cidade do Porto, em paralelo com um projeto de eliminação das aflúncias indevidas e infiltrações.

No que respeita à frente marítima, a Águas do Porto, EM, conquistou novamente os galardões Bandeira Azul e Qualidade de Ouro em todas as praias do Porto, com exceção da zona balnear do Castelo do Queijo. Este ano, pela primeira vez, a praia do Carneiro recebeu a distinção de Praia Acessível – Praia para Todos!, que foi igualmente atribuída pelo décimo ano consecutivo à praia do Homem do Leme.

Relativamente ao cumprimento dos critérios do programa Bandeira Azul, manteve-se o controlo analítico diário da qualidade da água das praias, a monitorização do estado de funcionamento e conservação dos equipamentos e serviços de apoio à prática balnear, assim como a prestação de informação ao público e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, aspetos estes que, pelo número recorde de ações desenvolvidas nas praias, conduziu à premiação do Porto como Município Mais Azul.

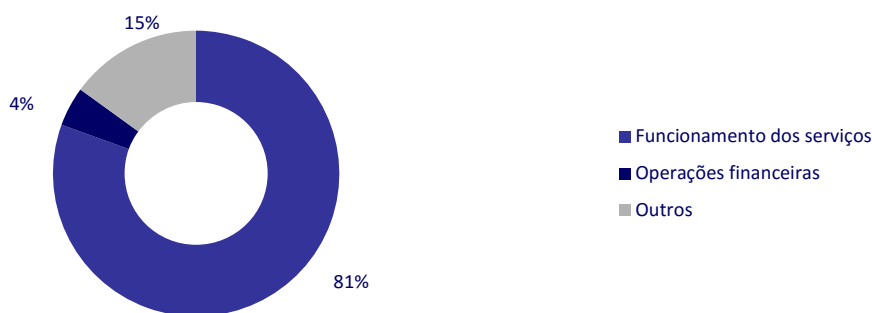
Neste ano, é ainda de salientar a realização da Porto Water Innovation Week, ciclo de conferências e atividades organizadas pela Águas do Porto, EM, em parceria com a Comissão Europeia, que tornou a cidade do Porto na Capital Europeia da Água de 24 a 30 de setembro. O edifício da Alfândega do Porto recebeu 1.252 participantes de 60 países de todos os continentes, 19 conferências e eventos paralelos, 68 fóruns de negócio, 116 expositores e 546 reuniões bilaterais. O Aquaporto encerrou a PWIW. O festival anual da água atraiu 15 mil pessoas ao Parque da Cidade.

No âmbito dos **Direitos dos animais**, e no que respeita ao seu bem-estar, foi lançado concurso para a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais (CRO), que substituirá o velho canil do Porto. Este Centro de Recolha vai localizar-se em Azevedo de Campanhã (ocupando uma parcela de terreno do Viveiro Municipal) e será uma estrutura moderna que

vai oferecer condições de excelência para a recolha de canídeos e felídeos. No projeto para a nova infraestrutura está desenhada uma separação física e funcional entre serviços oficiais e de adoção, com melhorias significativas ao nível das condições sanitárias. Com um bloco cirúrgico, que possibilitará uma rápida e eficiente esterilização dos animais, o CRO vai ser ainda dotado de uma sala de enfermagem independente para o tratamento e o acompanhamento clínico dos animais alojados, zonas de exercício e de sociabilização, área de tosquia e higienização. Para além destas novas áreas consignadas, o moderno espaço mais que duplicará a área para as boxes atualmente existentes no atual canil (de 94 boxes para 220). Em articulação com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), está garantida, inclusive, a disponibilidade para o apoio ao alojamento de animais em quarentena provenientes de outros países e, sempre que necessário, o acolhimento de outras espécies.

## Governância da Câmara

F. 5 - Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 84,1 milhões de euros, Operações financeiras com 4,7 milhões de euros e Outros com 15,6 milhões de euros.

No âmbito do **Funcionamento dos serviços** a conjuntura económica da cidade nas áreas urbanística e turística, que está a transformar positivamente a cidade, vem sendo acompanhada de uma forte fiscalização, especialmente, nas áreas de ocupação de espaço público, urbanismo e ambiente.

Em matéria de ocupação de espaço público foram efetuadas 6.330 ações de fiscalização, mais 33% do que em 2016, o que levou a um aumento significativo das participações para efeitos de processos de contraordenações, com especial incidência na ocupação do espaço público por tapumes e andaimes.

O facto de 2017 ter sido ano de eleições levou a um esforço significativo no sentido de toda a propaganda ser removida dentro do período legalmente estipulado, tendo sido efetuadas

pelos serviços de fiscalização dezenas de remoções de pendões e *outdoors*, entre outra propaganda eleitoral.

Na área da fiscalização urbanística, foram apresentadas cerca de 1.500 comunicações de início de obras particulares, sendo que 1.168 deram origem a novos processos de fiscalização, de que resultou um volume superior a 4.700 ações de fiscalização de acompanhamento de obras. De referir que 308 processos tiveram origem em denúncias ou queixas dos munícipes.

Com significativo impacto ao nível da regeneração urbana está o elevado número de processos (272) de pedidos de determinação do estado de conservação de edifícios ou frações autónomas que poderá conduzir a uma obtenção de eventuais benefícios fiscais municipais comunicados à Autoridade Tributária e, ainda, que a atual conjuntura se traduz numa predisposição dos particulares para a reposição voluntária da legalidade urbanística e para a realização de obras para correção de más condições de segurança e salubridade.

A fiscalização da área ambiental é predominantemente preventiva nas zonas e pontos críticos, normalmente associados à atividade económica, ao elevado número de alojamentos locais e de estabelecimentos de restauração e bebidas.

No domínio da gestão do pessoal a autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos. Nesse contexto, respeitou os limites de despesas de gestão de pessoal e o enquadramento legal vigente.

O plano de formação do ano de 2017 registou uma taxa de realização de cerca de 88%, em termos de número de ações previstas versus realizadas.

Manteve-se a intervenção junto dos trabalhadores através de iniciativas que se focalizaram no reconhecimento (Clube de Prata, Postal de Aniversário), e do espírito corporativo (Clubes Temáticos e Picnicão). Ao nível do envolvimento dos trabalhadores das matérias de Recursos Humanos foi dada continuidade ao tratamento e divulgação de informação, designadamente em termos de alterações legislativas com impacto remuneratório.

Ao nível da inovação e melhoria contínua organizacional destaca-se, no Sistema de Gestão de Qualidade, a integração de um novo referencial (Gestão de Emergências) e a concretização da extensão do âmbito, na Gestão Ambiental.

Durante o ano de 2017, levaram-se ainda a cabo várias ações de recrutamento, com vista a reforçar a capacitação interna nas várias áreas de intervenção do Município.

Através da Direção Municipal da Presidência, e no âmbito do Gabinete do Município (GM), deu-se continuidade à preocupação de implementar novos serviços. Neste particular destaca-se a operacionalização do protocolo celebrado entre o Município, a GDA e a AUDIOGEST,

divulgando nos canais de atendimento a necessidade de obtenção da licença PassMúsica, e do projeto Acessibilidade em Língua Gestual Portuguesa na AMP, dinamizado pela Área Metropolitana do Porto, em que o Município do Porto passou a disponibilizar no GM um novo serviço facilitador da relação entre os cidadãos surdos e a autarquia – o serviço de vídeo-interpretação em Língua Gestual Portuguesa (Serviin).

Em articulação com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), procedeu-se ao apoio na instalação de três novos Espaços do Cidadão (na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; na Junta de Freguesia de Paranhos e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Face à dinâmica da cidade e ao aumento da procura em todos os canais do atendimento multicanal integrado (presencial, telefone e online) do GM, tornou-se necessário implementar um conjunto de medidas de modo a garantir uma gestão eficaz de recursos.

No âmbito do apoio aos órgãos autárquicos realçam-se as atividades conducentes à preparação das 26 reuniões do Órgão Executivo e das 19 sessões do Órgão Deliberativo, bem como a preparação e organização das reuniões dos órgãos consultivos, designadamente do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Juventude e do Conselho Municipal da Cultura. Em articulação com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, realizaram-se as ações definidas pela Comissão Nacional de Eleições, relativas ao procedimento eleitoral para as Autarquias Locais. Divulgou-se a informação da autarquia, nomeadamente através do Boletim Municipal Eletrónico (958 documentos), de publicação das normas regulamentares no Diário da República e de disseminação de diversa informação interna no Portal do Colaborador.

Na área da comunicação deu-se continuidade à publicação de anúncios obrigatórios, aprovação de material promocional interno e externo, à produção, edição e divulgação de conteúdos (vídeo, fotografia e texto), e à informação assegurada aos cidadãos e aos media nos vários canais de comunicação (site, portal de notícias e jornal Porto.), nas redes sociais (facebook e youtube) e através da App Porto.

Em 2017, a aposta passou pela consolidação do Portal Agenda DMCP junto das unidades orgânicas e empresas municipais, o que permitiu um aumento da sua capacidade de divulgação e cobertura de eventos, iniciativas e projetos desenvolvidos no Município com interesse para os cidadãos, tendo sido recebidos 406 registos de atividades, e divulgadas 167 no portal, com especial relevo para as atividades da Cultura (116).

Destacam-se as alterações no portal institucional da Câmara do Porto [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt) que agora disponibiliza uma página destinada exclusivamente à Assembleia Municipal, que facilita o acesso, por parte do cidadão, à informação vinculada a este órgão municipal, e outra página,

Contas Porto, destinada a aumentar o índice de transparência, permitindo ao utilizador consultar toda a informação sobre os Relatórios de Prestação de Contas do Município do Porto e Empresas Municipais. Também a Feira do Livro esteve um destaque no portal institucional, tendo sido criada uma página exclusiva com toda a informação sobre o evento. No âmbito do [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt) realizaram-se ainda ajustes em menus, como Editais e Transparência, de modo a facilitar o seu acesso.

O portal de notícias [www.porto.pt](http://www.porto.pt), conheceu também alterações, com relevo para a reestruturação do menu Trânsito. Em 2017 foram publicadas neste portal 960 notícias por trimestre, utilizando uma estratégia comunicacional que pretende vincular, cada vez mais, o portal como canal de informação sobre a cidade e não apenas sobre o universo municipal.

É de realçar o aumento exponencial do número de visualizações de página, quer do portal institucional ([www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt)) quer do portal de notícias ([www.porto.pt](http://www.porto.pt)), que, em 2017, foi de, respetivamente, 2.557.010 e 4.275.050 visualizações.

No desenvolvimento de planos e estratégias de comunicação orientadas quer para os serviços quer para iniciativas que exigiram uma comunicação externa adaptada, realça-se o apoio na execução e divulgação do Plano de Mobilidade em eventos como o São João, a RedBull ou a Passagem de Ano, e a execução de materiais de divulgação dos serviços facultados pela Divisão Municipal de Comércio e Turismo e o apoio na execução e aplicação das diversas sinaléticas do Gabinete do Município.

Apoiou-se também a divulgação de 182 eventos do universo municipal, coproduções, parcerias e algumas situações de caráter solidário e/ou social, tais como: Campanha nova Imagem do Andante, Primavera Sound, São João, Passagem de Ano, Red Bull Air Race, Empreende Jovem, Porto Best Of, Coliseu 75 Anos, Cultura em Expansão, 3ª Gala Solidária IPO-Porto, Festival DDD, Dia de Portugal, Fundação AMI Porto, entre muitas outras.

Produziram-se vídeos, com desenvolvimento de conteúdos temáticos que promovem e dão a conhecer as mais diversas atividades da cidade, de que são exemplo European Design Awards, Comemorações Dia de Portugal, NOS Primavera Sound, São João, Feira do Livro, Red Bull Air Race, BEA World, Essência do Vinho ou European Best Destination 2017, e reportagens abordando as mais variadas temáticas, com manifesto interesse público, tais como Companhia residente Drumming, Programa Aconchego, Europe Direct Porto, Exposição Foral do Porto, SMARLE, Requalificação Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, Reflorestação da cidade e região ou ainda, ao nível promocional, o vídeo, 25 anos de dedicação ao Município do Porto.

Na vertente internacional salienta-se o trabalho conjunto com várias cidades parceiras, com especial destaque para o aproximar das relações com a China, sobretudo Macau, Shenzhen

e Shanghai. Destaque ainda para a candidatura vencedora para o acolhimento do Centro Europe Direct, para o triénio 2018-2020.

No âmbito das redes de cidades assinala-se a forte participação da Câmara nas Eurocities e a participação do município nas diversas atividades do Eixo Atlântico e da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro, e, quanto às relações bilaterais, a preparação de várias iniciativas para o futuro com diversas cidades, que terão o seu ponto forte em 2018, como é o caso de Nagasaki, Brno, Bordéus ou Timisoara.

Na esfera interna e ao nível do protocolo é de assinalar a organização da visita de Estado de Sua Excelência o Presidente de Itália, Sergio Mattarella, a Portugal, bem como a organização da sessão de Instalação dos Órgãos Autárquicos.

No domínio da auditoria interna releva-se a assessoria ao Conselho Municipal de Finanças, a monitorização da implementação das medidas de mitigação em sede de gestão dos riscos organizacionais, incluindo os de corrupção e infrações conexas do Município do Porto, a apreciação do Índice de Transparência Municipal e o exercício do direito de contraditório junto da Transparência e Integridade Associação Cívica, o seguimento das auditorias/verificações externas efetuadas ao Município durante o ano, atualização do centro documental e participação nos trabalhos de diagnóstico e adaptação dos tratamentos de dados no Município, para cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Destacam-se ainda a conclusão da Auditoria à Aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso na Câmara Municipal do Porto, o início da Auditoria de Seguimento às Execuções Fiscais, o follow-up da Auditoria à atribuição dos fogos de habitação social, os trabalhos de revisão do Plano de Gestão de Riscos e a elaboração dos Relatórios: Levantamento do Processo de Requesende, Prestação de serviços de assessoria jurídica e representação judicial à GO Porto, EM e Exercício do Direito de Preferência.

Ao nível dos sistemas de informação, procedeu-se à renovação do parque de impressão e digitalização, com a aquisição de 26 equipamentos multifunções e respetivo sistema de gestão centralizada, permitindo reduzir a quantidade de impressões e o seu custo. Foram também adquiridos 185 computadores para renovação do parque informático e equipar o posto de trabalho dos novos colaboradores.

Atendendo à relevância das comunicações de voz fixa na atividade da autarquia, foi adquirida uma central telefónica VoIP com o objetivo de dotar novos serviços de comunicações de voz e iniciar o processo de renovação de centrais telefónicas, estando já 74 colaboradores a utilizar a nova infraestrutura de comunicações.

No âmbito da monitorização de sistemas, adquiriu-se uma nova plataforma que permite saber, em tempo real, o estado de funcionamento dos diversos equipamentos, serviços e aplicações. Com este sistema é possível prever algumas falhas e atuar antes de ocorrer o problema, detetar a origem das falhas com maior precisão e conseqüentemente reduzir o tempo de diagnóstico e resolução.

Na esfera da alta disponibilidade (HA) e recuperação de desastres (DR), foi comprado um conjunto de 3 servidores e armazenamento, otimizados para Bases de Dados Oracle, que possibilita a implementação da solução de HA, Oracle Real Application Clusters, da solução de DR, Oracle Data Guard, e melhorar substancialmente a capacidade de processamento.

No âmbito do processo municipal de compras, a evolução da plataforma eletrónica permitiu ganhos significativos de produtividade, com destaque para a área de gestão do contrato. Nesta matéria desenvolveu-se um modelo global de gestão do contrato, que pretende cobrir todas as etapas e transações associadas à gestão do contrato, simplificando e centralizando todo o processo administrativo associado, evitando-se o cometimento de possíveis incorreções e falhas. Deste modelo, resultou numa primeira fase o desenvolvimento e implementação duma solução eletrónica, que permite desde janeiro de 2016, o acompanhamento da execução temporal, material e financeira do contrato, assegurando-se as notificações necessárias. A figura do gestor do contrato, em uso no município há alguns anos, passou a merecer previsão legal no art.º 290.º A, aditado ao CCP na redação que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

A incorporação de novas funções na plataforma, aperfeiçoamento das existentes ou eliminação das que se mostrem redundantes, permitiu, desde 2013, e até 2017, uma redução nos tempos de execução de tarefas associadas à formação dos contratos de 22%.

Na área das compras públicas desenvolveu-se 1 fórum temático para debater a Inovação nas compras - o impacto nos setores público e privado, que contou com 10 oradores, representantes de reguladores, universidades, juristas, empresas e compradores públicos, e foi assistido por 134 participantes de 60 entidades (35 privadas e 25 públicas).

No âmbito da gestão da receita municipal destaca-se, o início ao procedimento administrativo de elaboração das normas relativas à concessão, pelo Município do Porto, de benefícios fiscais em matéria de impostos municipais, com vista à criação de um conjunto de medidas fiscais de apoio ao arrendamento acessível para fins habitacionais, às famílias e às lojas com tradição na cidade do Porto, procedimento este que envolveu a consulta a uma entidade externa especialista neste domínio e foi suspenso até entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018, porque o Proposta desta Lei apresentava alterações ao quadro legal que sustentava o projeto de regulamento municipal.

No domínio da Tesouraria do Município, e com o intuito de diminuir a circulação de moeda nos serviços municipais e a necessidade de ajustamento aos diversos meios de pagamento eletrónicos, iniciaram-se os procedimentos para a atribuição de um cartão pré-pago aos titulares de fundo de maneiio, de modo a permitir, de forma fácil e prática, efetuar os pagamentos, bem como uma gestão eficaz dos fundos de maneiio, para implementação no início 2018.

Na área da Contabilidade destaca-se o projeto de melhoria contínua, com a colaboração do Instituto Kaizen, com o objetivo de melhorar o processo da despesa, reduzindo o *lead time* de resposta, desde a entrada da fatura até à emissão da ordem de pagamento, entre 30% e 40%, aumentar a produtividade da equipa entre 20% e 30%, e simplificar/desburocratizar o processo contabilístico por forma a responder à tendência crescente dos mesmos. O projeto, que se prevê terminar em abril 2018, será o primeiro a ser implementado no Município do Porto com o conceito de célula de trabalho em fluxo.

No âmbito da Gestão do Património, consolidou-se o projeto SICadPorto (Sistema de Inventário e Cadastro do Município do Porto), ferramenta estratégica para a gestão da propriedade imobiliária municipal, com componentes gráficas (georreferenciação) e alfanuméricas (base de dados relacional) associadas, assente na caracterização da propriedade, desde o histórico à situação atual dos bens. Desde o início do projeto, em 2012, e até ao final de 2017, foram revistos e georreferenciados cerca de 3.268 processos de cadastro, cerca de 47%, já publicados no Portal Técnico do Município do Porto (GEOPORTO e MIPWEB). Relativamente à Gestão Energética dos Edifícios Municipais, destaca-se a realização de auditorias energéticas a nove edifícios municipais de maior dimensão, que resultaram na certificação energética dos mesmos e candidaturas a projetos cofinanciados, com aprovação das candidaturas da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Casa do Infante, cujas intervenções foram realizadas.

Ao nível dos projetos participados, a receita de 2,3 milhões de euros, respeita a candidaturas submetidas ao Portugal 2020, Comissão Europeia, Fundo Ambiental e ainda ao QREN. Em 2017, das 21 candidaturas aprovadas, 14 foram no âmbito do Portugal 2020, no total de 17,3 milhões de euros de investimento elegível e 14,7 milhões de euros de participação comunitária.

No que respeita aos serviços jurídicos foi garantida a promoção do suporte jurídico e da legalidade na atuação do município, sendo emitidos 1.424 pareceres internos, divulgada diariamente legislação de interesse no âmbito da atividade municipal e efetuados diversos estudos jurídicos. Foram ministradas três ações de formação sobre Código do Procedimento Administrativo, Legislação da Administração Local para Agentes da Policia Municipal e



Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, que contaram com diversas edições num total de 135 horas, bem como foram realizadas ações de sensibilização no âmbito do Novo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados. Foi ainda garantida a assessoria jurídica ao nível da revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município do Porto, do Regulamento da Movid, Regulamento da Taxa Municipal Turística, e também de *dossiers* e projetos transversais à Autarquia, como o Mercado do Bolhão, Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, entre outros.

A representação forense do Município do Porto foi assegurada, bem como o acompanhamento e promoção dos processos de notariado, com a realização de 30 escrituras, tendo-se garantido, ainda, a articulação com o Tribunal de Contas com o envio para visto de 31 processos.

Ao nível da cobrança coerciva dos débitos ao município e da instrução dos processos contraordenacionais, foram instaurados 10.543 processos de execução fiscal e 2.264 processos de contraordenação, tendo-se obtido o montante de 1,2 milhões de euros como receita arrecadada neste âmbito.



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017



Relatório Financeiro



### III. RELATÓRIO FINANCEIRO

#### ANÁLISE ORÇAMENTAL

##### 1. Principais destaques

###### Q. 2 - Indicadores

Indicador	2015	2016	2017
<b>Receita</b>			
Varição da receita total	7,5%	26,9%	2,7%
Receitas correntes / Receitas totais	71,7%	67,9%	66,4%
Varição das receitas correntes	-5,4%	20,1%	0,4%
Receitas fiscais / Receitas correntes	64,5%	63,8%	67,9%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	103,6%	108,0%	113,3%
Receita total / receita orçada	102,1%	103,0%	115,1%
<b>Despesa</b>			
Varição da despesa total	7,2%	24,7%	-7,3%
Despesas correntes / Despesa total	74,5%	62,9%	71,3%
Varição das despesas correntes	2,2%	5,2%	5,2%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	47,4%	47,2%	48,1%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	89,8%	85,0%	86,3%
Despesa total / despesa orçada	78,7%	78,1%	78,8%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>			
Saldo corrente / Receitas correntes	19,9%	29,8%	26,4%
Serviço da dívida / Receitas correntes	8,9%	27,9%	1,9%

Os rácios orçamentais registam, em 2017, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

A receita total regista um acréscimo de 7,3 milhões de euros, relativamente ao ano de 2016. Para este acréscimo contribuem o aumento das receitas correntes de 703,4 mil euros, as reposições não abatidas aos pagamentos com uma variação positiva de 429,6 mil euros, o saldo da gerência anterior com um aumento de 16,8 milhões de euros, e a redução das receitas de capital de 10,6 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuíram para o acréscimo das receitas correntes, quando comparadas com 2016.

Ao nível das despesas totais verifica-se, no ano em apreço, um decréscimo de 7,3%, por força da redução de 21,9 milhões de euros das despesas de capital conjugada com o aumento de 6,8 milhões de euros das despesas correntes.

A variação positiva nas despesas correntes ocorre nas rubricas de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e subsídios, registando-se uma redução das restantes.

A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

Pese embora o ligeiro aumento das receitas correntes, a redução do saldo corrente em 2017 faz com que o rácio que lhe está associado reduza face ao ano anterior.

A redução do serviço da dívida, por força das amortizações antecipadas efetuadas no âmbito do Acordo do Porto, e outras, em 2016, associado ao acréscimo menos significativo das receitas correntes justifica a redução de 26 p.p. no respetivo rácio.

## 2. Equilíbrio orçamental

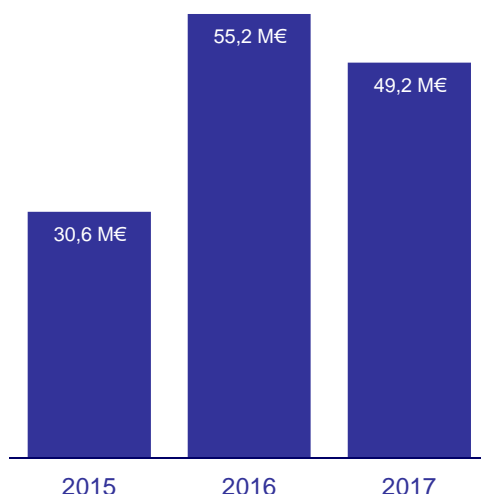
Q. 3 - Regras orçamentais de equilíbrio

Designação	2017	2016	Variação
	€	€	16-17
Poupança corrente	49 151 358	55 212 143	-11,0%
Equilíbrio orçamental - excedente anual	45 550 948	51 911 798	-12,3%
Saldo global efetivo	86 603 417	112 388 322	-22,9%
Saldo global primário	86 795 864	116 831 289	-25,7%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da

poupança corrente a financiar as despesas de capital. Em 2017, a poupança corrente foi de 49,2 milhões de euros, significativamente superior aos 9,3 milhões de euros previstos no orçamento inicial.

F. 6 - Evolução da poupança corrente



A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. O ligeiro acréscimo da receita corrente em 2017 relativamente a 2016 conjugado com um aumento mais significativo das despesas correntes influenciou a poupança corrente cujo valor foi inferior ao verificado no ano de 2016.

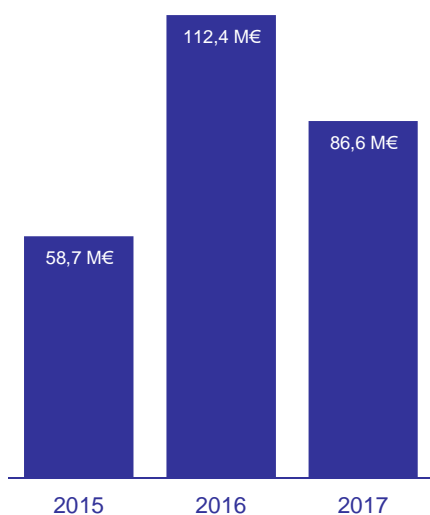
Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município do Porto evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2017, o excedente de 45,6 milhões de euros, obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, e que compara com o excedente de 51,9 milhões de euros do ano anterior.

Em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais o orçamento deve respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros).

Em 2017, o saldo global efetivo foi de 86,6 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado e o conseguido no final do ano, resulta em grande parte do saldo de gerência do ano 2016, integrado no orçamento em sede de revisão orçamental e da cobrança de receita corrente face ao inicialmente previsto.

F. 7 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos três anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais.



### 3. Análise da despesa

#### 3.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

Q. 4 - Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	72 737 914	29,8%	68 157 555	28,0%	-4 580 360	-6,3%
Aquisição de bens e serviços	62 366 105	25,5%	67 068 840	27,6%	4 702 735	7,5%
Juros e outros encargos	421 300	0,2%	352 300	0,1%	-69 000	-16,4%
Transferências correntes	11 418 961	4,7%	11 622 712	4,8%	203 751	1,8%
Subsídios	5 657 321	2,3%	8 649 647	3,6%	2 992 326	52,9%
Outras despesas correntes	2 783 976	1,1%	2 567 627	1,1%	-216 349	-7,8%
<b>Despesas correntes</b>	<b>155 385 577</b>	<b>63,6%</b>	<b>158 418 680</b>	<b>65,1%</b>	<b>3 033 103</b>	<b>2,0%</b>
Aquisição de bens de capital	68 158 606	27,9%	70 266 454	28,9%	2 107 848	3,1%
Transferências de capital	2 095 840	0,9%	2 890 840	1,2%	795 000	37,9%
Ativos financeiros	1 159 458	0,5%	1 725 468	0,7%	566 010	48,8%
Passivos financeiros	16 763 328	6,9%	3 373 590	1,4%	-13 389 738	-79,9%
Outras despesas de capital	637 191	0,3%	6 677 876	2,7%	6 040 685	948,0%
<b>Despesas de capital</b>	<b>88 814 423</b>	<b>36,4%</b>	<b>84 934 228</b>	<b>34,9%</b>	<b>-3 880 195</b>	<b>-4,4%</b>
<b>Total</b>	<b>244 200 000</b>	<b>100,0%</b>	<b>243 352 908</b>	<b>100,0%</b>	<b>-847 092</b>	<b>-0,3%</b>

Embora a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são insuficientes ou até mesmo inexistentes. Para ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram uma diminuição do valor global do orçamento de 847,1 mil euros, entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

Os reforços ao orçamento inicial da despesa permitiram acomodar, entre outros, a dotação para fazer face aos contratos com a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, as dotações para investimentos, nomeadamente, para o Município do Porto exercer o direito de preferência sobre imóveis, para aquisição de terrenos, de material de transporte, e de equipamento diverso, e ainda as dotações para subscrição e realização do capital social da empresa municipal Porto Cultura, E.M e para a amortização do leasing financeiro referente ao edifício dos CTT, para além das dotações afetas a eventuais processos de indemnizações.

Em contrapartida, a diminuição mais significativa ao orçamento inicial ocorreu nos Passivos Financeiros considerando que o serviço da dívida incorporava os efeitos do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto), que previa o reembolso antecipado de dois empréstimos cujo pagamento acabou por ocorrer, ainda, no ano de 2016.

As modificações ao orçamento não alteraram a sua estrutura, pese embora o ligeiro aumento, de 1,5 p.p., do peso das despesas correntes por redução das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para vestuário e artigos pessoais para o Gabinete do Município, Via Pública e Batalhão Sapadores Bombeiros; para encargos de instalações, no âmbito do Ambiente e Serviços Urbanos e da Cultura; para serviços de limpeza e higiene, na manutenção de edifícios e funcionamento dos serviços da Cultura; para locação de material de transporte; para outros trabalhos especializados fundamentalmente para os projetos Inovação do Ambiente, Promoção Cultural e do Teatro Municipal do Porto, Programa de Sensibilização e de Formação para a Arte Contemporânea e comunicação e promoção da imagem do Município; e para outros serviços, para acomodar, entre outros, os encargos no âmbito da solidariedade social, qualificação dos espaços verdes e promoção do ambiente urbano e os serviços prestados pelas empresas municipais.

Em subsídios o reforço das dotações resultou da inscrição de dotação para a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM e para participação financeira à Porto Vivo, SRU.

Os reforços mais expressivos nas despesas de capital verificam-se nas aquisições de bens de capital para o exercício do direito de preferência sobre imóveis, para promover e fomentar a educação, para aquisição de equipamento básico e de transporte no âmbito do ambiente e qualidade de vida, para instalações de serviços e amortização antecipada do *leasing* do edifício CTT, em outras despesas de capital para os pagamentos efetuados à Metro do Porto e STCP, no âmbito do denominado Acordo do Porto.

A redução mais significativa ao orçamento ocorre nas despesas com pessoal em resultado do ajustamento das respetivas dotações face ao valor efetivamente realizado e nos passivos financeiros pelo facto de o Município do Porto ter conseguido amortizar, ainda em 2016, e no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto, empréstimos cujo reembolso total estava inicialmente previsto para 2017.

Q. 5 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia municipal	87.337	0,0%	87.337	0,0%	0	0,0%
EM	5.492.530	2,2%	5.985.055	2,5%	492.525	9,0%
DMP	1.666.113	0,7%	1.885.642	0,8%	219.529	13,2%
DMFP	79.348.336	32,5%	89.872.710	36,9%	10.524.374	13,3%
DMRH	74.783.714	30,6%	69.594.355	28,6%	-5.189.360	-6,9%
DMCC	5.922.099	2,4%	7.239.435	3,0%	1.317.336	22,2%
DMPCASU	26.360.280	10,8%	28.391.384	11,7%	2.031.104	7,7%
DMMGVP	9.227.000	3,8%	9.489.690	3,9%	262.690	2,8%
DMU	1.299.414	0,5%	1.274.133	0,5%	-25.281	-1,9%
DMSI	3.630.761	1,5%	4.842.015	2,0%	1.211.254	33,4%
PM	4.335.635	1,8%	4.475.254	1,8%	139.619	3,2%
BSB	2.986.700	1,2%	3.223.700	1,3%	237.000	7,9%
DMSJ	647.325	0,3%	718.525	0,3%	71.200	11,0%
DME	6.550.212	2,7%	7.362.681	3,0%	812.469	12,4%
DMCT	1.710.913	0,7%	1.665.375	0,7%	-45.538	-2,7%
DMF	340.010	0,1%	341.990	0,1%	1.980	0,6%
DMDS	1.467.535	0,6%	1.452.268	0,6%	-15.267	-1,0%
Operações financeiras	18.344.086	7,5%	5.451.358	2,2%	-12.892.728	-70,3%
<b>Total</b>	<b>244.200.000</b>	<b>100%</b>	<b>243.352.908</b>	<b>100,0%</b>	<b>-847.092</b>	<b>-0,3%</b>

Com exceção da Assembleia Municipal que manteve o orçamento ao longo do ano, todos os outros Serviços Responsáveis tiveram variações, verificando-se acréscimos na generalidade dos Serviços.

Em termos de reforços orçamentais destacam-se a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP), com 10,5 milhões de euros, para acomodar, entre outros, a aquisição, expropriação, permutas de terrenos e/ou edifícios, nomeadamente, no exercício do direito de preferência sobre imóveis, a locação financeira de edifícios para amortização antecipada do *leasing* do edifício CTT, e as outras despesas de capital para os suportar os pagamentos à Metro do Porto e STCP, no âmbito do denominado Acordo do Porto; a Direção Municipal de Proteção Civil Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU), com 2 milhões de euros, essencialmente para a aquisição de equipamento básico e de transporte; e a Direção Municipal de Cultura e Ciência (DMCC), com 1,3 milhões de euros, para assegurar a promoção cultural, a programação e aquisição de equipamento básico do Teatro Municipal do Porto e investimento em edifício no âmbito de ação financiada.

Em termos de anulações orçamentais, destacam-se as Operações Financeiras com -12,9 milhões de euros, pelo facto do Município ter conseguido amortizar, ainda em 2016, e no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto, empréstimos cujo reembolso total estava inicialmente previsto para 2017 e a Direção Municipal de Recursos

Humanos (DMRH), com -5,2 milhões de euros, em resultado do ajustamento das dotações das despesas com pessoal face ao valor efetivamente realizado.

### 3.2. Execução orçamental da despesa

Q. 6 - Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa faturada e não paga
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4
	€	€	€	€	€	%	€
Despesas com pessoal	68.157.555	66.781.219	65.861.467	65.797.918	-2.359.637	96,5%	63.549
Aquisição de bens e serviços	67.068.840	60.553.822	54.925.618	54.240.232	-12.828.608	80,9%	685.386
Juros e outros encargos	352.300	192.447	192.447	192.447	-159.853	54,6%	0
Transferências correntes	11.622.712	9.374.640	8.164.344	8.149.708	-3.473.004	70,1%	14.636
Subsídios	8.649.647	7.624.093	6.540.624	6.540.624	-2.109.023	75,6%	0
Outras despesas correntes	2.567.627	2.140.877	1.821.188	1.820.841	-746.786	70,9%	347
<b>Despesas correntes</b>	<b>158.418.680</b>	<b>146.667.098</b>	<b>137.505.689</b>	<b>136.741.770</b>	<b>-21.676.910</b>	<b>86,3%</b>	<b>763.919</b>
Aquisição de bens de capital	70.266.454	59.779.676	42.202.198	41.936.990	-28.329.464	59,7%	265.207
Transferências de capital	2.890.840	2.074.601	2.053.666	1.883.656	-1.007.184	65,2%	170.010
Ativos financeiros	1.725.468	1.559.359	1.159.358	1.159.358	-566.110	67,2%	0
Passivos financeiros	3.373.590	3.332.035	3.332.035	3.332.035	-41.555	98,8%	0
Outras despesas de capital	6.677.876	6.632.981	6.632.981	6.632.981	-44.894	99,3%	0
<b>Despesas de capital</b>	<b>84.934.228</b>	<b>73.378.653</b>	<b>55.380.238</b>	<b>54.945.021</b>	<b>-29.989.207</b>	<b>64,7%</b>	<b>435.217</b>
<b>Total</b>	<b>243.352.908</b>	<b>220.045.752</b>	<b>192.885.927</b>	<b>191.686.791</b>	<b>-51.666.117</b>	<b>78,8%</b>	<b>1.199.136</b>

O orçamento de 2017 teve compromissos que representaram 90,4% do orçamento e uma faturação de 79,3%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 71,3% do total executado e as despesas de capital 28,7%.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2017 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2018 de 1,2 milhões de euros. A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2017, em 7 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Nas despesas correntes, são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 6,5 milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado nomeadamente das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica,

quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2016 que, neste agrupamento económico, foi de 1,3 milhões de euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2018 é de 685,4 mil euros e corresponde, genericamente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido.

As despesas de capital comprometidas, que ascendem a 86,4% do orçamento respetivo, registam uma faturação de 65,2%. Em termos de execução, o desvio mais significativo é registado no agrupamento de aquisição de bens de capital, no montante de 28,3 milhões de euros nas rubricas de terrenos, habitações - aquisição, edifícios - mercados e instalações sanitárias e instalações de serviços, construções diversas e equipamento básico.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 68,2 milhões de euros, no agrupamento de aquisição de bens de capital teve um aumento em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 59,7%, para o que contribuíram as rubricas de habitações, com destaque para os investimentos efetuados em reparação e beneficiação, com 73,8%, de edifícios, nomeadamente as relacionadas com as escolas e instalações dos serviços, com 88% e 66% respetivamente, de construções diversas com 80,1%, e de material de transporte com 96,6%. Inclui-se neste agrupamento o pagamento da amortização do *leasing* financeiro referente ao edifício dos CTT.

Q. 7 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução
	€	%	€	%	%
Assembleia municipal	87.337	0,0%	71.734	0,0%	82,1%
EM	5.985.055	2,5%	4.355.062	2,3%	72,8%
DMP	1.885.642	0,8%	1.548.234	0,8%	82,1%
DMFP	89.872.710	36,9%	59.215.223	30,9%	65,9%
DMRH	69.594.355	28,6%	66.850.153	34,9%	96,1%
DMCC	7.239.435	3,0%	5.987.621	3,1%	82,7%
DMPCASU	28.391.384	11,7%	24.992.042	13,0%	88,0%
DMMGVP	9.489.690	3,9%	7.053.096	3,7%	74,3%
DMU	1.274.133	0,5%	406.655	0,2%	31,9%
DMSI	4.842.015	2,0%	3.559.747	1,9%	73,5%
PM	4.475.254	1,8%	3.549.775	1,9%	79,3%
BSB	3.223.700	1,3%	988.480	0,5%	30,7%
DMSJ	718.525	0,3%	442.949	0,2%	61,6%
DME	7.362.681	3,0%	5.636.443	2,9%	76,6%
DMCT	1.665.375	0,7%	1.458.215	0,8%	87,6%
DMF	341.990	0,1%	234.464	0,1%	68,6%
DMDS	1.452.268	0,6%	653.058	0,3%	45,0%
Operações financeiras	5.451.358	2,2%	4.683.841	2,4%	85,9%
<b>Total</b>	<b>243.352.908</b>	<b>100,0%</b>	<b>191.686.791</b>	<b>100,0%</b>	<b>78,8%</b>

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2017, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso em termos previsionais e o segundo maior peso, em sede de execução de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais e outras entidades participadas bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o maior peso no orçamento em sede de execução de despesas.

A Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) tem um orçamento significativo por força das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, com a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município, logo seguida do Departamento Municipal de Mobilidade e Gestão da Via Pública (DMMGV) que gere a rede viária, o estacionamento e o tráfego urbanos.

### 3.3. Evolução da despesa

Q. 8 - Evolução da despesa paga

Designação	2017		2016		Variação 16-17
	€	%	€	%	
Despesas com pessoal	65 797 918	34,3%	61 392 672	29,7%	7,2%
Aquisição de bens e serviços	54 240 232	28,3%	50 164 905	24,3%	8,1%
Juros e outros encargos	192 447	0,1%	4 442 967	2,1%	-95,7%
Transferências correntes	8 149 708	4,3%	6 540 001	3,2%	24,6%
Subsídios	6 540 624	3,4%	4 139 210	2,0%	58,0%
Outras despesas correntes	1 820 841	0,9%	3 297 794	1,6%	-44,8%
<b>Despesas correntes</b>	<b>136 741 770</b>	<b>71,3%</b>	<b>129 977 548</b>	<b>62,9%</b>	<b>5,2%</b>
Aquisição de bens de capital	41 936 990	21,9%	26 267 736	12,7%	59,7%
Transferências de capital	1 883 656	1,0%	2 354 316	1,1%	-20,0%
Ativos financeiros	1 159 358	0,6%	959 358	0,5%	20,8%
Passivos financeiros	3 332 035	1,7%	47 223 002	22,8%	-92,9%
Outras despesas de capital	6 632 981	3,5%	0	0,0%	
<b>Despesas de capital</b>	<b>54 945 021</b>	<b>28,7%</b>	<b>76 804 412</b>	<b>37,1%</b>	<b>-28,5%</b>
<b>Total</b>	<b>191 686 791</b>	<b>100,0%</b>	<b>206 781 960</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,3%</b>

Em 2017, a despesa paga teve um decréscimo na ordem dos 15,1 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, decresceu 7,3%.

As despesas correntes orçamentadas para 2017 (158,4 milhões de euros) foram superiores às de 2016 (153 milhões de euros) em cerca de 3,6% e, em termos de execução o aumento foi de 5,2%. De igual forma, as despesas correntes aumentaram o seu peso no total das despesas do Município.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 43% na despesa corrente orçada e 48,1% na despesa corrente paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 87,8% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas de capital, a dotação para 2017 (84,9 milhões de euros), foi inferior à de 2016 (111,9 milhões de euros) em 24,1%. Para este decréscimo concorreram, essencialmente, as dotações inscritas em 2016 em passivos financeiros.

Já no tocante às despesas totais pagas a variação foi de -7,3% para o que contribuíram os agrupamentos dos juros e outros encargos, outras despesas correntes, transferências de capital e passivos financeiros.

Expurgando-se os efeitos de operações extraordinárias, como o foram, em 2016, a amortização antecipada de empréstimos bancários, alguns dos quais em cumprimento do Acordo do Porto, e, em 2017, a amortização antecipada do *leasing* do edifício CTT e os pagamentos efetuados à Metro do Porto e à STCP, também no âmbito daquele Acordo, a despesa total paga aumenta 14,3 milhões de euros, ou seja, 8,6%.

#### Q. 9 - Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2017		2016		Variação 16-17	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	46 594 192	70,8%	43 553 707	70,9%	3 040 485	7,0%
Abonos variáveis ou eventuais	2 912 711	4,4%	2 338 027	3,8%	574 684	24,6%
Segurança social	16 291 015	24,8%	15 500 937	25,2%	790 077	5,1%
<b>Total</b>	<b>65 797 918</b>	<b>100,0%</b>	<b>61 392 672</b>	<b>100,0%</b>	<b>4 405 246</b>	<b>7,2%</b>

As despesas com pessoal apresentam, em 2017, uma variação positiva de 4,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Pese embora a eliminação completa da redução remuneratória, que ocorreu a partir de 1 de outubro de 2016, e a atualização do subsídio de refeição, em duas fases, janeiro e agosto de

2017, este ano continuou a ser marcado pelas determinações da Lei do Orçamento do Estado (LOE) ao manter suspensas as valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, entre os quais os prémios de desempenho. Também o subsídio de Natal, que nos últimos anos foi pago na totalidade por duodécimos, em 2017 foi pago, 50% no mês de novembro, e os restantes 50% em duodécimos, ao longo do ano, pelos valores apurados em cada um dos meses de 2017 com base na remuneração auferida no mês de pagamento. Manteve-se a possibilidade de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação.

No final de 2016 o número de efetivos era de 2.887 e em 31 de dezembro 2017 foi de 2.994. O aumento verificado deve-se à entrada de novos trabalhadores, na sequência de concursos de admissão de pessoal, considerando que o Município cumpria o disposto na LOE em matéria de despesas com pessoal, e ao reforço da equipa dos polícias municipais e contratação de pessoal para as AEC's.

A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se em todos os subagrupamentos, sendo, em termos absolutos, de maior relevo no de remunerações certas e permanentes em resultado da reposição dos cortes salariais, para além da variação do número de efetivos. Neste subagrupamento, sobressaem as despesas com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, que representam 46,9% das despesas com pessoal, as despesas com pessoal em qualquer outra situação, o subsídio de refeição e o subsídio de férias e de Natal.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente, das gratificações variáveis ou eventuais, das horas extraordinárias, do subsídio de turno e outros abonos em numerário ou espécie.

O aumento dos encargos no subagrupamento segurança social, resulta, essencialmente, do efeito conjugado do aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, quer no que respeita aos encargos para a Caixa Geral de Aposentações quer para a Segurança Social, e dos encargos com a saúde, com a diminuição das outras pensões.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de 8,1% relativamente ao ano anterior, aumentaram o seu peso quer nas despesas correntes, quer nas despesas totais. As aquisições de bens diminuem face ao ano de 2016, em 159,9 mil euros e as aquisições de serviços aumentam 4,2 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacam-se as despesas com alimentação-refeições confeccionadas e vestuário e artigos pessoais.



No que respeita às aquisições de serviços salientam-se as despesas de locação de edifícios, comunicações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, vigilância e segurança, trabalhos especializados, encargos de cobrança de receitas e outros serviços, nesta rubrica essencialmente por efeito dos encargos com o contrato com a DomusSocial, EM e a gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se em 2017 uma diminuição significativa, na ordem dos 96%, por força do reembolso antecipado, em 2016, de empréstimos de médio de longo prazo.

Q. 10 - Estrutura das transferências e subsídios

Designação	2017		2016	
	€	%	€	%
<b>Transferências correntes / subsídios</b>	<b>14 690 332</b>	<b>88,6%</b>	<b>10 679 211</b>	81,9%
Freguesias	3 386 666	20,4%	3 371 410	25,9%
Empresas municipais	6 312 102	38,1%	3 510 265	26,9%
Outros	4 991 563	30,1%	3 797 536	29,1%
<b>Transferências capital</b>	<b>1 883 656</b>	<b>11,4%</b>	<b>2 354 316</b>	18,1%
Outros	1 883 656	11,4%	2 354 316	18,1%
<b>Total</b>	<b>16 573 988</b>	<b>100,0%</b>	<b>13 033 527</b>	100,0%

As transferências correntes e de capital, a que acrescem, nas despesas correntes, os subsídios, apresentam, relativamente aos valores executados do ano anterior, um aumento de 3,5 milhões de euros. Esta variação resulta do efeito conjugado do aumento das transferências correntes/subsídios com a redução das transferências de capital.

Para o aumento das transferências correntes concorrem, entre outros, os apoios a instituições sem fins lucrativos, nomeadamente no âmbito das ações de interesse cultural e de interesse científico e educativo.

As transferências correntes para as empresas municipais, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, aumentam por força das transferências para a GO Porto, EM e Porto Lazer, EM, e ainda por se ter outorgado o contrato-programa com a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, constituída neste ano.

As transferências para as Juntas de Freguesia, ligeiramente superiores ao ano anterior, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos, dos acordos de execução das competências delegadas e de contratos

interadministrativos de delegação de competências no âmbito do programa de atividades de enriquecimento curricular.

No âmbito das transferências de capital, a variação negativa resulta da redução dos apoios a entidades e das transferências para a LIPOR.

Q. 11 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2017		2016		Variação 16-17	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	584 262	8,8%	390 997	7,1%	193 265	49,4%
Ação científica e educativa	554 381	8,3%	230 619	4,2%	323 762	140,4%
Ação social	1 134 715	17,1%	1 349 283	24,4%	-214 568	-15,9%
Proteção civil e luta contra incêndios	750	0,0%	1 250	0,0%	-500	-40,0%
Ação na área ambiental	1 853 381	27,9%	1 937 041	35,1%	-83 660	-4,3%
Outros	2 519 208	37,9%	1 613 718	29,2%	905 490	56,1%
<b>Total</b>	<b>6 646 697</b>	<b>100,0%</b>	<b>5 522 908</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 123 789</b>	<b>20,3%</b>

Através das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinalam-se ainda os apoios atribuídos ao Teatro do Bolhão bem como ao Teatro de Marionetas, no domínio do fomento e difusão da área teatral, e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente das Montras de São João. Este ano distingue-se ainda pelos apoios no âmbito do concurso Criatório, para promoção da criação artística contemporânea na cidade do Porto, que justificam, na quase totalidade, o aumento ocorrido, neste tipo de ações, relativamente ao ano de 2016.

No contexto das ações científica e educativa, concederam-se apoios ao Teatro Pé de Vento e à Fundação Casa da Música, cujos pagamentos ocorridos em 2017 ao abrigo do contrato-programa, e que incluem também montantes de anos anteriores, justificam o aumento verificado nesta área.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), mantiveram-se as transferências ao abrigo do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, para apoio à habitação para famílias mais vulneráveis, e para instituições particulares de solidariedade social, para apoio à inclusão dos cidadãos com deficiência. Destaca-se, neste ano, a transferência para a Associação CASA – Centro de Apoio aos Sem-abrigo para assegurar a gestão do funcionamento diário do restaurante solidário, criado ao abrigo do Programa PORTO DE ABRIGO, que possibilita o acesso a um serviço de refeição diário às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem abrigo, em particular.

Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento, no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Para outras finalidades, evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolar, as quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, bem como as indemnizações a particulares e ao abrigo de programas ocupacionais, o apoio à Árvore - Cooperativa de Atividades Artísticas, e a transferência efetuada à STCP no âmbito do novo modelo de gestão desta empresa, com a partilha das competências de gestão e a repartição das despesas entre o Estado, a AMP e seis autarquias onde a STCP presta serviço.

No âmbito do investimento realça-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município fazem parte do seu imobilizado e estão refletidos no Balanço do Município.

#### Q. 12 - Evolução das despesas de investimento total

Rubricas	2017				2016		
	CMP	Empresas Municipais		Total	Total	Variação	
		DomusSocial	GO Porto			16-17	%
	€	€	€	€	€		
Terrenos	366 885			366 885	2 184 194	-1 817 308	-83,2%
Habituação							
Aquisição	1 245 520			1 245 520	160 000	1 085 520	678,5%
Reparação e beneficiação	1 476	13 290 796		13 292 272	10 645 422	2 646 850	24,9%
Edifícios							
Instalação de serviços	5 232 270	2 076 918	559 919	7 869 106	2 512 034	5 357 072	213,3%
Instalações desp. e recreativas		68 383	275 355	343 738	731 666	-387 928	-53,0%
Escolas		1 026 787	2 914 377	3 941 164	2 085 296	1 855 868	89,0%
Mercados e instalações sanitárias	811 618		1 291 623	2 103 241	177 386	1 925 855	1085,7%
Outros	105 652			105 652		105 652	
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	60 502		4 137 722	4 198 224	2 413 083	1 785 141	74,0%
Parques e jardins	109 354		482 725	592 079	1 094 818	-502 739	-45,9%
Material de transporte	1 268 647			1 268 647	6 415	1 262 232	19675,3%
Equipamento Informático	686 719			686 719	858 333	-171 614	-20,0%
Software Informático	1 469 696			1 469 696	1 382 942	86 754	6,3%
Equipamento administrativo	102 434			102 434	225 612	-123 179	-54,6%
Equipamento básico	2 906 778			2 906 778	1 222 306	1 684 472	137,8%
Outros investimentos	261 636		1 183 197	1 444 834	568 228	876 605	154,3%
<b>Total</b>	<b>14 629 188</b>	<b>16 462 884</b>	<b>10 844 918</b>	<b>41 936 990</b>	<b>26 267 736</b>	<b>15 669 254</b>	<b>59,7%</b>

Nota: valores pagos

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 41,9 milhões de euros, que representa um acréscimo de 15,7 milhões de euros face a 2016, e resulta, quer de um maior investimento por parte do Município, quer das empresas municipais.

No que respeita às empresas municipais, a variação do investimento ocorreu tanto na DomusSocial, EM, essencialmente no âmbito da reparação e beneficiação da habitação social, como na GO Porto, EM, por força, fundamentalmente, das intervenções efetuadas em equipamentos culturais, nas escolas, na melhoria da mobilidade e no Mercado do Bolhão. As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados pelo Município, com um crescimento de 7,5 milhões de euros relativamente ao ano transato, destacam-se a amortização antecipada do *leasing* do edifício CTT, a aquisição de edifícios no âmbito do exercício dos direitos de preferência, e as aquisições de equipamento básico e de material de transporte.

Q. 13 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2017		2016	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	6 333 679	15,1%	1 000 000	3,8%
Transferências de capital	1 544 631	3,7%	3 630 344	13,8%
- Fundos comunitários	1 206 810	2,9%	3 630 344	13,8%
- Contratos de participação / Protocolos	337 821	0,8%	0	0,0%
Receitas próprias	34 058 680	81,2%	21 637 392	82,4%
<b>Total</b>	<b>41 936 990</b>	<b>100,0%</b>	<b>26 267 736</b>	<b>100,0%</b>

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (81,2%) resultante da poupança corrente. Em 2017 recorreu-se à utilização de 3,4 milhões de euros do empréstimo contratualizado com o IHRU, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais do Porto, para reabilitação de edifícios destinados a arrendamento para fins habitacionais, de oito bairros sociais localizados nas freguesias de Campanhã, Aldoar, Bonfim e Ramalde, e também de 2,9 milhões de euros do empréstimo, de 20 milhões de euros, que o Município contratualizou, em 2016, com o banco Santander Totta, para cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o Mercado do Bolhão.

O ciclo de programação para o período 2014-2020, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020, gerou ainda os primeiros pagamentos por parte dos respetivos programas. Por outro lado, os pagamentos ocorridos ainda pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) corresponderam a reembolsos residuais das candidaturas apresentadas em *overbooking*. Estas duas situações justificam o decréscimo ocorrido nas transferências de capital ao nível dos fundos comunitários.

Q. 14 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Orçado	Pago
	€	€
Coesão Social	17 016 413	13 286 526
Economia e Emprego	1 803 493	1 291 623
Inovação	467 775	277 840
Cultura	1 941 081	1 821 993
Urbanismo e Reabilitação Urbana	21 524 494	3 315 082
Educação	4 844 165	4 173 023
Juventude	1 700	0
Segurança	2 957 163	626 993
Desporto e Animação	375 355	343 738
Mobilidade e Transportes	4 749 101	3 567 692
Ambiente e Qualidade de Vida	3 484 598	3 129 734
Governância da Câmara	11 101 116	10 102 746
<b>Total</b>	<b>70 266 454</b>	<b>41 936 990</b>

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e pelas empresas municipais GO Porto, EM e DomusSocial, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a Coesão Social, a Governância da Câmara e a Educação, no seu conjunto, absorveram 27,6 milhões de euros, o equivalente a 65,7% do investimento total.

Na Coesão Social, a quase totalidade dos cerca de 13,3 milhões de euros foram aplicados na grande reabilitação da habitação social através da empresa municipal DomusSocial, EM. Se a este montante se acrescentarem 7,8 milhões de euros por afetação das rendas à habitação social, o investimento na coesão social sobe para 21,1 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

Na Governância da Câmara, 5 milhões de euros foram para o programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais DomusSocial, EM e GO Porto, EM, as despesas com a aquisição de *hardware* e *software* informático, no âmbito das infraestruturas de suporte e manutenção dos sistemas informáticos, e a aquisição de diverso equipamento administrativo e básico. Dos restantes 5,1 milhões de euros executados neste objetivo, a quase totalidade foi aplicada na amortização antecipada do *leasing* do edifício CTT.

Os 4,2 milhões de euros afetos a Educação, foram aplicados na requalificação e manutenção de escolas, através da intervenção das empresas municipais, DomusSocial, EM e GO Porto, EM, e ainda na aquisição de equipamento básico, no âmbito da higiene e segurança das cantinas e da gestão e manutenção das escolas e jardins de infância.

Na Mobilidade e Transportes foram aplicados 3,6 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade e as suas infraestruturas viárias, através de intervenções da empresa municipal GO Porto, EM, e ao nível interno para a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária e gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias.

No Urbanismo e Reabilitação Urbana, o investimento de 3,3 milhões de euros respeita, essencialmente, a despesas com aquisição/expropriação/permutas de terrenos e/ou edifícios, nomeadamente através do exercício de direitos de preferência.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 3,1 milhões de euros preservou-se o património natural público e privado. Houve intervenções de valorização e requalificação de espaços verdes e parques urbanos e adquiriu-se equipamento diverso, nomeadamente para os parques e jardins e material de transporte para a limpeza urbana.

Para o programa Dinamização da cultura foram adquiridos equipamentos básicos para os dois polos do Teatro Municipal do Porto, Rivoli e Campo Alegre, e para os museus no âmbito da ação financiada Modernização dos Museus Municipais, e foram efetuadas intervenções pela GO Porto, EM, em espaços e equipamentos culturais.

Ao objetivo Economia e Emprego foram afetas, nomeadamente, despesas relacionadas com o Mercado do Bolhão.

Na Segurança foram aplicados 627 mil euros, essencialmente, nas instalações dos serviços do BSB e na aquisição de equipamento básico para segurança e socorro, e de material de transporte no âmbito da segurança e securitismo dos cidadãos.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto foram investidos 343,7 mil euros na melhoria de instalações desportivas através das empresas municipais.

No objetivo Inovação, e no âmbito do programa Fomentar a aplicação de novas tecnologias, foram adquiridos equipamentos informáticos e outros equipamentos para o Centro de Gestão Integrado.

Nos ativos financeiros e no ano em apreço, para além da transferência para o Fundo de Apoio Municipal, procedeu-se ainda à constituição do capital social da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM.

Em 2017, os passivos financeiros com um peso de 1,7% no total das despesas do Município, diminuíram 43,9 milhões de euros, ou seja 92,9%, quando comparadas com o ano anterior. Esta redução decorreu da amortização antecipada de empréstimos bancários, que ocorreu em 2016, alguns dos quais em cumprimento do Acordo do Porto, e fruto do bom desempenho financeiro do Município evidenciado pelos excedentes de Tesouraria.

#### Q. 15 - Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2017	Capital em dívida 31/12/2016*	Variação 16-17	
			€	%
Médio Longo Prazo	31 252 997	33 307 177	-2 054 180	-6,2%

(\*) Incluindo Leasing

A gestão da dívida do Município continuou, neste ano, a pautar-se por princípios de rigor e forte controlo. A dívida bancária de médio e longo prazo que, no final de 2017 ascendia a 31,3 milhões de euros, e integrava apenas empréstimos, registou uma diminuição de 2,1 milhões de euros face a 2016.

### 3.4. Despesa por objetivos

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais, espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município, agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q. 16 - Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos

Objetivos	PPI	PAR	Total	
			€	%
<b>Coesão Social</b>	<b>13 286 526</b>	<b>5 609 193</b>	<b>18 895 718</b>	<b>9,9%</b>
Solidariedade Social	26 045	5 505 114	5 531 159	2,9%
Habituação Social	13 260 481	104 079	13 364 559	7,0%
<b>Economia e Emprego</b>	<b>1 291 623</b>	<b>304 607</b>	<b>1 596 230</b>	<b>0,8%</b>
Programa Mercator	1 291 623	88 899	1 380 522	0,7%
Dinamismo económico	0	215 708	215 708	0,1%
<b>Inovação</b>	<b>277 840</b>	<b>1 307 285</b>	<b>1 585 126</b>	<b>0,8%</b>
Implementar e divulgar atividades inovadoras	8 326	1 089 209	1 097 535	0,6%
Fomentar a aplicação de novas tecnologias	269 514	218 076	487 591	0,3%
<b>Cultura</b>	<b>1 821 993</b>	<b>3 869 429</b>	<b>5 691 422</b>	<b>3,0%</b>
Dinamização da cultura	1 821 993	3 869 429	5 691 422	3,0%
<b>Urbanismo e Reabilitação Urbana</b>	<b>3 315 082</b>	<b>978 554</b>	<b>4 293 636</b>	<b>2,2%</b>
Reabilitação/Requalificação Urbana	3 315 082	978 554	4 293 636	2,2%
<b>Educação</b>	<b>4 173 023</b>	<b>4 646 486</b>	<b>8 819 509</b>	<b>4,6%</b>
Promover e fomentar a educação	4 173 023	4 646 486	8 819 509	4,6%
<b>Juventude</b>	<b>0</b>	<b>157 256</b>	<b>157 256</b>	<b>0,1%</b>
Apoio e promoção à juventude	0	157 256	157 256	0,1%
<b>Turismo</b>	<b>0</b>	<b>1 269 689</b>	<b>1 269 689</b>	<b>0,7%</b>
Intensificar e impulsionar o turismo	0	1 269 689	1 269 689	0,7%
<b>Segurança</b>	<b>626 993</b>	<b>3 230 296</b>	<b>3 857 289</b>	<b>2,0%</b>
Segurança e securitismo dos cidadãos	626 993	3 230 296	3 857 289	2,0%
<b>Desporto e Animação</b>	<b>343 738</b>	<b>5 576 640</b>	<b>5 920 378</b>	<b>3,1%</b>
Incentivar e dinamizar o Desporto	343 738	5 576 640	5 920 378	3,1%
<b>Mobilidade e Transportes</b>	<b>3 567 692</b>	<b>7 098 462</b>	<b>10 666 154</b>	<b>5,6%</b>
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	3 567 692	7 098 462	10 666 154	5,6%
<b>Ambiente e Qualidade de Vida</b>	<b>3 129 734</b>	<b>21 383 774</b>	<b>24 513 508</b>	<b>12,8%</b>
Qualificação dos espaços verdes	1 718 341	1 015 142	2 733 483	1,4%
Promoção do ambiente urbano	1 375 737	20 315 749	21 691 486	11,3%
Direitos dos animais	35 657	52 394	88 050	0,0%
Qualidade de Vida	0	489	489	0,0%
<b>Governância da Câmara</b>	<b>10 102 746</b>	<b>94 318 130</b>	<b>104 420 877</b>	<b>54,5%</b>
Funcionamento dos serviços	5 039 687	79 058 081	84 097 768	43,9%
Operações financeiras	0	4 683 841	4 683 841	2,4%
Outros	5 063 059	10 576 209	15 639 268	8,2%
<b>Total</b>	<b>41 936 990</b>	<b>149 749 801</b>	<b>191 686 791</b>	<b>100,0%</b>

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 191,7 milhões de euros, dos quais 41,9 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e 149,7 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

A Coesão Social continuou, em 2017, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes.



Destaca-se o programa Habitação Social, com uma execução de 13,4 milhões de euros. Neste objetivo acresce o programa da Solidariedade Social através do qual o Município apoiou políticas de inclusão e ajudou os mais carenciados, nomeadamente com o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social.

Através do objetivo Economia e Emprego continuou-se o investimento para modernização do Mercado do Bolhão, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da atração de investimento, promoção do comércio e serviços e dinamização económica da cidade do Porto.

No âmbito da Inovação merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram aplicados 1,1 milhões de euros.

Na Cultura, com um crescimento de 2,9 milhões de euros face a 2016, consolidaram-se os apoios às atividades do Teatro Municipal do Porto, museus, arquivos, bibliotecas e de outros equipamentos culturais, para além do funcionamento destes equipamentos.

Na área do Urbanismo e Reabilitação Urbana, aplicaram-se 4,3 milhões de euros, dos quais 3,3 milhões em investimento que representam 7,9% do investimento global.

Através do objetivo da Educação, onde foram aplicados 8,8 milhões de euros continuou a apostar-se na melhoria dos estabelecimentos de ensino, na expansão e acompanhamento da educação pré-escolar, no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

As atividades desenvolvidas na área da Juventude absorveram cerca de 157,3 mil euros, com o apoio e promoção à juventude, nomeadamente a implementação do Plano Municipal da Juventude.

No Turismo foram executados 1,3 milhões de euros, fundamentalmente através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da Segurança, dos 3,9 milhões de euros executados, 16,3% destinaram-se a investimentos para o Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) e Polícia Municipal (PM).

No Desporto e animação foram aplicados cerca de 5,9 milhões de euros, na generalidade em atividades desenvolvidas através da Porto Lazer, EM.

As despesas no âmbito do objetivo Mobilidade e Transportes absorveram, 10,7 milhões de euros, dos quais 3,6 milhões de euros foram destinados a investimentos para a melhoria da mobilidade e infraestruturas.

No Ambiente e Qualidade de Vida foram executados 24,5 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção do ambiente urbano, com um peso de 11,3% do valor total

pago, essencialmente por força das despesas no âmbito da recolha e deposição de resíduos urbanos e limpeza da cidade.

O objetivo Governância da Câmara, ao absorver 104,4 milhões de euros e 54,5% do orçamento global surge como o objetivo com o maior peso em termos de execução orçamental. Nele destaca-se, no ano em apreço, o programa Funcionamento dos serviços que representa 80,5% neste objetivo.

#### 4. Análise da receita

##### 4.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

Q. 17 - Alteração e origem do acréscimo da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final
	€	€
Receitas correntes	164 704 031	164 099 881
Receitas de capital	79 495 969	13 219 065
Saldo da gerência anterior		66 033 962
<b>Total</b>	<b>244 200 000</b>	<b>243 352 908</b>

A receita do orçamento final teve, em termos globais, uma redução de 847,1 mil euros quando comparado com o orçamento inicial. Esta variação resulta do efeito da incorporação do saldo de gerência, conjugado com a redução do valor previsto inicialmente no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto, por ter sido pago pelo Estado ainda em 2016, e das receitas previstas em candidaturas, em ativos financeiros e com a utilização do empréstimo de médio e longo prazo, bem como dos ajustamentos efetuados nas transferências do orçamento do Estado, na venda de bens de investimento, nomeadamente em terrenos, nas transferências correntes, no que se reporta à transferência proveniente da DGEstE, e nos rendimentos de propriedade.

## 4.2. Execução orçamental da receita

### Q. 18 - Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	94 012 709	108 600 366	108 600 366	14 587 657	115,5%
Impostos indiretos	7 362 866	14 916 351	9 540 061	2 177 195	129,6%
Taxas, multas e outras penalidades	4 401 196	8 429 541	8 040 886	3 639 690	182,7%
Rendimentos de propriedade	11 246 488	11 994 633	11 062 744	-183 744	98,4%
Transferências correntes	30 484 293	29 991 876	29 987 501	-496 792	98,4%
Venda de bens e serviços correntes	15 351 413	24 123 162	17 691 879	2 340 466	115,2%
Outras receitas correntes	1 240 916	3 877 812	969 692	-271 224	78,1%
<b>Receitas correntes</b>	<b>164 099 881</b>	<b>201 933 740</b>	<b>185 893 129</b>	<b>21 793 247</b>	<b>113,3%</b>
Venda de bens de investimento*	7 304 331	3 688 382	5 778 784	-1 525 547	79,1%
Transferências de capital	3 027 087	1 855 357	1 855 357	-1 171 730	61,3%
Ativos financeiros	20	0	0	-20	0,0%
Passivos financeiros	2 887 597	6 333 679	6 333 679	3 446 082	219,3%
Outras receitas de capital	20	13 763 944	13 763 944	13 763 924	68819719,8%
<b>Receitas de capital</b>	<b>13 219 055</b>	<b>25 641 362</b>	<b>27 731 764</b>	<b>14 512 710</b>	<b>209,8%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>10</b>	<b>3 032 622</b>	<b>473 639</b>	<b>473 629</b>	<b>4736391,5%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>66 033 962</b>	<b>66 033 962</b>	<b>66 033 962</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>243 352 908</b>	<b>296 641 686</b>	<b>280 132 494</b>	<b>36 779 586</b>	<b>115,1%</b>

\* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 37,8 milhões de euros. Com exceção das transferências correntes, todos os restantes capítulos contribuíram para este crescimento, com especial destaque para os impostos diretos, os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente, em resultado da receita do IMT, IUC e derrama, do loteamento de obras, da ocupação da via pública, das multas e outras penalidades, dos resíduos sólidos e das rendas.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 113,3%. O desvio positivo de 21,8 milhões de euros face ao orçado resulta, fundamentalmente, do aumento da receita cobrada em receitas fiscais, nomeadamente, nos impostos diretos, IMT e derrama, em 15,3 milhões de euros e 1,7 milhões de euros, respetivamente, e em taxas, multas e outras penalidades, por efeito das multas e outras penalidades no valor de 3 milhões de euros.

Nos impostos indiretos, o valor cobrado em loteamentos e obras, particularmente nas infraestruturas urbanísticas e em ocupação da via pública, contribuíram para que a taxa de execução fosse superior a 100%. Estas receitas continuam a revelar-se as receitas

municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2017, 70,8% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades, o desvio face ao valor orçado, é essencialmente justificado pelos juros de mora relativos ao pagamento dos impostos municipais sobre o IMI e sobre o IMT, dos últimos 12 anos, e que o Governo decidiu transferir para as autarquias no início do ano, contribuindo para que a taxa de execução fosse também superior a 100%.

Nos rendimentos de propriedade, o decréscimo face à dotação prevista resulta da receita proveniente dos juros dos depósitos bancários.

As transferências correntes, com uma execução de 98,4%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as participações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para o desvio positivo da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos resíduos sólidos, dos parques de estacionamento e das rendas dos bairros municipais e outros edifícios.

A variação das receitas de capital, que ficaram acima do previsto em 14,5 milhões de euros, é justificada pelo efeito conjugado do acréscimo nos passivos financeiros e outras receitas de capital com o decréscimo das restantes rubricas de capital. A redução na venda de bens de investimento resulta, entre outras, das permutas de terrenos.

As transferências de capital, com uma variação negativa de 1,2 milhões de euros, resulta do atraso no ciclo de programação para o período 2014-2020, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020, que neste ano deu origem aos primeiros pagamentos por parte dos respetivos programas, e do encerramento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujos valores recebidos correspondem a reembolsos residuais das candidaturas apresentadas em *overbooking*.

Já para os passivos financeiros, a execução superior ao valor em orçamento decorre da utilização do empréstimo celebrado com o IHRU no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar por valor superior ao previsto.

As outras receitas de capital registam o pagamento pelas empresas, Metro do Porto e STCP, no âmbito do acerto de contas constante no Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto.

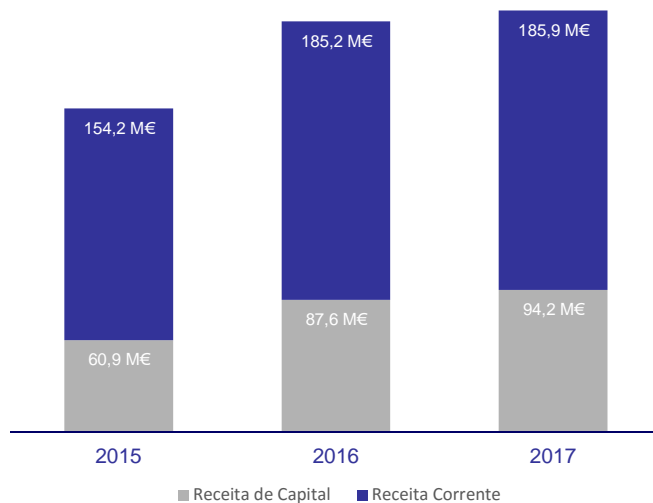
### 4.3. Evolução da receita

Q. 19 - Evolução da receita global cobrada

Designação	2017		2016		Variação
	€	%	€	%	16-17
Impostos diretos	108 600 366	38,8%	105 083 756	38,5%	3,3%
Impostos indiretos	9 540 061	3,4%	8 213 904	3,0%	16,1%
Taxas, multas e outras penalidades	8 040 886	2,9%	4 767 355	1,7%	68,7%
Rendimentos de propriedade	11 062 744	3,9%	19 978 888	7,3%	-44,6%
Transferências correntes	29 987 501	10,7%	29 929 299	11,0%	0,2%
Venda de bens e serviços correntes	17 691 879	6,3%	16 144 247	5,9%	9,6%
Outras receitas correntes	969 692	0,3%	1 072 242	0,4%	-9,6%
<b>Receitas correntes</b>	<b>185 893 129</b>	<b>66,4%</b>	<b>185 189 691</b>	<b>67,9%</b>	<b>0,4%</b>
Venda de bens de investimento	5 778 784	2,1%	4 164 103	1,5%	38,8%
Transferências de capital	1 855 357	0,7%	3 688 729	1,4%	-49,7%
Ativos financeiros	0	0,0%	828 000	0,3%	-100,0%
Passivos financeiros	6 333 679	2,3%	1 000 000	0,4%	533,4%
Outras receitas de capital	13 763 944	4,9%	28 700 000	10,5%	-52,0%
<b>Receitas de capital</b>	<b>27 731 764</b>	<b>9,9%</b>	<b>38 380 831</b>	<b>14,1%</b>	<b>-27,7%</b>
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>213 624 893</b>	<b>76,3%</b>	<b>223 570 522</b>	<b>81,9%</b>	<b>-4,4%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	473 639	0,2%	44 038	0,0%	975,5%
<b>Total das receitas com reposições</b>	<b>214 098 532</b>	<b>76,4%</b>	<b>223 614 561</b>	<b>82,0%</b>	<b>-4,3%</b>
Saldo da gerência anterior incorporado	66 033 962	23,6%	49 201 361	18,0%	34,2%
<b>Total</b>	<b>280 132 494</b>	<b>100,0%</b>	<b>272 815 922</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,7%</b>

No ano de 2017 a receita cobrada aumentou 7,3 milhões de euros, face ao ano de 2016. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento da receita corrente, essencialmente da receita fiscal e da venda de bens e serviços, e da incorporação do saldo de gerência de 2016, superior, em 16,8 milhões de euros, ao verificado no ano anterior, conjugado com a variação negativa das receitas de capital, em 10,6 milhões de euros.

### F. 8 - Evolução das receitas cobradas



Em termos globais, e ao longo dos anos últimos três anos, as receitas municipais apresentam uma tendência crescente, tendo-se verificado, neste ano, um incremento de 65,1 milhões de euros, quando comparadas com 2015.

A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes aumentam 703,4 mil euros e as receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) decrescem 10,6 milhões de euros.

### Q. 20 - Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	Orçada	2017		Desvio	Taxa de execução	2016		Variação 16-17
		€	€			€	€	
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	43.038.525	40.093.180	-2.945.345	93,2%	44.011.932	-8,9%		
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	5.704.862	6.293.240	588.378	110,3%	5.781.375	8,9%		
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT) / SISA	29.055.770	44.331.643	15.275.873	152,6%	34.330.079	29,1%		
Derrama	16.213.532	17.882.303	1.668.771	110,3%	20.860.133	-14,3%		
Impostos abolidos	10	0	-10	0,0%	0	0,0%		
Impostos diretos diversos	10	0	-10	0,0%	100.236	-100,0%		
<b>Impostos diretos</b>	<b>94.012.709</b>	<b>108.600.366</b>	<b>14.587.657</b>	<b>115,5%</b>	<b>105.083.756</b>	<b>3,3%</b>		
Mercados e feiras	18.435	16.088	-2.347	87,3%	18.381	-12,5%		
Loteamentos e obras	3.255.120	4.718.013	1.462.893	144,9%	3.562.918	32,4%		
Ocupação da via pública	1.627.002	2.037.258	410.256	125,2%	1.979.396	2,9%		
Publicidade	1.418.940	1.387.301	-31.639	97,8%	1.418.797	-2,2%		
Outros	1.043.369	1.381.401	338.032	132,4%	1.234.411	11,9%		
<b>Impostos indiretos</b>	<b>7.362.866</b>	<b>9.540.061</b>	<b>2.177.195</b>	<b>129,6%</b>	<b>8.213.904</b>	<b>16,1%</b>		
Mercados e feiras	216.592	187.835	-28.757	86,7%	209.054	-10,2%		
Loteamentos e obras	683.576	1.162.614	479.038	170,1%	873.096	33,2%		
Ocupação da via pública	637.244	762.593	125.349	119,7%	783.056	-2,6%		
Caça, uso e porte de arma	10	0	-10	0,0%	0	0,0%		
Outras	362.968	420.264	57.296	115,8%	311.776	34,8%		
Multas e outras penalidades	2.500.806	5.507.580	3.006.774	220,2%	2.590.374	112,6%		
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>4.401.196</b>	<b>8.040.886</b>	<b>3.639.690</b>	<b>182,7%</b>	<b>4.767.355</b>	<b>68,7%</b>		
<b>Total</b>	<b>105.776.771</b>	<b>126.181.312</b>	<b>20.404.541</b>	<b>119,3%</b>	<b>118.065.015</b>	<b>6,9%</b>		

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo de 67,9%, e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo aumentado, em 2017 e face ao ano anterior, 6,9% e 8,1 milhões de euros.

Este comportamento positivo da receita fiscal está muito influenciado pela dinamização do mercado e retoma da economia.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado superior ao orçado, em 14,6 milhões de euros. Destacam-se o IMT, a Derrama e o IUC, com desvios de 15,3 milhões de euros, 1,7 milhões de euros e 588,4 mil euros, respetivamente.

Os impostos indiretos, com uma taxa de execução de 129,6% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização e a ocupação da via pública que, em 2017, registaram uma cobrança superior em 1,9 milhões de euros face ao valor orçado. Quando comparados com o valor executado de 2016, os impostos indiretos tiveram um acréscimo, de 16,1%, ou seja, 1,3 milhões de euros.

As taxas, multas e outras penalidades com uma execução superior ao orçado em 182,7%, são influenciadas pelo recebimento de juros de mora relativos ao pagamento dos impostos municipais sobre o IMI e sobre o IMT, dos últimos 12 anos, e que o Governo decidiu transferir para as autarquias no início de 2017. Quando comparadas com o valor cobrado no ano anterior apresentam, neste ano, um comportamento positivo, sendo a variação de 3,3 milhões de euros.

A redução verificada nos rendimentos de propriedade, quando comparado com o ano anterior, resulta do recebimento, em 2016, da receita fixa da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto, no valor de 8 milhões de euros.

O aumento do valor cobrado em transferências correntes resulta essencialmente das transferências provenientes do Estado conjugado com uma redução no âmbito dos projetos cofinanciados.

A venda de bens e serviços correntes crescem 1,5 milhões de euros face a 2016, por efeito, nomeadamente dos resíduos sólidos e rendas de habitações sociais e edifícios.

As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2017, um decréscimo de 27,7% relativamente a 2016, ou seja, menos 10,6 milhões de euros, em resultado do decréscimo das transferências de capital, dos ativos financeiros e das outras

receitas de capital, conjugado com o aumento da venda de bens de investimento e dos passivos financeiros.

A venda de bens de investimento, com um desvio negativo de 1,5 milhões de euros relativamente ao valor orçado e uma execução superior à de 2016, refletiu, para além do comportamento do setor imobiliário, a ponderação do Município, neste domínio, relativamente à oportunidade da alienação de património na área do centro histórico, nomeadamente do património habitacional.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e das receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. No âmbito das participações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação negativa resulta essencialmente das transferências ao nível do QREN, em fase de encerramento, por terem sido recebidas a quase totalidade das participações neste âmbito.

Por força da alienação, em 2016, das ações que o Município detinha na EDP Gás, os ativos financeiros têm uma variação negativa face ao ano anterior.

Para a variação positiva de 5,3 milhões de euros dos passivos financeiros, concorre a utilização de 3,5 milhões de euros do empréstimo contratualizado com o IHRU no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana para Arrendamento Habitacional, Reabilitar para Arrendar e 2,9 milhões de euros do empréstimo contratualizado, em 2016, com o banco Santander Totta, com vista à cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o mercado do Bolhão.

A variação em outras receitas de capital resulta do pagamento de 28,7 milhões de euros efetuado pelo Estado, em 2016, em cumprimento do Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado Português e o Município do Porto (Acordo do Porto – Terrenos do aeroporto) e dos pagamentos efetuados, em 2017, pela Metro do Porto e pela STCP, de 13,8 milhões de euros também no âmbito deste Acordo.

## **5. Movimentos de tesouraria**

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.



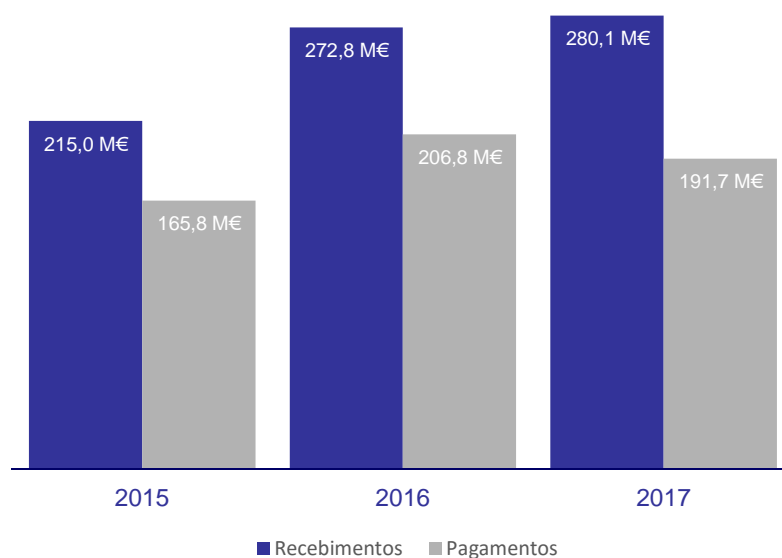
Q. 21 - Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2016	66.033.962	2.462.383	68.496.345
Receitas arrecadadas	214.098.532	14.679.157	228.777.689
Despesas pagas	191.686.791	14.855.550	206.542.341
<b>Saldo a transitar para 2018</b>	<b>88.445.703</b>	<b>2.285.991</b>	<b>90.731.693</b>

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 90,7 milhões de euros, que se decompõe em 88,4 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 2,3 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada quer com os fluxos de caixa que discriminam a natureza e a origem e aplicações de fundos, quer com o fluxo financeiro das operações de tesouraria, que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, ambos documentados em mapas que integram a Prestação de Contas.

F. 9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos no último triénio permite-nos verificar a tendência crescente dos recebimentos. A evolução dos pagamentos apresenta um pico em 2016 justificado pela amortização extraordinária de empréstimos no âmbito do Acordo do Porto e outros. O crescimento mais acentuado dos recebimentos comparativamente com os pagamentos, ao longo do triénio, tem originado saldos de tesouraria expressivos.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2017.

#### Q. 22 – Balanço sintético

Descrição	2017		2016		Variação 16-17	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	1 325 683 837	87,1%	1 318 324 981	88,1%	7 358 856	0,6%
Existências	876 998	0,1%	1 007 864	0,1%	-130 866	-13,0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	6 537 454	0,4%	10 430 640	0,7%	-3 893 186	-37,3%
Disponibilidades	90 731 693	6,0%	68 496 345	4,6%	22 235 348	32,5%
Acréscimos e diferimentos	97 941 992	6,4%	98 643 736	6,6%	-701 744	-0,7%
<b>Ativo líquido</b>	<b>1 521 771 973</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 496 903 566</b>	<b>100,0%</b>	<b>24 868 407</b>	<b>1,7%</b>
Património	991 501 863	79,8%	978 953 870	80,5%	12 547 993	1,3%
Ajustamentos em partes de capital	336 781	0,0%	336 781	0,0%	0	0,0%
Reservas	86 129 889	6,9%	85 768 770	7,1%	361 119	0,4%
Subsídios	101 456	0,0%	101 456	0,0%	0	0,0%
Doações	17 272 999	1,4%	17 232 494	1,4%	40 505	0,2%
Regularizações	60 227 112	4,8%	60 227 112	5,0%	0	0,0%
Resultados	86 934 362	7,0%	73 055 392	6,0%	13 878 970	19,0%
<b>Fundos próprios</b>	<b>1 242 504 462</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 215 675 875</b>	<b>100,0%</b>	<b>26 828 588</b>	<b>2,2%</b>
Provisões para riscos e encargos	45 333 103	16,2%	43 277 433	15,4%	2 055 670	4,7%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	30 930 912	11,1%	33 151 039	11,8%	-2 220 127	-6,7%
Dívidas a terceiros - curto prazo	11 564 472	4,1%	12 690 146	4,5%	-1 125 674	-8,9%
Acréscimos e diferimentos	191 439 025	68,6%	192 109 073	68,3%	-670 049	-0,3%
<b>Passivo</b>	<b>279 267 511</b>	<b>100,0%</b>	<b>281 227 691</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1 960 180</b>	<b>-0,7%</b>

O acréscimo de 1,7% do ativo líquido resulta do aumento das disponibilidades (22,2 milhões de euros) e do imobilizado líquido (7,4 milhões de euros) conjugado com a diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo (3,9 milhões de euros), das existências (130,9 mil euros) e dos acréscimos e diferimentos (701,7 mil euros).

No que respeita ao imobilizado, a variação positiva relativamente ao ano transato é justificada, fundamentalmente, pelos acréscimos verificados nas rubricas de terrenos e recursos naturais, de edifícios e outras construções, e de equipamento básico e de transporte.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo decrescem 3,9 milhões de euros essencialmente, em resultado da redução de outros devedores, pelo pagamento da STCP, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto (Acordo do Porto), conjugado com o aumento de contribuintes e utentes c/c.

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 22,2 milhões de euros.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, efetuou-se uma estimativa dos montantes relativos aos proveitos dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa no IRS, que apenas serão recebidos durante o ano de 2018.

Os fundos próprios aumentam, em resultado do aumento do património (12,5 milhões de euros) correspondente ao registo de bens associados a diversas parcelas de terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial, e dos resultados (13,9 milhões de euros), por força da transferência do resultado líquido proveniente do exercício anterior para os resultados transitados e dos resultados líquidos do exercício.

Conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2016 foi transferido para resultados transitados (6,9 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (361,1 mil euros).

A redução do passivo, em 2 milhões de euros, é justificada pela redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (2,2 milhões de euros), das dívidas a terceiros de curto prazo (1,1 milhões de euros) e dos acréscimos e diferimentos (670 mil euros), conjugada com o aumento das provisões para riscos e encargos (2,1 milhões de euros).

O decréscimo das dívidas a terceiros de médio e longo prazo é explicado fundamentalmente pela redução do *leasing* de médio e longo prazo, por efeito da amortização integral do *leasing* financeiro do edifício CTT, conjuntamente com o aumento da dívida a instituições de crédito, pelas utilizações dos empréstimos contratualizados com o IHRU no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana para Arrendamento Habitacional, Reabilitar para Arrendar, e com o banco Santander Totta, para cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o mercado do Bolhão.

Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, registam uma diminuição de 458,6 mil euros.

Q. 23 – Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2017	2016
<b>Estrutura do ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	87,1%	88,1%
Ativo circulante / Ativo total	12,9%	11,9%
Ativo fixo / Ativo circulante	676,1%	738,2%
<b>Estrutura do passivo</b>		
Recursos permanentes / Passivo	524,5%	512,4%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	56,5%	56,7%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	43,5%	43,3%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	76,9%	76,5%
<b>Análise do ativo fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	4286,0%	3976,7%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	92,0%	112,8%
<b>Análise do passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	4,4%	4,8%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	1,9%	2,1%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	2,5%	2,7%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	3,5%	3,8%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	81,6%	81,2%
<b>Índice de liquidez imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	3,8	2,7
<b>Índice de solvência</b>		
Ativo/ Passivo exigível	27,8	25,6

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2017.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2016. Estas alterações resultam, em termos globais, do acréscimo do ativo circulante,

essencialmente por efeito do aumento das disponibilidades, e da variação positiva do ativo fixo por força do aumento do imobilizado.

A posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano 2016 deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de curto e de médio e longo prazo.

O acréscimo registado no ativo fixo cumulativamente com a redução no endividamento de médio e longo prazo permite verificar que o Município do Porto continua a dar boas garantias perante as entidades financiadoras.

O decréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao acréscimo da variação do imobilizado bruto ser mais expressiva que o aumento das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento a curto e longo prazo resultam da redução conjugada das dívidas de curto e de médio e longo prazos com o aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2017, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata, com um aumento relativamente ao ano anterior, resulta do aumento das disponibilidades conjugado com o decréscimo do exigível a curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2016, ao passar de 25,6 para 27,8.

## **7. Análise da Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2017.

Q. 24 – Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	16-17	
	€	%	€	%	€	%
<b>Custos e perdas</b>						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1 488 121	0,8%	1 356 350	0,7%	131 771	9,7%
Fornecimentos e serviços externos	50 560 920	27,2%	48 551 575	26,7%	2 009 345	4,1%
Pessoal	65 413 573	35,2%	62 769 262	34,5%	2 644 311	4,2%
Transf. e subsídios correntes concedidos	14 039 147	7,6%	10 305 979	5,7%	3 733 168	36,2%
Amortizações do exercício	44 431 368	23,9%	43 357 196	23,8%	1 074 172	2,5%
Provisões do exercício	4 516 285	2,4%	4 478 261	2,5%	38 023	0,8%
Custos e perdas financeiros	551 288	0,3%	4 276 700	2,4%	-3 725 412	-87,1%
Outros custos	4 576 010	2,5%	6 750 217	3,7%	-2 174 207	-32,2%
<b>Total</b>	<b>185 576 711</b>	<b>100,0%</b>	<b>181 845 540</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 731 171</b>	<b>2,1%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	15 053 847	7,5%	16 252 964	8,6%	-1 199 117	-7,4%
Impostos e taxas	121 813 966	61,0%	109 394 652	57,9%	12 419 314	11,4%
Variação da produção	-66 637	0,0%	-54 523	0,0%	-12 114	22,2%
Transferências e subsídios correntes	32 078 902	16,1%	28 940 643	15,3%	3 138 259	10,8%
Proveitos financeiros	10 607 820	5,3%	11 106 996	5,9%	-499 176	-4,5%
Outros	20 328 902	10,2%	23 427 196	12,4%	-3 098 294	-13,2%
<b>Total</b>	<b>199 816 800</b>	<b>100,0%</b>	<b>189 067 928</b>	<b>100,0%</b>	<b>10 748 872</b>	<b>5,7%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>14 240 089</b>		<b>7 222 388</b>		<b>7 017 702</b>	<b>97,2%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2017 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 3,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 35,2% dos custos da autarquia. O acréscimo face ao ano anterior é resultado da eliminação completa da redução remuneratória e da atualização do subsídio de refeição nos termos da legislação em vigor, para além da variação do número de efetivos, pela entrada de novos trabalhadores. Acrescem ainda os custos das remunerações a liquidar, respeitantes à estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores em relação a férias e subsídio de férias.

Para o aumento dos fornecimentos e serviços externos, concorre o acréscimo verificado nas rubricas de trabalhos especializados por força das atividades culturais e turísticas, de serviços de vigilância e segurança e de conservação e reparação.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, as transferências e subsídios correntes concedidos considerando os apoios a instituições sem fins lucrativos, nomeadamente no âmbito das ações de interesse cultural e de interesse científico e educativo e as transferências para a GO Porto, EM e Porto Lazer, EM, e ainda para a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, constituída neste ano. Em sentido contrário estão os custos e perdas financeiras cuja redução resulta dos juros e outros encargos por força da amortização antecipada de

dívida bancária, na qual se inclui o pagamento, em 2016, dos empréstimos de médio e longo prazo, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto).

A redução em outros custos é justificada pelo facto de, em 2016, terem ocorrido perdas em imobilizações resultantes de menos valias aquando da venda de imobilizado.

O aumento dos proveitos e ganhos em 10,7 milhões de euros deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida nos impostos e taxas e transferência e subsídios correntes, conjugada com a redução nas vendas e prestações de serviços e em outros proveitos.

A variação positiva nos impostos e taxas resulta do aumento do reconhecimento em proveitos dos impostos diretos, nomeadamente, da cobrança do IMT face ao crescente dinamismo no mercado imobiliário que se traduz num aumento do volume de transações de bens imóveis.

A variação nas transferências e subsídios correntes é justificada pelo aumento das transferências provenientes do OE, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do reconhecimento em proveitos da participação fixa no IRS relativo ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

A variação de outros proveitos deve-se à redução dos proveitos e ganhos extraordinários por força de, em 2016, terem sido reconhecidos os juros de mora relativos ao pagamento dos impostos municipais sobre o IMI e sobre o IMT, dos últimos 12 anos, e cuja cobrança ocorreu em 2017, conjugado com o aumento dos outros proveitos e ganhos operacionais.

Do balanceamento entre os custos e proveitos decorre um resultado líquido do exercício de 14,2 milhões de euros, superior ao do ano transato em 7 milhões de euros.

## **8. Endividamento**

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as

empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Q. 25 – Limite da dívida total

Limite	Dívida total *		Margem utilizável	Variação da dívida (%)	Margem utilizada em 2017
	início	final			
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1)-(2)]*20%	(5)=[(3)-(2)]/(2)	(6)
251,1	62,6	56,8	37,7	-9,3%	0,0

milhões de €

\* Exclui operações não orçamentais e FAM

No início de 2017, o limite à dívida total ascendeu a 251,1 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (62,6 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 37,7 milhões de euros.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 9,3%, sendo de apenas 56,8 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 42,5 milhões de euros do Município do Porto<sup>4</sup> (dos quais se excluem 2,3 milhões de euros de operações não orçamentais e 3,8 milhões de euros do Fundo de Apoio Municipal) e 20,4 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento<sup>5</sup>.

A política financeira do Município do Porto continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente da margem disponível para a utilização de empréstimos, que no ano em apreço, não foi utilizada.

## 9. Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimentos das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado Líquido positivo de 14.240.089,31 euros tenha a seguinte aplicação:

- 712.004,47 euros para Reservas Legais
- 13.528.084,84 euros para Resultados Transitados

<sup>4</sup> Conforme Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL, o montante da contribuição do Município do Porto para o Fundo de Apoio Municipal (3,8 milhões de euros) não releva para o limite da dívida total.

<sup>5</sup> Valores provisórios à data de 29 de março de 2018.



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017



Demonstrações Financeiras e Anexo







## Município do Porto

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO: 2017

( euros )

Código das contas POCAL	Notas		Exercícios			
			2017		2016	
<b>Custos e Perdas</b>						
61	8.2.29	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 488 121,06	1 488 121,06	1 356 349,94	1 356 349,94
62		Fornecimentos e serviços externos	50 560 920,48		48 551 575,18	
		Custos com o pessoal:				
641+642		Remunerações	50 383 136,32		46 268 316,62	
643 a 648		Encargos sociais	15 030 436,18	115 974 492,98	16 500 945,00	111 320 836,80
63		Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	14 039 146,55	14 039 146,55	10 305 978,55	10 305 978,55
66		Amortizações do exercício	44 431 367,64		43 357 195,88	
67		Provisões do exercício	4 516 284,68	48 947 652,32	4 478 261,22	47 835 457,10
65		Outros custos e perdas operacionais	225 788,94	225 788,94	591 037,96	591 037,96
		(A) .....	180 675 201,85		171 409 660,35	
68	8.3.31	Custos e perdas financeiras	551 287,85	551 287,85	4 276 700,32	4 276 700,32
		(C) .....	181 226 489,70		175 686 360,67	
69	8.2.32	Custos e perdas extraordinárias	4 350 221,08	4 350 221,08	6 159 179,53	6 159 179,53
		(E) .....	185 576 710,78		181 845 540,20	
88		Resultado líquido do exercício	14 240 089,31	14 240 089,31	7 222 387,74	7 222 387,74
			199 816 800,09		189 067 927,94	189 067 927,94
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
		Vendas e prestações de serviços:				
7111		Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113		Vendas de produtos	0,00		0,00	
712		Prestações de serviços	12 412 881,69		13 726 071,22	
713		Rendas e alugueres	2 640 965,74	15 053 847,43	2 526 893,21	16 252 964,43
72		Impostos e taxas	121 813 966,16		109 394 652,46	
	8.2.30	Variação da produção	-66 636,99		-54 523,21	
75		Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73		Proveitos suplementares	427 938,57		169 688,47	
74		Transferências e subsídios obtidos	32 078 901,97		28 940 642,51	
76		Outros proveitos e ganhos operacionais	4 926 830,51	159 181 000,22	1 959 707,82	140 410 168,05
		(B) .....	174 234 847,65		156 663 132,48	
78	8.2.31	Proveitos e ganhos financeiros	10 607 819,83	10 607 819,83	11 106 996,03	11 106 996,03
		(D) .....	184 842 667,48		167 770 128,51	
79	8.2.32	Proveitos e ganhos extraordinários	14 974 132,61	14 974 132,61	21 297 799,43	21 297 799,43
		(F) .....	199 816 800,09		189 067 927,94	

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A) .....	-6 440 354,20	-14 746 527,87
Resultados financeiros: (D)-(C-A) .....	10 056 531,98	6 830 295,71
Resultados correntes: (D)-(C) .....	3 616 177,78	-7 916 232,16
Resultado líquido do exercício: (F)-(E) .....	14 240 089,31	7 222 387,74

ÓRGÃO EXECUTIVO

EM.....de.....de.....  
.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO

EM.....de.....de.....  
.....



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município do Porto, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e nº 1/2018.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2016 e o Balanço Final de 2017.

### **8.1 – Caracterização da entidade**

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta dos documentos de prestação de contas.

### **8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados**

#### **8.2.1 – Derrogações ao POCAL**

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao carácter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação. É expectável que, no início de 2018, seja implementada a contabilidade de gestão tendo por base o preceituado pelo novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O Município continua a reunir a informação necessária para dar cumprimento ao preconizado relativamente aos contratos de cedência do direito de superfície, que implicarão:

- A reclassificação desses ativos para a rubrica de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetadas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.
- No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

Neste âmbito, o SATAPOCAL emitiu um parecer em que, apoiando-se no disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, esclarece que, pese embora este normativo legal estabeleça as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, não havendo regulação expressa sobre os bens afetados às autarquias locais que não se enquadrem nesta definição, o preconizado no diploma se adaptará igualmente ao património que não se enquadre na definição de bem de domínio público.

Foi possível durante este exercício, reclassificar na rubrica de investimentos financeiros, um investimento em imóveis no montante de 18.201.467 euros, os quais a 31 de dezembro de 2017, totalizam 20.590.694 euros, respeitando essencialmente a cedências de direito de superfície.

Acrescente-se por fim que não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

**8.2.2** – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.



**8.2.3** – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

#### **Bens de Domínio Público**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

#### **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

#### **Imobilizações Corpóreas**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
  - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);
  - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que não foi possível ainda concluir na totalidade, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

### **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2017 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações da rubrica de Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, na rubrica de Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

### **Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

## **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

## **Provisões**

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

### **Acréscimos e Diferimentos**

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreendem a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento recebidos pelo Município do Porto, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

#### **8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento**

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento revela, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

## 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

### Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e Transferências de/para Outras Entidades	Abates	Saldo Final
	€	€	€	€	€	€	€	€
<b>De bens de domínio público</b>								
Terrenos e recursos naturais	6 925 144,70	3 025 787,38			-3 025 787,38			6 925 144,70
Edifícios	12 665 963,61				-3 856 786,54			8 809 177,07
Outras construções e infra estruturas	508 263 538,21		513 323,34		3 191 669,02		2 726,85	511 965 803,72
Bens do património histórico artístico e cultural	2 927 066,69	1 351 000,00	154 827,60					4 432 894,29
Outros bens de domínio público	65 345 396,24				21 465,00			65 366 861,24
Imobilizações em curso	3 248 136,74		4 627 311,05		-3 426 058,19			4 449 389,60
Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
<b>Sub-total</b>	<b>599 375 246,19</b>	<b>4 376 787,38</b>	<b>5 295 461,99</b>	<b>0,00</b>	<b>-7 095 498,09</b>	<b>0,00</b>	<b>2 726,85</b>	<b>601 949 270,62</b>
<b>De imobilizações incorpóreas</b>								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609 924,19							609 924,19
Propriedade industrial e outros direitos	4 850 322,42		354 748,42					5 205 070,84
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
<b>Sub-total</b>	<b>5 460 246,61</b>	<b>0,00</b>	<b>354 748,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 814 995,03</b>
<b>De imobilizações corpóreas</b>								
Terrenos e recursos naturais	332 803 361,65	8 140 448,22	4 938 410,74	7 804 537,26	-3 700 652,66	1 448 796,35	0,00	335 825 827,04
Edifícios e outras construções	651 452 537,73	345 000,00	2 030 035,51	1 959 866,41	38 127 455,53	4 346 389,07	525 000,00	693 816 551,43
Equipamento básico	21 799 630,32		2 442 874,93		216 295,08	30 000,00	796 525,00	23 692 275,33
Equipamento de transporte	4 916 404,52		2 104 625,90				1 184 928,38	5 836 102,04
Ferramentas e utensílios	763 351,12		29 063,54				19 478,46	772 936,20
Equipamentos administrativo	20 774 042,19		905 205,32		80 566,21		956 018,25	20 803 795,47
Taras e vasilhame								
Outras imobilizações corpóreas	4 856 992,81		24 556,76		-83 422,80		9 627,68	4 788 499,09
Imobilizações em curso	141 589 736,07		24 983 265,65		-45 746 210,62			120 826 791,10
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								
<b>Sub-total</b>	<b>1 178 956 056,41</b>	<b>8 485 448,22</b>	<b>37 458 038,35</b>	<b>9 764 403,67</b>	<b>-11 105 969,26</b>	<b>5 825 185,42</b>	<b>3 491 577,77</b>	<b>1 206 362 777,70</b>
<b>De investimentos financeiros</b>								
Partes de capital	93 364 119,90	-314 242,68	465 566,00				390 000,00	93 125 443,22
Obrigações e títulos de participação	6 715 506,65							6 715 506,65
Investimentos em imóveis	2 389 226,78				18 201 467,35			20 590 694,13
Outras aplicações financeiras	12 046 014,19			10 505,28		10 505,28		12 046 014,19
<b>Sub-total</b>	<b>114 514 867,52</b>	<b>-314 242,68</b>	<b>465 566,00</b>	<b>10 505,28</b>	<b>18 201 467,35</b>	<b>10 505,28</b>	<b>390 000,00</b>	<b>132 477 658,19</b>
<b>Total</b>	<b>1 898 306 416,73</b>	<b>12 547 992,92</b>	<b>43 573 814,76</b>	<b>9 774 908,95</b>	<b>0,00</b>	<b>5 835 690,70</b>	<b>3 884 304,62</b>	<b>1 946 604 701,54</b>

Durante o ano de 2017, a rubrica de investimentos em imóveis registou um aumento de 18.201.467 euros, resultante basicamente da reclassificação de imóveis que deixaram de estar afetos a atividade operacional da autarquia. Esta reclassificação deriva essencialmente de cedências de direito de superfície.

Por outro lado, registou-se no ano de 2017 nas rubricas de imobilizações em curso um aumento que resulta, essencialmente, das obras realizadas pelas empresas municipais e uma redução significativa resultante da transferência para o ativo fixo, das obras em curso entretanto finalizadas.

## Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Abates, Alienações e Reduções	Regularizações	Saldo Final
	€	€	€	€	€
De bens de domínio público					
Edifícios	6 811 367,36	529 353,45		-2 121 232,21	5 219 488,60
Outras construções e infra estruturas	220 868 902,34	16 658 433,64			237 527 335,98
Bens do património histórico artístico e cultural	533 962,40	281 759,64			815 722,04
Outros bens de domínio público	35 703 168,35	3 210 360,98			38 913 529,33
<b>Subtotal</b>	<b>263 917 400,45</b>	<b>20 679 907,71</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 121 232,21</b>	<b>282 476 075,95</b>
De imobilizações incorpóreas					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609 924,19				609 924,19
Propriedade industrial e outros direitos	4 039 165,24	407 101,29			4 446 266,53
<b>Subtotal</b>	<b>4 649 089,43</b>	<b>407 101,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 056 190,72</b>
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	266 706 814,23	19 985 155,67	1 045 294,46	-1 610 249,76	284 036 425,68
Equipamento básico	16 868 723,62	1 975 029,31	642 870,11	-74 002,62	18 126 880,20
Equipamento de transporte	4 048 950,08	198 740,04	1 110 293,97		3 137 396,15
Ferramentas e utensílios	587 864,93	58 229,71	16 853,44		629 241,20
Equipamentos administrativo	20 020 036,27	642 296,49	955 445,47	74 002,62	19 780 889,91
Outras imobilizações corpóreas	1 682 111,17	484 907,42	9 627,68	-83 422,80	2 073 968,11
<b>Subtotal</b>	<b>309 914 500,30</b>	<b>23 344 358,64</b>	<b>3 780 385,13</b>	<b>-1 693 672,56</b>	<b>327 784 801,25</b>
De investimentos financeiros					
Partes de capital	462 319,50	5 946,00	4 459,50		463 806,00
Investimentos em imóveis	61 989,24	165 731,39	86,10	3 814 904,77	4 042 539,30
Outros títulos	976 137,14	143 143,16	21 828,54		1 097 451,76
<b>Subtotal</b>	<b>1 500 445,88</b>	<b>314 820,55</b>	<b>26 374,14</b>	<b>3 814 904,77</b>	<b>5 603 797,06</b>
<b>Total</b>	<b>579 981 436,06</b>	<b>44 746 188,19</b>	<b>3 806 759,27</b>	<b>0,00</b>	<b>620 920 864,98</b>

### 8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição mais detalhado. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício de 2017, bem como, os restantes bens imóveis que constam, até esta data, das rubricas que ainda estão a ser objeto do processo de inventariação.

O Município iniciou um processo de conciliação e inventariação do seu imobilizado sendo expectável que o processo fique concluído durante o ano de 2018.

### 8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.8, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

### 8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital em dívida 31/12/2016 €	Encargo do Ano Amortização €	Capital em dívida 31/12/2017 €
29/07/99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	5 055 823,34	5 055 823,34	0,00

Foi efetuada no ano 2017 a amortização integral do *leasing* financeiro referente ao edifício dos CTT.

### 8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o exercício de 2017, foram incorporados no inventário municipal, em Terrenos e Recursos Naturais, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder-se à sua valorização patrimonial e cuja listagem encontra-se no livro dos documentos anexos ao presente relatório. Em termos gerais, a sua incorporação deve-se, fundamentalmente: *i)* ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, *ii)* doações, *iii)* ofertas e, *iv)* cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Para os bens discriminados, o seu registo deve-se ao facto de terem sido adquiridos/registados antes do ano de 2001, sem ter sido possível ainda a sua valorização. Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível.



## 8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição €	Atualizado €
Outras Construções	42 285,82	49 553,62
Capital Arbóreo	301 353,02	341 295,68
Terrenos	4 272 722,84	6 925 144,70
Infraestruturas - Rede Águas	329 628,66	329 628,66
Outras Infraestruturas	8 014 436,31	8 527 214,31
<b>Total</b>	<b>12 960 426,65</b>	<b>16 172 836,97</b>

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

O valor atualizado reflete as movimentações/correções nomeadamente por efeitos de grandes reparações.

## 8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Próprio €	Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
				€	Quantidade	€	Ano	€	Quantidade	%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	11 832 593,86	8 500 000,00	1 700 000	739 555,31	2017	1 147 500,00	433 500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	-70 343 293,00	112 500 000,00	22 500 000	-39 121 437,00	2016/2017	247 154,00	49 550	0,2%
APOR - Agência para Modernização Porto, S.A.	504 136 267	SA	1 641 296,27	1 064 825,00	212 965	-195 184,26	2015	368 215,00	73 643	34,6%
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	SA	281 372 940,55	142 780 713,50	152 198 130	13 024 049,41	2016	2 781 220,00	2 781 220	1,8%
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	-2 562 649 671,00	7 500 000,00	1 500 000	-136 663 035,00	2016	5,00	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD b)	505 111 780	SA	-25 994 024,00	11 000 000,00	2 200 000	-1 481 167,00	2007/2008	249 350,00	49 970	2,3%
Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto - GO Porto, EM	505 037 238	EM	1 307 041,42	500 000,00	100 000	3 164,41	2017	500 000,00	100 000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	1 000 508,77	500 000,00	100 000	43 767,56	2017	500 000,00	100 000	100,0%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	506 866 432	SA	4 053 559,06	6 000 000,00	6 000	592 858,84	2017	2 400 000,00	2 400	40,0%
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	129 965 680,75	80 000 000,00	80 000 000	6 025 810,06	2017	80 000 000,00	80 000 000	100,0%
CMPL - Emp. Desp.e Lazer do Município do Porto, EM	507 718 640	EM	2 708 965,69	2 200 000,00	4 400	64 040,49	2017	2 200 000,00	4 400	100,0%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto EM	514 280 956	EM	579 035,03	465 566,00		113 469,03	2017	465 566,00	465 566	100,0%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	316 121,59	193 375,00		1 815,04	2017	70 625,00		36,5%
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	114 975 384,00	6 400 000,00		-1 057 012,00	2016	200 000,00		3,1%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	8 495 397,29	3 614 920,00		231 295,76	2017	11 830,00		0,3%
Associação Porto Digital	506 838 730	ASU	3 447 936,91	2 010 000,00		232 680,90	2016	1 560 000,00		33,3%
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto a)	503 619 752	FSU	434 987,61	49 879,79		-63 685,39	2017	49 879,79		100,0%
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	4 470 306,63	1 666 105,56		499 791,96	2016	24 939,90		1,5%
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	10 976 959,00	11 372 599,00		-679 750,00	2016	299 278,74		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	67 978 933,19	12 609 736,66		52 968,75	2016	49 879,79		0,4%
<b>Total</b>								<b>93 125 443,22</b>		

a) Em liquidação

b) não foram obtidas contas mais recentes

Neste particular, importa esclarecer que no valor das participações do município não se encontram refletidos os seguintes ajustamentos contabilísticos, com efeitos na rubrica de investimentos financeiros: i) no Mercado Abastecedor do Porto, o valor contabilístico da participação está registado ao custo de aquisição cujo valor ascende a 1.147.500 euros.

Em 5 de maio de 2015, a Assembleia Municipal do Porto deliberou a criação de uma quota única suplementar no capital social da Associação Porto Digital (APD) pelo valor global máximo de 1.950.000 euros. Ficou estabelecido que a quota supra referida seria realizada pelo Município do Porto e pelos demais associados, designadamente a Universidade do Porto. Assim competia ao Município do Porto a entrega de 1.560.000 euros e à Universidade do Porto o montante de 390.000 euros. Face à urgência da situação o Município do Porto assumiu o pagamento integral de 1.950.000 euros em 2015, sem prejuízo da obrigatoriedade da Universidade do Porto realizar mais tarde a parte da quota que lhe correspondia no montante de 390.000 euros. A Universidade do Porto efetuou o pagamento em 2016.

Considerou-se que deveria estar inscrito na rubrica de investimentos financeiros o montante de 1.560.000 euros, o qual reflete de modo apropriado o valor da participação do Município do Porto na respetiva Associação, enquanto que o montante remanescente 390.000 euros constitui um direito que o Município detém sobre a Associação Porto Digital estando refletido em conta apropriada.

De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo n.º 26º dos estatutos da APD, em caso de dissolução, o património remanescente será dividido pelos associados fundadores e associados efetivos, numa forma diretamente proporcional ao somatório das verbas transferidas pelos seus associados. Para o cálculo destes montantes consideram-se as jóias, quotas, transferências efetuadas ao abrigo de protocolos e transferências efetuadas no âmbito de pagamento de serviços.

Em 27 de janeiro de 2017 foi constituída a Empresa Municipal do Ambiente do Porto, cujo capital social detido em 100% pelo Município ascende, em 31 de dezembro de 2017, a 465.566 euros. A realização deste capital social foi constituído, parte em numerário, no montante de 200.000 euros, e, na parte restante em espécie, no montante de 265.566 euros, através da transferência de património do Município.

## 8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades Gestoras	Quantidade	Participação	
			Valor Nominal	Valor Mercado
			€	€
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo a)	PROFILE	22.029	2.076.067,19	1.136.879,24
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	FUNDGER	8.400	8.400.000,00	8.724.507,12
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	GESFIMO	1.621	1.569.947,00	1.411.683,19
Credores das Administrações Públicas - FAM	FAM	6.715.507	6.715.506,65	N.A.
<b>Total</b>			<b>18.761.520,84</b>	<b>11.273.069,55</b>

a) em liquidação

O Porto Novo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em Liquidação, adiante designado por Porto Novo, Fundo ou OIC, é um Fundo Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, gerido pela Profile – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., anteriormente designada por Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e a entidade depositária do Fundo é o Banif Banco de Investimento, S.A.. A constituição do Fundo foi autorizada pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, em 18 de outubro de 2007, por um período de 7 anos, sem prejuízo da eventual prorrogação, por períodos subsequentes de três anos e iniciou a sua atividade em 13 de novembro de 2007. Em Assembleia de Participantes realizada em 10 de novembro de 2014 foi deliberada a prorrogação do período de duração do Fundo por mais um ano, ou seja, até 13 de novembro de 2015. A Sociedade Gestora, em 13 de novembro de 2015, procedeu à liquidação do Fundo por decurso do prazo pelo qual tinha sido constituído, com a expectativa que o reembolso das unidades de participação ocorresse no prazo máximo de 12 meses, a contar da data de início da liquidação do mesmo, o que não sucedeu. Em 11 de novembro de 2016, a Sociedade Gestora solicitou à CMVM, por pedido devidamente fundamentado, a prorrogação do prazo de liquidação do Fundo por mais um ano, ou seja, até 13 de novembro de 2017, o qual foi autorizado. Pelo exposto e de acordo com a informação de Mercado o Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo, ainda se encontra em liquidação. No entanto este facto não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras uma vez que o seu valor de mercado decorre da valorização das unidades de participação a 31 de dezembro de 2017, cabendo ao Município receber o montante da sua liquidação no prazo de doze meses.

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado PORTO D'OURO iniciou a sua atividade em 29 de dezembro de 2009, com um capital social inicial de 16.800.000 € e com uma duração de 10 anos, prorrogável por períodos não superiores a 10 anos. O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa

perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sítos no distrito do Porto.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., sendo as funções de banco depositário asseguradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

O fundo de investimento imobiliário Invesurb é detido pela ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, SA, com uma participação de 26,93%, pelo Dr. António Luis Alves Ribeiro de Oliveira, também com uma participação de 26,93%, pela Rio Forte Investments S.A., com uma participação de 15,88% e pela Cimenta – Empreendimentos Imobiliários, S.A., com uma participação de 8,35%. O Município do Porto detém uma participação de 21,91%.

Relativamente ao FAM remetemos para o ponto 8 da nota 8.2.23.

#### 8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial €	Aumentos €	Diminuições €	Saldo Final €
<b>Cobranças em atraso e litígio</b>	<b>9 343 542,13</b>	<b>777 141,45</b>	<b>177 103,06</b>	<b>9 943 580,52</b>
Impostos Indiretos	3 328 989,12	10 389,69	101 876,36	3 237 502,45
Taxas	301 804,12	0,00	43 977,48	257 826,64
Rendas e Alugueres	1 070 203,90	179 448,87	21 972,18	1 227 680,59
Prestação de Serviços	4 261 717,45	424 592,84	8 109,32	4 678 200,97
Outras Cobranças Duvidosas	380 827,54	162 710,05	1 167,72	542 369,87
<b>Total</b>	<b>9 343 542,13</b>	<b>777 141,45</b>	<b>177 103,06</b>	<b>9 943 580,52</b>

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

Do montante de cobranças em atraso e litígio de 9.943.581 euros, a dívida classificada com risco de cobrança, ou seja, sem garantia associada, que se encontra a ser acompanhada pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações, e que tem como referência as dívidas de terceiros até 31/12/2012, ascende a 8.295.597 euros. Por sua vez, este valor inclui também, o montante das dívidas relativas aos montantes que, nos termos do art. 272º do Código do Processo e Procedimento Tributário (CPPT), foram declarados em falhas e cujo valor global ascende a 1.722.033 euros.

De referir que o montante de dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de seis meses e até doze meses se encontra provisionado numa percentagem de 50% tal como definido no POCAL. Relativamente à dívida remanescente classificada com risco de cobrança, vencida até 31 de dezembro de 2016, encontra-se constituída uma provisão correspondente ao montante total destes saldos.

### 8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	€	€	€	€	€	€
<b>0932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas</b>	<b>33 849 852,83</b>		<b>2 879 119,64</b>	<b>2 507,48</b>	<b>36 726 464,99</b>	
09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	31 417 814,12		2 040 368,63		33 458 182,75	
09322 Prestadas por Fornecedores de imobilizado	1 859 411,00		804 306,38		2 663 717,38	
09323 Prestadas por outros credores	572 627,71		34 444,63	2 507,48	604 564,86	
<b>0933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas</b>			<b>13 467,54</b>	<b>3 118 789,64</b>		<b>3 105 322,10</b>
09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c			13 467,54	3 087 130,38		3 073 662,84
09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				5 051,78		5 051,78
09333 Devolvidas a Outros Credores				26 607,48		26 607,48
<b>0934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas</b>				<b>3 200,00</b>		<b>3 200,00</b>
09341 Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342 Acionistas a Fornecedores de Imobilizado						
09343 Acionistas a Outros Credores				3 200,00		3 200,00
<b>Total</b>	<b>33 849 852,83</b>		<b>2 892 587,18</b>	<b>3 124 497,12</b>	<b>33 617 942,89</b>	

Esta nota diz respeito aos depósitos de garantia e caução, apresentados por fornecedores e empreiteiros, cuja movimentação se efetua em contas de ordem.

O movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no mesmo período.

### 8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	11.884.110,83	502.683,83	36.335,85	12.350.458,81
292 Provisões para Riscos e Encargos	43.277.433,02	4.020.056,52	1.964.386,84	45.333.102,70
49 Provisões para Investimentos Financeiros	1.438.456,64	149.089,16	26.288,04	1.561.257,76
<b>Total</b>	<b>56.600.000,49</b>	<b>4.671.829,51</b>	<b>2.027.010,73</b>	<b>59.244.819,27</b>

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para riscos e encargos, justificado pelo incremento do valor das provisões associadas aos processos judiciais curso, e, para os

quais, se entendeu ser necessário reforçar o montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso

Redução da provisão para outros riscos e encargos, no montante de 1.964.387 euros, sendo de realçar o valor de 393.270 euros que está associado à estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 (ver nota 8.2.33), bem como do montante de 1.477.424 euros relativo ao pagamento em 2017 dos encargos com estas mesmas pensões.

### 8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial €	Aumento €	Redução €	Saldo Final €
<b>51 Património</b>	<b>978 953 870,33</b>	<b>12 547 992,92</b>		<b>991 501 863,25</b>
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>336 781,31</b>			<b>336 781,31</b>
553 Outras variações nos capitais em empresas	458 117,31			458 117,31
554 Depreciações	-121 336,00			-121 336,00
<b>57 Reservas</b>	<b>163 329 831,34</b>	<b>401 624,67</b>		<b>163 731 456,01</b>
571 Reservas legais	8 700 211,43	361 119,39	0,00	9 061 330,82
575 Subsídios	101 455,96			101 455,96
576 Doações	17 232 494,07	40 505,28		17 272 999,35
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77 068 558,16			77 068 558,16
578 Regularizações Entidades Participadas	60 227 111,72			60 227 111,72
<b>59 Resultados transitados</b>	<b>65 833 004,19</b>	<b>7 222 387,74</b>	<b>361 119,39</b>	<b>72 694 272,54</b>
<b>Total</b>	<b>1 208 453 487,17</b>	<b>20 172 005,33</b>	<b>361 119,39</b>	<b>1 228 264 373,11</b>

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2017 em cada uma das contas da classe 5 temos:

#### Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Neste particular, registou-se um aumento de 12.547.993 euros, correspondente ao registo de bens associados a diversas parcelas de terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial sendo que uma parte significativa destes bens foi abatida ao imobilizado do Município. Neste particular, destacam-se as seguintes incorporações:

- uma parcela de terreno sita à Rua dos Montes dos Burgos, envolvida na permuta de terrenos entre a Santa Casa da Misericórdia e o Município, conforme escritura de setembro de 2011 e conseqüente abate no montante de 4.306.514 euros;

- b) uma parcela de terreno municipal sita à Rua João Marques Pinto e Via Futebol Clube do Porto, no montante de 2.992.787 euros, cedida em direito de superfície à sociedade “Metro do Porto, S.A.”, conforme escritura de abril de 2007;
- c) Inventariação de 16 pinturas da coleção do Município, em depósito no Museu Nacional Soares dos Reis, no montante de 1.155.000 euros cuja avaliação foi possível tendo por base o valor atribuído às peças quando da realização de seguro com vista ao empréstimo das mesmas, à APAC - Associação Pinacoteca Arte e Cultura em S. Paulo, conforme aprovação em reunião da Câmara Municipal, de 30 de maio de 2017.

### Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

### Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento, quanto à aplicação do resultado líquido de 2016 aprovado em assembleia municipal conforme proposta apresentada pelo executivo, do ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

576 – Doações – Nesta rubrica, registou-se um incremento de 40.505 euros que resulta, essencialmente, da doação de 50 expositores "Mart NOMADA".

### Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2017 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, conforme já referido, no valor de 7.222.388 euros.

### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias €	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo €
Existências iniciais (1)	20 099,49	699 288,95
Compras (2)		1 454 226,55
Regularização de existências (3)		-30 334,35
Existências finais (4)	20 099,49	635 060,09
<b>Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)</b>	<b>0,00</b>	<b>1 488 121,06</b>

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2017, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

### 8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
		€	€
Existências finais (1)	221 838,25	0	0
Regularização de existências (2)		0	0
Existências iniciais (3)	288 475,24	0	0
<b>Aumento/redução no exercício (4) = (1) + (2) - (3)</b>	<b>-66 636,99</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	220 894,38	3 943 795,63	781	Juros obtidos	30 365,95	80 856,85
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	152 999,99	153 000,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	165 645,29	3 649,56	783	Rendimentos de imóveis	9 769 020,23	8 873 139,18
684	Provisões para aplicações financeiras	149 089,16	303 783,25	784	Rendimentos de participações de capital	655 433,66	2 000 000,00
688	Outros custos e perdas financeiros	15 659,02	25 471,88	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	10 056 531,98	6 830 295,71				
<b>Total</b>		<b>10 607 819,83</b>	<b>11 106 996,03</b>			<b>10 607 819,83</b>	<b>11 106 996,03</b>

O decréscimo do montante de juros suportados que se registou em 2017 decorreu, fundamentalmente, da amortização de empréstimos bancários, que ocorreu em 2016, por força das condições contratuais de amortização antecipada dos empréstimos de médio e longo prazo, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto).

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro.



Com referência a 31 de dezembro de 2017 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

A variação positiva verificada nos rendimentos em imóveis decorre do aumento da receita arrecada associada à concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública na cidade do Porto.

O recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, de 12 anos, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante, será, em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

Relativamente a conta 784 - Rendimentos de participação de capital, foram recebidos e reconhecidos 650.000 euros que decorrem da distribuição de dividendos pela empresa Municipal Águas do Porto, EM, os quais ascenderam a 2.000.000 euros em 2016.

### 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
		€	€			€	€
691	Transferências de capital concedidas	2 053 666,01	2 354 316,30	791	Restituições de impostos		
693	Perdas em Existências	39 649,79	10 029,77	793	Ganhos em existências	9 315,44	3 613,92
694	Perdas em imobilizações	6 071,03	1 351 121,14	794	Ganhos em imobilizações	1 529 603,90	1 446 354,28
695	Multas e Penalidades	3 345,90	14 335,68	795	Benefícios de penalidades contratuais	522 581,66	3 075 699,66
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	543 130,80	2 074 525,84
697	Correções relativas a exercícios anteriores	2 247 488,35	2 198 391,34	797	Correções relativas a exercícios anteriores	3 727 391,03	5 832 495,89
698	Outros custos e perdas extraordinários		230 985,30	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8 642 452,38	8 865 109,84
	Resultados extraordinários	10 623 911,53	15 138 619,90	799	Reembolsos e Restituições	-342,50	
	<b>Total</b>	<b>14 974 132,61</b>	<b>21 297 799,43</b>		<b>Total</b>	<b>14 974 132,61</b>	<b>21 297 799,43</b>

O decréscimo registado na conta 795 - Benefícios de penalidades contratuais resulta do facto de, em 2016, ter sido considerado o acréscimo relativamente ao proveito decorrente do valor dos juros do IMI e IMT relativos aos últimos doze anos e que foram transferidos pelo Estado Português.

De igual modo, a rubrica de redução de amortizações e de provisões espelha uma diminuição relativamente ao ano anterior, na medida em que, em 2016, procedeu-se á anulação da provisão no montante de 1.599.803 euros de dívidas em execução fiscal relativas ao não pagamento dos serviços de recolha, tratamento e depósito de resíduos sólidos urbanos no período compreendido entre 1997 e 2006 aos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município do Porto (SMAS), na medida em que foram declaradas prescritas conforme proposta submetida à aprovação da Assembleia Municipal e nos termos do artigo 48.º da Lei Geral Tributária.

### 8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31/12/2017 por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto, uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo deste modo, a atualização da provisão que reflita o valor atuarial das responsabilidades.

Descrição	2017	2016
	€	€
<b>Pensionistas:</b>	<b>10 034 841,85</b>	<b>11 904 417,32</b>
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1 196 903,19	1 165 673,36
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	204 923,41	203 874,85
Responsabilidade atuarial com pensionistas	8 633 015,25	10 534 869,11
<b>Ativos:</b>	<b>454 202,69</b>	<b>455 322,12</b>
Valor atual das quotas em dívida	454 202,69	455 322,12
	<b>10 489 044,54</b>	<b>12 359 739,44</b>

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Ativos:</b>	<b>869</b>	<b>44</b>	<b>58,95</b>	<b>89</b>	<b>578,67</b>	<b>502 863,09</b>
Idade menor a 66 anos	791	44	57,68	65	581,65	460 081,76
Idade maior ou igual a 66 anos	78	66	71,86	89	548,48	42 781,33

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Pensionistas:</b>	<b>164</b>	<b>31</b>	<b>79,27</b>	<b>102</b>	<b>7 807,76</b>	<b>1 280 472,48</b>
Pensionistas DL n.º 503/99	34	36	58,26	68	1 374,75	46 741,66
Pensionistas Sobrevivência	2	31	35,50	40	2 641,03	5 282,06
Pensionistas	128	59	85,53	102	9 597,26	1 228 448,76

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
<b>Tabelas:</b>	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
<b>Taxas:</b>	
Taxa de Desconto Ativos	1,20%
Taxa de Desconto Pensionistas	1,20%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
<b>Dados Gerais:</b>	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Por último, em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2017.

Provisões para Riscos e Encargos	2017	2016
	€	€
<b>Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro</b>	<b>12 359 739,44</b>	<b>12 966 764,15</b>
Pensionistas	11 904 417,32	12 539 455,47
Ativos	455 322,12	427 308,68
<b>Ajustamentos do exercício</b>	<b>-1 870 694,90</b>	<b>-607 024,71</b>
Custos com o pagamento de pensões	-1 477 424,26	-1 635 605,59
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	-393 270,64	1 028 580,88
<b>Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro</b>	<b>10 489 044,54</b>	<b>12 359 739,44</b>

2. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GO Porto, EM e DomusSocial, EM, pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos, que aguarda prolação de Acórdão. Consequentemente, foi registada uma provisão pelo montante total dos débitos.

De igual modo encontra-se registada uma provisão no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda início da fase instrutória.

3. Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira mantém a divulgação no portal das finanças dos valores em dívida referentes ao Município do Porto, à data de 31 de dezembro de 2016, não tendo procedido a qualquer atualização até o final do ano de 2017. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Imposto	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)		
	2016	2015	Varição 15-16
	€	€	
Contribuição Autárquica (CA)	0,00	607 590,39	-607 590,39
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	6 836 390,61	7 411 785,86	-575 395,25
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5 040 868,78	5 337 769,15	-296 900,37
Imposto Único de Circulação (IUC)	1 593 317,00	1 563 756,77	29 560,23
SISA	14 142 329,84	14 479 460,16	-337 130,32
<b>Total</b>	<b>27 612 906,23</b>	<b>29 400 362,33</b>	<b>-1 787 456,10</b>

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

#### 4. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso (ver nota 8.2.27).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

5. Em 31 de julho de 2015, foi celebrado, entre o Estado Português e o Município do Porto, um memorando de entendimento que pretendeu enquadrar e decidir um conjunto de ações judiciais que se encontravam pendentes com o Estado Português e ou algumas das empresas por ele detidas, que visava, essencialmente, pôr termo à ação judicial referente à titularidade dos imóveis do perímetro do Aeroporto do Porto, mediante transação judicial ou extrajudicial, através da qual seria reconhecido o direito de propriedade do Estado Português sobre a totalidade dos terrenos situados no perímetro aeroportuário, autorizando e promovendo o Município do Porto o cancelamento dos registos existentes a seu favor e a inscrição a favor do Estado ou de entidade por esta designada. Em resultado deste memorando foi dada conclusão em 2017, através da concretização do pagamento pela STCP S.A., ao Município

do Porto o qual, por sua vez conduziu ao pagamento pelo Município do Porto à Metro do Porto S.A.

Foi lançado em 2016 o concurso de conceção para a elaboração do projeto de execução do Terminal Intermodal de Campanhã, estando previsto o início das obras para o ano 2018.

6. A 11 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato com a Eporto-Estacionamento Públicos do Porto, S.A., cujo objeto principal visa a gestão, exploração, manutenção e fiscalização quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto, pelo prazo de 12 anos.

Conforme já referido no ponto 8.2.31, o recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante, será em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

7. Foi celebrado a 2 de janeiro de 2017 o Contrato Interadministrativo entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo que estabelece: as regras de exercício pela AMP, e partilha pelos municípios outorgantes, das competências de planeamento, exploração, investimento e financiamento que lhe são delegadas pelo Estado enquanto autoridade de transporte do serviço público de transporte de passageiros explorado pela STCP, S.A. na área geográfica dos Municípios outorgantes; a criação junto da AMP de uma unidade técnica de apoio à gestão; as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público («OSP»).

Do contrato de Serviço Público, na sua versão consolidada e visada pelo Tribunal de Contas, em agosto de 2017 resulta para o Município do Porto a proporção de 53,69% tendo em conta o índice proporcional de oferta. Foi efetuado o primeiro pagamento em 2017 no montante de 624.276 euros.

8. Nos termos da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e que estipula o capital social do fundo e a contribuição dos municípios em 50%. O Município do Porto, estava obrigado a contribuir com 6,7 milhões de euros com início em 2015 e num período de 7 anos, cabendo em cada ano em apreço 959,4 mil euros. Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual consta a redução da subscrição do capital social do FAM.

Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017.

	Dívida vincenda a 31/12/2018	Dívida vincenda a 31/12/2019	Dívida vincenda a 31/12/2020	Dívida vincenda a 31/12/2021	Saldo
<b>Acerto Prestações Anuais FAM</b>	719 518,50	479 679,00	239 839,50	-	1 439 037,00

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.





# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017



Certificação Legal de Contas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município do Porto (adiante também designado por Entidade ou Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1 521 771 973 euros e um total de fundos próprios de 1 242 504 462 euros, incluindo um resultado líquido de 14 240 089 euros), a demonstração de resultados, o mapa de fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 191 686 791 euros de despesa paga e um total de 280 099 520 euros de receita cobrada), relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município do Porto em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

#### Bases para a opinião com reservas

O processo de inventariação dos terrenos do Município não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que aquando do seu reconhecimento inicial este processo não contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente do cadastro municipal. Por sua vez, o processo de conciliação dos saldos contabilísticos do imobilizado face aos correspondentes registos das listagens do inventário encontra-se em curso, sendo que para alguns bens incluídos nas rubricas Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas, e apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos, os valores contabilísticos ainda não discriminados ascendem, em termos líquidos e com referência a 31 de dezembro de 2017, a 1 194 295 euros (sendo de salientar que em 2017 foram conciliados bens de domínio público de cerca de 67 000 000 euros, em termos líquidos) e 120 857 483 euros, respetivamente. Para além disso, relativamente a uma parte dos Proveitos Diferidos associados a Subsídios ao Investimento, que em 31 de dezembro de 2017 estimamos em cerca de 98 300 000 euros, não obtivemos ainda listagens detalhadas com a decomposição dos bens comparticipados. Decorrente destas situações, não nos é possível determinar o impacto nas referidas rubricas das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, nos Fundos Próprios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de abril de 2018



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.

